

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”

Campus Experimental de Ourinhos

GEOGRAFIA CULTURAL: GÊNESE, POSSIBILIDADES E UM POUCO DE MÚSICA

Lucas Jurado Taoni

OURINHOS – SP

2014
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”

Campus Experimental de Ourinhos

GEOGRAFIA CULTURAL: GÊNESE, POSSIBILIDADES E UM POUCO DE MÚSICA

Lucas Jurado Taoni

*Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca
examinadora para obtenção do título de Bacharel em
Geografia pela Unesp – Campus Experimental de Ourinhos.*

Orientadora: Prof^a Dra. Fabiana Lopes da Cunha

OURINHOS – SP
2014

Banca Examinadora

Profa Dra. Fabiana Lopes da Cunha

Profo Dr. Nelson Rodrigo Pedon

Profa. Dra. Luciene Cristina Risso

Dara de defesa: 16/06/14

Aos meus avós.

Ernesto, no bom humor e na boa conversa. Carmem, na doçura.
Benedito, na inteligência sem precedentes. Adenir, na simplicidade valiosíssima.

Eles me ensinam o que eu quero ser com os princípios que eu gostaria de ter.

Um dia, quem sabe.

Agradecimentos

Agradeço às pessoas que foram fundamentais nestes últimos anos. A família, os professores e os amigos.

Da família, os de casa: Obrigado pai e obrigado mãe, pelo apoio e pela paciência com o meu jeito sazonal e esquizofrênico de agir. Obrigado Tia Neide que, sem que eu possa explicar, tem no tratamento não só comigo, mas com todas as pessoas, uma sublimidade única. Obrigado meus irmãos, Vinícius e Cristian, nas risadas e na nossa diferença construímos a tolerância e a amizade, o companheirismo e a reciprocidade.

Dos professores, os inesquecíveis: Fabiana Lopes da Cunha, que desde sempre abraçou a causa e me ajudou de todas as formas imagináveis, acadêmico e passionadamente. João Elias Cury Júnior, pelas horas de conversa e inúmeros estímulos – além de, pacientemente, me passar uma fração do seu inglês ciclópico. Antônio Carlos Breves, violonista que vai de Radamés a João Pernambuco como quem atravessa a rua e, magistralmente, ensina na prática a riqueza da nossa cultura popular.

Dos amigos, os mais leais: Samir e Angélica. Os dois são, aliás, geógrafos de dar inveja.

A essas pessoas meu sincero perdão por todas as minhas agressões e pelos inúmeros momentos de franca estupidez. Estou tentando ser qualquer coisa melhor nesse mundinho, como vocês.

Um dia, quem sabe.

Resumo

Este trabalho aborda a Geografia Cultural a partir da reunião de vários autores, especialmente geógrafos, e do desenvolvimento da área a partir da perspectiva ratzeliana. Buscamos demonstrar os conceitos mais importantes que dão substância a este tipo de análise, ainda muito recente no país, bem como a maneira específica que geógrafos culturais vêem o espaço e articulam o conteúdo geográfico ao cultural. É evidente que não é possível dar conta de todos os desdobramentos da Geografia Cultural e tampouco da ampla pluralidade de conjecturas que este tipo de interface permite na pesquisa geográfica. Por isso, o texto compreende três partes essenciais. A primeira parte aborda a gênese do pensamento cultural em geografia e os problemas adjacentes a esta prática primeira. A segunda parte trata da renovação da área no decorrer dos anos 1970 e um conjunto de conceitos, autores e possibilidades de pesquisa que repaginaram a maneira de pesquisar Geografia no viés cultural. Por fim, a terceira parte aborda a Geografia e Música, *Music Geography*, como exemplo da renovação e ampliação sensível no repertório de objetos de estudo que traz a Geografia Cultural. Tudo isso panoramicamente, mas na tentativa de demonstrar a seriedade desta linha na pesquisa de Geografia, a idoneidade dos autores que a iniciaram e a riqueza de detalhes que este amálgama produz.

PALAVRAS CHAVE: Geografia Cultural, Geografia Humanística, Geografia e Música.

Abstract

This paper addresses the Cultural Geography from the meeting of several authors, especially geographers, and development of the area from the Ratzel perspective. We demonstrate the most important concepts that give substance to this type of analysis, still very new in the country, as well as the specific way that cultural geographers see the space and articulate the cultural geographic content. Clearly it is not possible to account for neither all the developments of Cultural Geography nor the wide plurality of conjectures that this type of interface allows the geographical research. Therefore, the text comprises three essential parts. The first part deals with the genesis of thought in cultural geography and the problems surrounding this first practice. The second part deals with the renewal of the area during the 1970s and a set of concepts, authors and research possibilities that rework way to search in Geography cultural bias. Finally, the third part deals with the Geography and Music, *Music Geography*, as an example of sensitive renovation and expansion in the repertoire of objects

of study that brings Cultural Geography. All this panoramically, but in an attempt to demonstrate the seriousness of this line of research in Geography, the suitability of the authors who started and wealth of detail that this amalgam produces .

KEYWORDS: Cultural Geography, Humanistic Geography, Geography and Music.

Sumário

1. Introdução.....	9
2. Geografia e as primeiras nuances culturais.....	14
2.1. As escolas Americana e Francesa.	22
3. Crise e Renovação: <i>New Culture Geography</i>	37
3.1. Geografia Humanística, Fenomenologia e <i>Topofilia</i>	47
4. Geografia e música: possibilidades, autores brasileiros e agendas.	65
5. Últimas notas	90
6. Referências Bibliográficas	96

Lista de tabelas

1. Produção de geografia e música no Brasil.....	70
2. Abordagens de pesquisa e categorias musicais - George Carney	74

1. Introdução

Grande parte dos estudantes de Geografia de hoje sabem pelo menos resumidamente do que trata a Geografia Cultural, leram algum artigo sobre ou assistiram um ou outro professor mais atrevido falando, bem ou mal, dela. Todavia, se perguntarmos a estes mesmos estudantes sobre como um geógrafo cultural pensa, ou como se articula o conteúdo geográfico com a cultura, ou de que maneira se lê e interpreta na expressão cultural o ponto de vista geográfico, com certeza, poucos terão clareza e saberão além do que o corredor da faculdade e as fofocas informam.

Este paradoxo que há entre conhecer a parte cultural da Geografia e, ao mesmo tempo, desconhecê-la completamente, compõe exatamente o quadro atual. Embora estejamos vivenciando um momento de abertura e maior aceitação para este tipo de abordagem, não podemos negligenciar o fato de ela estar acompanhada pela força da tradição em geografia e, infelizmente, falar em cultura entre geógrafos ainda gera alguns arrepios, quando não escárnios e desconfiança. Sumariamente, é disso que trata o texto, especialmente com o esforço de desconstruir a retaliação que há.

A geografia pôde observar nas últimas quatro décadas um aumento sensível no número de publicações e estudos que têm como fonte documental da cultura, bem como a arte e a subjetividade dos homens. No entanto, embora estejamos inseridos em um contexto favorável às novas conjecturas, este tipo de fazer acadêmico é ainda bastante recente na história do pensamento e carente de pesquisadores. No Brasil, por exemplo, a Geografia Cultural, grosso modo, tem duas apenas décadas e nem meia dúzia de grupos e instituições dedicadas a ela.

Este trabalho tem como objetivo entender os diferentes desdobramentos da Geografia Cultural, sobretudo a partir da década de 1970, e, mesmo que panoramicamente, discutir os conceitos mais caros da ciência responsáveis por substanciar abordagens geográficas amalgamadas à cultura. A partir do esforço de mostrar o desenvolvimento da Geografia Cultural, seus principais conceitos e, no fim, algumas práticas possíveis nesta interface, os argumentos serão apresentados também para mostrar que grandes cânones participaram da construção da Geografia Cultural. Talvez por isso, aliás, dia após dia a Geografia Cultural receba mais adeptos e de variados níveis. Alguns migram para a Geografia Cultural depois de anos pesquisando noutras áreas, mesmo porque a riqueza de detalhes e pontos de vista que esta natureza de estudo proporciona é por si muito convidativa.

A primeira hipótese deste trabalho consistiu em captar elementos do espaço na produção cultural, especialmente a cultura do universo popular, e a partir desta triagem corroborar teoricamente em dois sentidos: primeiro, entender que a cultura lê o espaço e faz dele uma avaliação particular, mostrando características geográficas de maneira multifacetada, a partir da pluralidade estética, de autores, intencionalidade artística e riqueza da linguagem; depois, corroborar para a ideia de que o objeto da geografia não pode sê-lo apenas na sua estrutura, no ambiente e no seu visível, ele também é a partir do que nele se sente, ou daquilo que a consciência dos sujeitos diz que é ou não é certa realidade. Espaço geográfico faz parte tanto de uma avaliação coletiva e dominante, quanto da individual e introvertida.

Quem é que disse que a miséria não ri? Quem está pensando que não se chora miséria no Japão? Quem é que disse que não existem tesouros na favela? (Pedro Luís). Miséria, Japão e Favela têm contrastes, mas alguém está preocupado com o quê os miseráveis pensam/sonham no Japão, ou o que os japoneses conhecem de favela, ou como um favelado faz do seu martírio um dia a dia migratório entre o centro e a periferia? Aí entram em cena os Geógrafos Culturais que procuram entender o espaço e, mais substancialmente, como ele é lido e o que forma esta leitura. Desde já anuncia-se uma sensível mudança na pesquisa geográfica, uma vez que passam a compor o quadro de fontes a riqueza dos lugares, a subjetividade dos indivíduos, o papel das consciências e a leitura que a cultura faz de todo este processo, inclusive, manifesta nos produtos piamente culturais, seja artístico ou comumente.

Se a cultura também faz sua leitura do espaço, e se nós mesmos lemos o espaço a partir da nossa consciência, é preciso questionar o que e quais fatores formam nossa consciência e, logo, nosso parecer da realidade geográfica. De aí, o conteúdo deste texto é, na verdade, consequência de um projeto maior e mais ambicioso do ponto de vista teórico e metodológico¹ do que será apresentado. O que virá nas próximas páginas é parte dos resultados de pesquisa desenvolvida nos últimos três anos e, seguramente, trecho essencial dela, ao passo que aqui não apenas justificamos o pensar geográfico articulado à cultura, mas também procura entendê-lo com diferentes autores e em vários momentos. Quando falamos em cultura na Geografia nos remetemos não só a muitos autores que já mostraram esta preocupação e deixaram todo um legado importante, ao passo que também trazemos na reflexão a responsabilidade de produzir uma literatura que dê conta de amarrar duas coisas que escapam à obviedade e senso comum e, no entanto, são inextricáveis: Geografia e

¹ Projeto número 2011/21635-9: Geografia e Música: uma análise do espaço urbano carioca a partir das composição de Antônio Carlos Jobim.

Cultura. Assim, é necessário mostrar o caminho trilhado pela Geografia Cultural para entendermos o atual estágio das pesquisas e as nossas perspectivas que misturam geografia e memória, arte, oralidade, contracultura, religião, paisagens e consciência/cultura popular.

Ao tratarmos a cultura no domínio acadêmico é inevitável que muitas vezes apareça o esforço de conceituar a “cultura”, mesmo porque a prática de agregar à ideia componentes que a dotem de certa particularidade teórica é academicamente comum, pois, permite amarrar ao conceito à realidade espacial e temporal abordada e assim produzir conjecturas originais sobre ele. No entanto, e curiosamente, o conceito de cultura é particularizado antes pela grande abrangência de componentes que admite dentro de si porque, do ponto de vista teórico, e mesmo entre os antropólogos, é muito difícil harmonizar a cultura em uma moldura fixa e cristalizada, ou inanimada, em função da sua natural subjetividade e premente estado de transformação e negação de si. Pouco se ganha tentando uma ideia precisa de cultura, negando a sua subjetividade essencial (COSGROOVE, 2010), mas, se pudermos esquadrihá-la num esboço pelo menos panorâmico, é razoável compreendê-la enquanto o conjunto dos significados que um dado grupo social elabora e reelabora com base em sua experiência, que inclui avaliações, contatos e descobertas embutidas na prática cotidiana, portanto, a cultura coexiste com o nosso esforço de entendê-la e é totalmente livre das regras acadêmicas e sua produção de textos (CORREA, 2008).

O consenso que há dentro da antropologia moderna, entendida como a mais atual do ponto de vista tanto metodológico quanto teórico, é que a organização social responde ao seu ambiente a partir de certas demandas da sociedade, ao passo que a maneira de fazê-lo é essencialmente cultural. Quer dizer, a cultura engendradora socialmente responderá algumas características do seu meio e concomitantemente assiste sua transformação, embora o ambiente não seja absolutamente determinante na constituição dos valores que formam a cultura.

A visão da geografia determinista que esteve em curso na ciência, especialmente na sua fase mais embrionária nas últimas décadas do século XIX e durante a unificação do território Alemão, é refutada pelo conceito de cultura e pela própria constituição natural que a cultura tem. Cultura e geografia promovem em conjunto uma nova maneira de pensar a ciência, bem como uma crítica aquilo que foi produzido há um século.

A partir de 1920, antropólogos como Boas, Wissler, Kroeber, entre outros, **refutaram este tipo de determinismo e demonstraram que**

existe uma limitação na influencia geográfica sobre os fatores culturais. E mais: que é possível e comum existir uma grande diversidade cultural localizada em um mesmo tipo de ambiente físico. (LARAIA, 2007, página 21. *grifo nosso*)

Ainda sim, o fato de “cultura” representar naturalmente um termo polissêmico não é exatamente um problema, uma vez que sua existência nas relações entre os homens e o meio e sua premência na organização dos homens entre si e com a natureza é incontestável. Desta pluralidade de concepções sobre cultura a discussão do conceito gravita, grosso modo, a partir de três chaves: a primeira trata da abrangência dos fenômenos que compõe a cultura, uma vez que ela também pode ser entendida como o conjunto de significados e representações apreendidos da realidade pelo grupo social; em segundo, discute-se o papel que a cultura exerce na sociedade no sentido de transformá-la, por isso também qualquer estudo que se vale da cultura enquanto ferramenta teórica precisa estar seguro de sua escala de análise; e, por último, discute-se a transformação da cultura em si, de que modo ela pode passar por metamorfoses internas acerca dos seus valores, símbolos e representações, e os fatores que às vezes pode levá-la a perecer parcial ou totalmente (HOEFLE, 1998).

A cultura tem um papel elementar na organização social dos homens e na organização da própria sociedade com o seu ambiente. A questão de usá-la na análise geográfica torna-se óbvia tanto quanto urgente, uma vez que os valores ambientais bem como as atitudes que se dão geograficamente são ambas norteadas pela cultura dos lugares. Roque de Barros Laraia sublinha o mesmo argumento quanto atenta que

As diferenças existentes entre os homens, portanto, **não podem ser explicadas em termos das limitações que lhes são impostas pelo seu aparato biológico ou pelo seu meio ambiente.** A grande qualidade da espécie humana foi de romper com suas próprias limitações: um animal frágil, provido de insignificante força física, dominou toda a natureza e se tornou o mais temível dos predadores. Sem asas dominou os ares; sem guelras ou membranas próprias conquistou os mares. Tudo isto porque difere dos outros animais por ser o único a possuir cultura. (...) (LARAIA, 2007, página 24. *grifo nosso*)

Embora não tenhamos uma precisão teórica restrita para cultura, de modo que também podemos pensá-la como uma *categoria*², o ponto central que chama a atenção dos geógrafos é

² A cultura também pode estar para uma categoria, bem como o são o espaço e o tempo, pois existe no seio da sociedade independentemente do seu esforço teorizá-la, igualmente, a única fração dos homens que considera

que a cultura possui uma realidade obrigatoriamente espacial, *espacialidade da cultura* (CORREA, 2008), de modo que dá substância às atitudes sociais e ambientais e aos valores geográficos. Para além desse debate, pode-se pensar que a cultura igualmente assiste a construção da consciência ambiental com uma amplitude admirável entre os homens e, através dos seus valores, migramos historicamente ecologismo mais ortodoxo ao estilo geograficamente predatório mais inconseqüente.

Portanto, os diferentes lugares da Terra não o são apenas no sentido de suas coordenadas geográficas ou continentes em que se situam. A diferença entre os lugares trata-se também da singularidade simbólica que eles têm, simbolismo inevitavelmente construído pela cultura local, pela história daquele lugar e pelos constantes entrecruzamentos entre as pessoas, atores e instituições que o vivem e o transformam. Este simbolismo carrega consigo componentes que literalmente adjetivam o espaço e põe nele juízos de valor, de modo que ele pode transitar de uma condição campestre, *brejeira* e *prosaica*, às facetas mais cosmopolitas, *modernas* e *tecnificadas*.

Como aqui existe uma preocupação em mostrar algumas partes importantes do pensamento da Geografia Cultural, bem como é de costume entre os autores que a defendem teórico e metodologicamente, iremos escrevê-la dentro de uma cronologia. Na primeira parte “Geografia e as primeiras nuances culturais” discutiremos como a cultura foi usada pela Geografia, quais autores jogaram um papel importante e como se estruturou a primeira escola da Geografia Cultural. Na segunda parte “Crise e renovação: *New Culture Geography*” procuraremos mostrar quais demandas levaram a uma reestruturação da Geografia Cultural, quais autores e conceitos foram responsáveis por essa transição e como este legado se projeta no fazer acadêmico de hoje. Por fim, em “Geografia e música: possibilidades, autores e agendas” exemplificamos uma nova faceta da área que, inimaginável há alguns anos atrás, hoje se mostra como um novo fazer a Geografia justamente porque traz elementos teóricos que reinventam nossa pesquisa. Enfim, vale adiantar que este trabalho não tem tanto conteúdo quanto os leitores podem esperar e tampouco tanto fôlego quanto mostra. No mais, trata-se de uma simples revisão e compilação de autores que, para nós, fizeram a diferença.

2. Geografia e as primeiras nuances culturais.

Hoje os estudos que estão na interface da Geografia com a Cultura são admitidos na academia, agências de financiamento para pesquisa, possuem suas próprias metodologias e crescem o número de publicações na área, não obstante diferentes materiais artísticos ganham espaço na Geografia além da música (o cinema, a literatura, o teatro, a dança, os esportes e até a gastronomia dos lugares). No entanto, a cultura popular passou a ser admitida entre geógrafos acadêmicos muito recentemente, porque até os anos 1970, grosso modo, ela foi interpretada como uma cultura menor e meramente diletante, inconveniente para a pesquisa geográfica. Por isso, cabem aqui algumas páginas e argumentos sobre a história da Geografia, não em todas as suas escolas e particularidades, mas acerca de uma parte seminal, sobre *Geografia Cultural*.

A cultura apresenta uma espacialidade que juntamente com sua temporalidade constituem elementos cruciais, os quais, ao lado dos significados, permitem considerá-lo um objeto geográfico, mais especificamente, o campo da **geografia cultural**, uma particularidade da análise geográfica. (CORREA, 2008, página 317. *grifo nosso*)

Nos parágrafos que virão adiante queremos mostrar como a Geografia pôde ir pouco a pouco incorporando a cultura dentro de seus estudos e limites epistemológicos, apresentar de maneira sumária seu desenvolvimento desigual especialmente nos EUA e França e salientar seu momento de renovação (*New Culture Geography*) a partir da década 1970 onde novas influências assistiram o tipo de análise que propomos neste documento: hibridizar a Geografia e a Cultura no intuito de ler o espaço, pois ele possui uma dimensão obrigatoriamente cultural (CORREA, 2008).

Não é nossa tarefa escrever um grande documento que dê conta das diversas fases da Geografia científica e da escola cultural que nos propomos a investigar, são demais os riscos de fazê-lo e exigiria um projeto de anos³. Na verdade, procuramos compilar alguns textos mais elementares para esta abordagem introdutória e por fim corroborar para duas grandes hipóteses: primeiro, a hipótese de que a cultura foi durante décadas usada pela Geografia numa relação de subserviência e a partir de uma tendência cultural demasiadamente arquetípica, o que põe hoje muitos trabalhos publicados entre 1920-70 na posteridade com o

³ Recomendamos para o reconhecimento da área a leitura de CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis, Ed. Da UFSC, 2007.

estigma etnocêntrico e/ou ultrapassado; depois, na medida que verificarmos a primeira hipótese, também demonstrar que a conexão de fontes geográficas com as fontes culturais pode sugerir um novo tipo de Geografia atenta à cultura, à linguagem e à consciência espacial das pessoas que cotidianamente fazer uso dos seus lugares, seus lares e seus espaços múltiplos, além de ser um celeiro muito fértil para pesquisas em diversas subáreas (KONG, 1995).

A cultura é um campo comum para o conjunto das ciências humanas. Cada disciplina aborda este imenso domínio segundo pontos de vista diferentes. O olhar do geógrafo não dissocia os grupos dos territórios que organizaram e onde vivem; a estrutura e a extensão dos espaços de intercomunicação, a maneira como os grupos vencem o obstáculo da distância e algumas vezes o reforçam estão no cerne da reflexão. (CLAVALL, 2007, página 11)

Um tema que sempre ocupou o centro da pauta de debate em Geografia é a nítida pluralidade dos espaços da superfície, somado ao fato de que quando singularizados dentro de certa escala com padrões de homogeneidade ganham a conotação de *região* e/ou às vezes também, de *território*, espaço organizado com singularidades que denotam o poder de certos grupos sociais, sejam etnias ou classes. Muito embora seja evidente o reconhecimento da diversidade da Terra em aspectos de ordem natural, da própria natureza vegetal e climática dos espaços, houve ainda uma dúvida perene na ciência geográfica: por que a forma como os lugares é ocupado, trabalhado, expropriado, significado antropologicamente diverge tanto dentro na existência humana? Ou, pergunta esta bem amarrada à primeira questão, por que as atitudes ambientais não encontram padrões muito comuns entre as sociedades, mesmo àquelas que têm conformidade no *habitat* natural?

A moderna Geografia, assim como a moderna Antropologia, entendem que não é possível interpretar o meio ambiente como um determinante físico na vida humana e organização sociedade como se fôssemos uma espécie submissa ao nosso entorno. Espaços equivalentes do ponto de vista ambiental podem receber tratamentos muito diferenciados em função da cultura local que lhe pertence e, por este motivo, a investigação da cultura é uma das chaves principais, senão mesmo a mais imprescindível na geografia, para se discutir o espaço e a maneira da qual a sociedade o usa e interpreta. A localidade é administrada pela cultura que lhe é subjacente assim como as tendências universais, trocas e demandas econômicas e flutuações políticas, elementos também absolutamente culturais. Nosso país é prestigiado porque abriga uma grande miríade de povos e culturas e, sobretudo entre os autóctones, a diferença geográfica pode ser brutal mesmo dentro de um mesmo sítio geográfico com similitudes de ordem climática, topográfica, hidrográfica, pedológica e etc. A

título de ilustração, pensemos nos limites do Parque Nacional do Xingu e as diferenças são marcadas entre povos que o habitam e têm, portanto, o mesmíssimo ambiente:

Os xinguanos propriamente ditos (Kamayurá, Kalapalo, Trumai, Waurá etc.) desprezam toda reserva de proteínas existentes nos grandes mamíferos, cuja caça lhes é interdita por motivos culturais, e se dedicaram mais intensamente à pesca e caça de aves. Os Kayabi, que habitam o Norte do Parque, são excelentes caçadores e preferem justamente os mamíferos de grande porte, como a anta, o veado, o caititu etc. (LARAIA, 2007, páginas 23 e 24)

Desde os primórdios da Geografia a cultura – representada na segunda metade do século XIX como o conjunto de artefatos responsáveis pela mediação humana com o meio –, parecia uma saída razoável para responder às inquietações fundamentais citadas acima. Sumarizando a questão: por que não é possível observar um padrão de organização geográfica entre os homens, mesmo àqueles situados em ambientes praticamente iguais? Daí, em primeiro lugar, precisamos ter o esforço compreender o jeito que geógrafos olharam para a cultura, se o fizeram com rigor e, principalmente, se este olhar não foi hostilizador entre povos e culturas primitivas. Esta questão de discutir panoramicamente a apropriação da cultura pelos primeiros geógrafos catedráticos auxilia a compreender o desenvolvimento da Geografia Cultural como um todo, ao passo que sua metodologia resvala muito na tradição do século XIX e desde sua fase embrionária e sua faceta mais atual de entender a cultura é uma inequívoca crítica/revisão dos estudos primeiros nesta interface. CLAVAL (2007) completa o argumento quando põe ênfase no papel que a cultura exerce, geograficamente falando:

O peso da cultura é decisivo em todos os domínios: como os homens percebem e concebem seu ambiente, a sociedade e o mundo? Por que os valorizam mais ou menos e atribuem aos lugares significações? Que técnicas os grupos adotam, no sentido de dominar e tornar produtivo ou agradável o meio onde vivem? Como imaginaram, atualizaram, transmitiram ou difundiram o seu *know-how*? Quais são os elos que estruturaram os conjuntos sociais e como são legitimados? De que maneira os mitos, as religiões e as ideologias contribuem para dar um sentido à vida e ao contexto onde ela se realiza? (CLAVAL, 2007, página 11)

Já é sabido por todos àqueles que se interessam em Geografia que disciplinas mais tradicionais assistiram a gênese do pensamento geográfico clássico desdobrado nas décadas finais do século XIX, na Alemanha, e posteriormente na França, dentre as quais a filosofia e a botânica merecem grandes destaque. Mas, e primordialmente, foi o pensamento *darwinista* que recebeu o lugar privilegiado entre os primeiros geógrafos catedráticos e adotado enquanto uma inspiração, ou uma doutrina, durante a fase embrionária da Geografia científica. “A

Origem das Espécies” de 1859 é o livro mais lido do mundo não apenas pela clássica e incisiva cisão com o criacionismo, mas também por ter repaginado as cátedras do século XIX e a metodologia científica como um todo. Igualmente, ainda levado a cabo pela influência da obra de Darwin, houve dentro do rol das ciências humanas a não menos importante influência *naturalista* sobre o modo de pensar a sociedade, uma vez que a importação de idéias do campo da biologia para o campo das humanidades não gerava nenhuma estranheza aos gabinetes acadêmicos da época.

A geografia humana nasceu como um ramo das ciências naturais: isto explica o fato de que os geógrafos tenham, por muito tempo, resistido a levar em consideração certas dimensões da realidade humana e tenham sido mais sensíveis à diversidade das paisagens que à originalidade dos homens e das iniciativas que tomam. (CLAVAL, 2007, página 52. *grifo nosso*)

No ritmo ansioso de sociedades pretensamente “científicas” muitas comunidades geográficas motivaram e assumiram essa adoção darwinista, pois, mais do que rápido, ela tinha o poder de justificar a superioridade continental da Europa sobre os demais povos, subjulgando-os ao sabor de atrocidades, feiras universais, experimentalismos e o pecado “científico” do século XIX que hoje, aliás, aparece muito velado (HOBBSAWN, 2003). A obra de Charles Darwin deixou toda a comunidade pertencente ao universo intelectual em polvorosa e a relação homem-meio passou a ocupar o cerne do debate científico, porque na medida em que os conceitos do naturalismo foram importados para o debate geográfico a ideia de adaptação, pureza genética e raças ganharam os ares não apenas de Geografia, mas de Ciências Humanas como um todo.

No final do século passado e sob o efeito da revolução darwiniana, que conclui a transformação começada três gerações mais cedo, afirma-se a ideia de conceder uma atenção particular às relações entre os grupos humanos e o meio. **Não se deveria atribuir os contrastes dos mapas de densidade e o desenvolvimento desigual dos grupos à influência que o meio ambiente exerce sobre os homens?** (CLAVAL, 2007, página 19. *grifo nosso*)

A questão que o CLAVAL (2007) coloca no decorrer de obra elementar para os estudos de História do Pensamento Geográfico foi, senão a primeira, mas seguramente uma das mais importantes associações interdisciplinares da Geografia Clássica, associação que está na área *core* que particularizou a geografia como ciência, isto é, a influência direta e determinante do *meio* sobre o *homem* (leiam-se os sinônimos *natureza* e *sociedade*, respectivamente). É importante salientar que não foi exatamente a obra de Darwin responsável pela atrocidade executada nas ciências como um todo, mas sim a leitura e a

interpretação que se fez dela. Darwin, enfim, não é autor do darwinismo social. Neste ínterim, a seleção dos seres vivos pelo meio que Darwin postulava é substituída por Ratzel pela seleção das sociedades pelo espaço: a política impõe-se, assim, ao cultural (CLAVALL, 2007).

O modo de interpretação da Geografia a partir da influência naturalista dialoga com a essência da própria *adaptação das espécies* da qual argumentava Darwin. Isto é, a tese central de que a seleção das espécies deveria ser lida pelo critério da adaptação biológica, em função das características físicas do meio, de modo que aqueles inaptos tenderiam à extinção natural, migrou para o pensamento geográfico e foi significado à sua métrica, inclusive terminológica: o termo “espécie” de Darwin ganhou na Geografia a conotação de *sociedade*, e “meio” de *espaço natural*, termos estes em voga (ainda hoje!) no debate de Geografia. Esta relação maculou a Geografia durante parte razoável do século seguinte, bem como serviu como mote para a escola geográfica que se construía nas universidades francesas, a *possibilista*.

Como ocorreu com as ciências sociais daquele período, o modelo de Ratzel foi fortemente inspirado na biologia, e os temas por ele privilegiados respondiam à necessidade de refletir sobre os problemas de sua época, ou seja, a disputa dos territórios e o fortalecimento do Estado nacional como garante o poder dos povos dos territórios por eles ocupados. (CASTRO, 2005, página 20)

De aí, os Geógrafos que passaram pela febre darwinista começaram a investigar o próprio espaço como um agente seletor da vida e progresso das sociedades, assim como a *cultura* foi interpretada no mesmo contexto como a ferramenta da qual as sociedades dispunham em prol da adaptação, ou seja, responsável pela mediação com o seu espaço natural. Neste esquema simplificado de pensamento e análise, porém hierarquizado e determinista do ponto de vista espacial e ambiental, a Geografia científica pôde inventariar a cultura material como um fator chave da adaptação com o meio e, por conseguinte, idealizar modelos de evolução cultural e por fim tecer uma hierarquia das culturas. Esta etapa do nosso pensamento geográfico associado à cultura foi denominada por DUNCAN (1978) como “supra orgânica”, embora este conceito tenha origem antropológica – voltaremos a citá-lo adiante e explicaremos com mais detalhe.

O mais importante a salientar, então, é que esta perspectiva tradicional da Geografia durante os últimos anos do século XIX, que é a pedra fundamental de nossa ciência com o alemão Friedrich Ratzel (1884-1904), autor que fez da Geografia uma cátedra e uma prática

do Estado alemão, já incorporava a cultura dentro dos estudos geográficos, contudo, não forma ainda o que chamaremos nos próximos parágrafos de *Geografia Cultural* (CLAVAL, 2007).

Ratzel reconhece nos povos um atributo que pertence à sua essência, a mobilidade. Eles dominam as técnicas que asseguram sua adaptação ao meio próximo e dependem da história e do nível de desenvolvimento, a geografia concebida por **Ratzel atribui um lugar importante aos fatos de cultura, porque se vincula aos meios de aproveitamento do ambiente e àqueles estabelecidos para facilitar os deslocamentos. Mas esta cultura é sobretudo analisada sob os aspectos materiais, como um conjunto de artefatos utilizados pelos homens em sua relação com o espaço.** As idéias que a subentendem e a linguagem que a exprimem não são mais evocadas. (CLAVAL, 2007, página 22. *grifo nosso*)

Paul Claval, ainda com o mesmo tom de gravidade chega a observar que

Na medida em que a geografia humana é constituída em todos os lugares sobre a base dos problemas colocados por Friedrich Ratzel, a cultura é uma das variáveis fundamentais. Mas a maneira como ele mesmo a concebe restringe a curiosidade a seu respeito. A seleção dos seres vivos pelo meio que Darwin postulava é substituída por Ratzel pela seleção das sociedades pelo espaço: a política impõe-se, assim, ao cultural. (CLAVAL, 2007, página 23)

Desta feita já é possível notar duas singularidades que estão próximas da Geografia como prática científica e que, não obstante, nos interessa em particular. A primeira das singularidades faz menção à cultura e sua abordagem na Geografia, pois, sem muito esforço é possível ver aí um processo hostilizador no qual a abordagem cultural foi submetida na Geografia com muita reserva, simplificação e um esforço de hierarquizar o fato cultural, coisa ortodoxa e hoje estigmatizada. A cultura foi colocada no debate e na produção de textos de Geografia apenas no sentido utilitário e não representou nada além do que um apanhado de artefatos materiais para mitigar, ou adaptar, os impactos ambientais no cotidiano das sociedades e seu desenvolvimento. A cultura que interessa aos geógrafos é [era], pois, primeiramente constituída pelo conjunto dos artefatos, do *know-how* e dos conhecimentos através dos quais os homens mediatizam suas relações com o meio natural. (CLAVAL, 2007, página 12)

O segundo ponto singular que é possível extrair destes últimos parágrafos, este um pouco mais inebriado pelo contexto, é o próprio conceito de paisagem. A paisagem, sempre muito cara aos geógrafos, pode ser entendida como aquele conceito chave que instigou o questionamento nevrálgico da ciência e dotou-a de uma vagarosa, porém progressiva,

razoabilidade no decorrer do século XX. Abordada entre geógrafos conceitualmente a paisagem é decisiva na história do pensamento porque inicia na ciência um processo de abertura mais consciente para dialogar com a cultura. Logo, trata-se também de um conceito caro a todo o desenvolvimento da Geografia Cultural.

A paisagem ganha expressão nas décadas da primeira metade do século passado e encontra muita repercussão nos estudos do francês Vidal de La Blache. A história do século XX revela uma nova faceta da Geografia e dá vazão para outras instituições/academias do pensamento Geográfico, com ênfase na escola Norte Americana de Berkeley, Califórnia, cultura e paisagem coexistem na geografia e dão o embasamento para o que se desdobraria em Geografia Cultural. Portanto, importante frisar que

A paisagem traz a marca da atividade produtiva dos homens e de seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades. Ela é marcada pelas técnicas materiais que a sociedade domina e moldada para responder às convicções religiosas, às paixões ideológicas ou aos gostos estéticos dos grupos. Ela constitui desta maneira um documento-chave para compreender as culturas, o único que subsiste freqüentemente para as sociedades do passado. (CLAVALL, 2007, página 14)

Esta imagem que os lugares passam, lido por nós como *paisagens*, o são porque têm certa particularidade quando contrastada com as demais, particularidades tanto de ordem geográfica quanto simbólica, e, não obstante, podem ser entendidos também enquanto *paisagens* porque estão em paulatina metamorfose. De aí, por exemplo, um geógrafo pode se valer de uma paisagem dotada de contextos diferentes e investigar o que ela foi e no que ela se transformou, inquirindo, essencialmente, sobre os fatores que levaram a tal metamorfose e em que medida a cultura contribuiu para sua consumação. Para os Geógrafos Culturais e influencia da cultura em quaisquer realidades geográficas é absolutamente efetiva. É curioso pensar sobre o que exatamente dota este tipo de interpretação na Geografia de notoriedade, uma vez que ela se detém no valor e interpretação que do espaço, mas também substanciado pelo seu simbolismo, pois, na mesma medida em que ele é produzido é igualmente interpretado por uma consciência individual e coletiva. Deste modo

Os lugares, enquanto manifestações espaciais da cultura, estão impregnados de simbolismos que os tornam específicos, dotados de uma singularidade simbólica. Um tipo de cidade, um bairro ou uma praça podem exhibir atributos simbólicos que os insere singularmente na rede urbana construída por centros funcionalmente diferenciados, ou no conjunto da vida da cidade. O simbolismo desses lugares associa-se, em muitos casos, a uma singularidade locacional, e

essa é uma característica da espacialidade humana. (CORREA, 2008, página 307. *grifo nosso*)

No mesmo sentido, a guisa de exemplificação:

Por intermédio dos significados construídos e reconstruídos pelos diversos grupos sociais, o pesquisador pode analisar, por exemplo, **os significados atribuídos a um bairro operário, a uma paisagem agrária, a um bairro ou rua, à produção literária e música, à natureza e à religião, abrindo, portanto, um infindável campo de investigação.** (CORREA, 2008, página 302. *grifo nosso*)

Não é demais salientar que bem como a “geografia” é mais antiga que sua cátedra a “paisagem” é também pretérita a constituição do seu conceito acadêmico. Assim, é curioso constatar que o significado de paisagem, muito distinto entre os lugares que recebeu quaisquer tipos de significação, já trouxe na sua herança a articulação com o material artístico. Etimologicamente, portanto,

A palavra *landchap*, originária do holandês, designava alguns lugares comuns como “um conjunto de fazendas ou campos cercados, às vezes uma pequena propriedade ou uma unidade administrativa.” **Somente quando foi transplantada para a Inglaterra, em fins do século XVI, é que a palavra perdeu suas raízes terrenas e adquiriu o significado valioso de arte. Paisagem chegou a significar um panorama visto de um determinado ponto. Depois, foi a representação artística desse panorama.** Paisagem também foi o pano de fundo de retratos oficiais; o “cenário” de uma “pose”. Com tal significado, a palavra integrou-se inteiramente ao mundo do faz de conta. (TUAN, 2012, página 188. *grifo nosso*)

Não é tarefa nossa produzir uma crítica acerca da Geografia a partir de sua proto-história e tampouco apontar os defeitos da teoria clássica. Assim, embora tenhamos registrado um lado pernicioso da ciência, o que buscamos esclarecer nestes últimos parágrafos foi a premência em buscar na cultura algumas respostas para questões originalmente geográficas, da dificuldade de estudar a relação homem-meio que a Geografia se propôs negligenciando o conceito de cultura e suas práticas, e mencionar algumas influências que formaram a geografia ratzeliana. A primeira das grandes hipóteses mencionadas no início do texto – do uso que a Geografia submeteu a cultura na sua composição quando ciência e, no nosso ponto de vista, como fez de modo errôneo – começa pouco a pouco a se afirmar.

A ótica evolucionista sob a qual se desenvolve a nova disciplina focaliza a atenção sobre as relações “verticais” que os grupos estabelecem com o contexto físico e biológico onde vivem [isto é, relações culturais de poder];

estas se opõem àquelas que são tecidas no seio dos grupos ou entre os grupos, e que aparecem como “horizontais” e só suscitam um interesse limitado. (CLAVALL, 2007, página 19)

2.1. As escolas Americana e Francesa.

É bastante comum dentro de tradições científicas que alguns acadêmicos recebam certo protagonismo na história do pensamento, tanto para justificar melhor o modo pelo qual quaisquer disciplinas trabalham a realidade bem como para dotar o olhar metodológico de uma raiz teórica sólida, isto é, os próprios protagonistas e suas publicações. Tampouco é incomum achar esta tradição um problema instaurado ou uma injustiça com os demais pensadores que, conseqüentemente, ficam como coadjuvantes. Na realidade, esta distinção ocorre dentro de um esquema geral largamente aceito: a notoriedade é legada aos *precursores* do pensamento, e só mais raramente aos continuadores das teorias, dos conceitos e das metodologias. Pois bem, seguindo este hábito abordaremos os dois grandes protagonistas do pensamento geográfico na ótica cultural, das escolas americana e francesa: Carl Ortwin Sauer e Vidal de La Blache – este último mais superficialmente.

A geografia cultural desempenhou, na história do pensamento geográfico, um significativo papel, oferecendo uma contribuição particular para a compreensão da ação humana sobre a superfície terrestre. **No âmbito desta perspectiva, sobressai-se a Escola de Berkeley** que, entre 1925 e 1975 aproximadamente, caracterizou a geografia cultural norte-americana. A partir do último quartel do século XX, a geografia cultural ganha novas abordagens, trilhando novos caminhos.

Carl Ortwin Sauer (1889-1975), criador e expoente máximo dessa escola, formou algumas gerações de geógrafos que fizeram a geografia avançar, deixando um grande legado para as gerações futuras. (CORRÊA, 2001, página 9. *grifo nosso*)

Como já foi dito, embora a cultura tenha sido incorporada à ciência geográfica desde a tradição alemã no século XIX, os primeiros sinais de renovação no sentido metodológico para pensá-la com mais rigor juntamente à cultura só vieram apenas três décadas mais tarde nos EUA. Neste sentido renovador, enviesado pela influência da antropologia, o americano Carl Ortwin Sauer foi o autor responsável por revigorar de sobremaneira a interface da Geografia Cultural e é mesmo considerada até hoje o seu pai, pois entreviu uma descrição e estudo da paisagem a partir de duas chaves igualmente importantes e complementares: a *natureza* e a *cultura*. Segundo ele era no encontro destes dois pontos (natureza e cultura) que se constituía a paisagem, e considerava a estrutura social subjacente a ela responsável pela metamorfose e pelas intempéries das quais a acometida (CLAVALL, 2007). A partir daí, a paisagem é

recebida no primeiro plano do quadro de conceitos que forjaram a Geografia americana no início do século XX, substanciada pelas ideias de cultura e natureza.

A paisagem cultural é a área geográfica em seu último significado (*chore*). Suas formas são todas as obras do homem que caracterizam a paisagem. Com base nessa definição, em geografia não nos preocupamos com a energia, costumes ou crenças do homem, mas com as marcas do homem na paisagem. (SAUER, 1925, página 57. *grifo nosso*)

Reiteramos que neste momento dialogamos com o autor responsável por dar corpo à Geografia amalgamada à cultura, portanto elementar para o raciocínio geográfico do século XX e XXI. Não cabe enaltecê-lo pelo mérito ou tampouco rechaçá-lo no que tange aos conceitos hoje antiquados, buscamos apenas localizar seu lugar na história do pensamento geográfico e mostrar a articulação autoral que propõe a partir dos anos 1920 com outras áreas do saber. Carl Sauer é importante não apenas por ter protagonizou os estudos na área cultural e o fez geograficamente, seu legado é também considerado decisivo entre geógrafos porque talvez ele tenha sido o primeiro a propor uma articulação no plano teórico entre paisagem, cultura e natureza, seguramente com idoneidade.

Carl Sauer foi figura hegemônica na geografia cultural americana. Os principais temas deste campo, a saber, a ecologia cultural, a difusão de artefatos e idéias e a percepção cultural da paisagem, estiveram presentes em seu trabalho. Sauer reconheceu sua “dívida intelectual” para com os geógrafos culturais alemães do final do século XIX e início do século XX, especialmente com Ratzel, Schlüter e Hann. Sauer considerava Ratzel, acima de todos os outros, o pai da geografia cultural. Ratzel, por sua vez, foi profundamente influenciado por Hebert Spencer, um expoente da teoria supra-orgânica e quem, na verdade, criou o tema “supra-orgânico”. Sauer foi também igualmente influenciado pelas idéias correntes da antropologia americana. [...] A partir disso, Sauer assimilou a teoria da cultura que viria a permear todo o seu ensino e pesquisa posteriores. (DUNCAN, 1980, página 70)

Analisaremos a metodologia proposta por SAUER (1925), pois, é apenas a partir do texto capital “The morphology of landscape” que se é possível falar de uma fundação da Geografia Cultural, posto que tudo que veio depois, para o bem ou para o mal, veio entrelaçado com a proposta primeira de Carl Sauer. Muitos textos o criticaram na medida em que o conceito de cultura foi pormenorizado à manifestação material, no entanto, também pela questão precursora, nos parece esta análise necessária para entender o estágio que se encontra a Geografia Cultural hoje, e quais desdobramentos a proposta de Sauer provocou para atingirmos o estágio atual de investigação e pesquisa com o material artístico, linguagem e expressões populares.

Um dos principais componentes que macula a obra de Carl Sauer é o próprio conceito de cultura adotado e as conseqüências teóricas que vem com esta adoção. Trata-se de um conceito que aborda a produção cultural do homem apenas superficialmente, embora a entenda central na composição da paisagem. Em função de suas influências acadêmicas Sauer restringiu a pesquisa às fontes materiais da cultura e negligenciou sua essencial subjetividade, sua esfera simbólica e sua necessária expressão enviesada pela linguagem, seja cotidiana ou artística. Então, a crítica do autor em relação à civilização moderna é antes uma crítica ao modelo predatório que a sociedade ocidental adota para trabalhar o ambiente, isto no período entre guerras, pois, o avilta mais a indiferença com a natureza do que qualquer outra coisa. Se tivermos o cuidado de o entendermos no seu tempo seu nome ainda hoje é de uma autoridade, porque sua crítica além contundente procura o problema da expropriação, sobretudo, na paisagem. A geografia limita-se, entretanto, para ele, àquilo que é legível na superfície da Terra. Como os geógrafos alemães, ignora as dimensões sociais e psicológicas da cultura (CLAVAL, 2007). Neste raciocínio

Sauer orienta a pesquisa em geografia cultural para alguns pontos precisos: como os grupos agem sobre a cobertura vegetal natural e a transformam? É pela pastagem dos rebanhos, pelo incêndio e o cultivo seguido de um retorno ao pousio e às florestas? Quais são as espécies que as pessoas aproveitam na colheita? Quais são as que cultivam? Quais são os animais que caçam ou que criam? **Para fazer geografia cultural na maneira de Carl O. Sauer convém ter uma sólida formação naturalista – ao menos de botânico.** (CLAVAL, 2007, página 31)

Inserimo-nos na perspectiva saueriana somente ao passo que é possível colocar o conceito de paisagem como o mote da Geografia. As propostas de Sauer partiram da paisagem e nela dá unidade de análise aos geógrafos. Igualmente, propôs à profissão ler na paisagem os códigos geográficos de uma área e a partir dela tirar conclusões científicas. Para Sauer a relação homem-meio tinha na paisagem sua representação mais verossímil. O próprio chama atenção:

O termo “paisagem” é apresentado para definir o conceito da unidade da geografia, para caracterizar a associação peculiarmente geográfica de fatos. Em um certo sentido, “área” e “região” são termos equivalentes. É claro que área é um termo geral e não é distintivamente geográfico. Região passou a significar, pelo menos para alguns geógrafos, uma ordem de magnitude. **Paisagem é o equivalente inglês para o termo que os geógrafos alemães estão usando amplamente, e tem estritamente o mesmo significado: uma forma da Terra na qual o processo de modelagem não é de modo algum imaginado como simplesmente físico. Ela pode ser, portanto, definida como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais.** (SAUER, 1925, página 23. *grifo nosso*)

Ainda neste sentido, Sauer via uma distinção de duas partes na Geografia. Olhando para o seu texto temos a impressão de que “geografia humana” e “geografia cultural” eram trabalhadas distintamente no contexto em que iniciou suas publicações e, ainda, era possível existir uma relação de valoração da primeira sobre a segunda. Para além desse debate, a proposta de Sauer de análise da paisagem compõe a reunião destes pontos de vista em um só arcabouço teórico, pois, tenta resolver a crise eminente da Geografia nos EUA a partir do legado cultural e dentro de um recorte específico que ele mesmo denominou, a partir uma tradição etimológica, de *landscape*. A “paisagem”, tradução para o nosso idioma, para Sauer tinha também suas divisões internas e era preciso abordá-las em conjunto para a análise de campo. Voltaremos a este ponto.

De um lado, existe o objetivo de limitar-se ao estudo de uma relação causal particular entre o homem e a natureza; de outro, o esforço se dirige a definir o material de observação. Essa divisão foi aumentando em suas dimensões ano após ano e ameaçando levar à formação de um fosso através do qual é impossível manter uma unidade de interesses. A situação data dos primórdios da geografia moderna, mas tem se intensificado sobretudo no século atual. O primeiro grupo mantém seu interesse preferencial pelo homem: quer dizer, pela relação do homem com seu meio, habitualmente no sentido de adaptação do homem ao meio físico. O segundo grupo, se é que se aceita dividir os geógrafos mediante meras classificações, dirige sua atenção para aqueles elementos da cultura material que conferem caráter específico à área. Para simplificar, chamaremos a primeira postura de geografia humana e a segunda de geografia cultural. A denominação é usual, todavia não é exclusiva. (SAUER, 1925, página 20)

Algumas perguntas, então, podem começar a surgir no horizonte desta abordagem e aparentemente destoar nossa explicação. A questão pode ser sumarizada em três partes complementares. Enfim, o que é “paisagem”? Depois, quais partes a representam? E, afinal, por que o estudo da paisagem está tão intimamente conectado ao estudo cultural na Geografia?

O conteúdo da paisagem é alguma coisa menor do que o todo de seus componentes visíveis. A identidade da paisagem é determinada, antes de mais nada, pela visibilidade da forma como se pode entender na seguinte afirmativa: “Uma representação correta da forma da superfície, do solo, e da massa visível de rocha na superfície, da cobertura vegetal e corpos de água do litoral e do mar, da vida animal visível na área e da expressão da cultura humana, é o objetivo da pesquisa geográfica”. (SAUER, 1925, página 28)

Este conceito de paisagem muito caro à Escola Americana promovida por Sauer é o amálgama das relações visíveis entre o aparato humano e o aparato natural. Visíveis é o termo mais preciso, embora desatualizado, porque esta escola interessava-se pelos artefatos

materiais no campo e na cidade e, com eles, pensavam na intermediação do homem com o meio. Apesar de parecer bastante complicado, significa que no limite a paisagem tem apenas duas dimensões que originam sua forma numa via de influências: a cultura com o meio e o meio para as culturas. A proposta do autor é olhar para os dois aspectos, cultura e natureza, e colocá-los dentro do mesmo âmbito, mesmo que para isto seja necessário negligenciar certos componentes da natureza ambiental ou da própria natureza humana (como a subjetividade, os interditos da linguagem e interlocução, as artes, o conflito entre culturas, o necessário etnocentrismo que elas guardam e etc.). Daí, o hábito de estudar Geografia a partir de algumas disciplinas que a complementam não é coisa nova, embora pareça atual, uma vez que pensadores da tradição americana sugeriam um jeito holístico de se fazer Geografia há quase um século e Sauer foi a própria vanguarda.

A área cultural do geógrafo consiste unicamente nas expressões do aproveitamento humano da terra, o conjunto cultural que registra a medida integral do uso humano da superfície ou as marcas visíveis, realmente extensivas e expressivas da presença do homem. O geógrafo mapeia a distribuição destas marcas, agrupa-as em associações genéticas, descreve-as desde a origem e sintetiza-as em sistemas comparativos de áreas culturais. (SAUER, 1931, página 23)

Já é comum dentro do debate em Geografia a tendência de associar à gênese científica com necessidades espaciais e territoriais dos Estados Nação formados na segunda metade do XIX. Esta máxima⁴, dentro da literatura geográfica tratada com alto grau de razoabilidade, parte do pressuposto militar do Estado, conquista dos territórios, da face imperialista da nação e insere a Geografia no lugar estratégico de ações oficiais. Decorre disto a tradicional conexão da Geografia com a Política.

Neste sentido, Sauer está na fremente transição entre o pensamento tradicional, chamado “Geo-Político”, e o pensamento hoje chamado pós-moderno⁵. Na posição privilegiada em que se encontra o autor em questão traz para texto tanto aspectos de ordem pragmática bem como outros considerados na época um raciocínio de vanguarda. Sua geografia varia entre a aplicabilidade e o ensaio teórico e, sem dúvida, o caráter transitório da redação de Sauer para as gerações futuras uma especificidade positiva para a Geografia, na medida em que busca na cultura explicações geográficas.

⁴ COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**: discursos sobre o território e o poder (2ª edição revisada). São Paulo: EDUSP, 2008; CASTRO, I. E. . **Geografia e política**. Territórios, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011; LACOSTE, Yves. **A Geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. São Paulo: Editora Papirus, 1998.

⁵ HARVEY, David. **A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1998.

Isso de fazer a transição entre o tradicional e o que nos propomos de adjetivar como “vanguarda” dá ao texto de Sauer o caráter de inovação, destarte sua importância. Esta passagem em que a Geografia é submetida pela Escola Americana como carro chefe e dirigida por Sauer, tem no seu código genético, portanto, a paisagem.

Nós estamos interessados naquela parte da paisagem que nos diz respeito como seres humanos porque nós somos parte dela, vivemos com ela, somos limitados por ela e a modificamos. **Desse modo, nós selecionamos aquelas qualidades da paisagem em particular que são ou possam ser úteis para nós. Abandonamos aqueles aspectos da área que possam ser importante para o geólogo na história da terra, mas que não têm qualquer importância na relação do homem com a área.** As qualidades físicas da paisagem são aquelas que têm valor de habitat, presente ou potencial. (SAUER, 1925, página 29. *grifo nosso*)

A paisagem e o componente cultural são abordados pelo autor não como as enxergamos hoje, obviamente, mas sim dentro de uma relação hierarquizada. Se este pensamento que estamos abordando dá um tratamento hierárquico aos seus conceitos é porque certos aspectos eram tidos como destaques na conformação do espaço geográfico. Estes aspectos de destaque são os materiais, do ponto de vista cultural, e os vegetais e climáticos, do ponto de vista natural. SAUER (1925) assevera que

Para a primeira metade do conteúdo da paisagem podemos usar a designação de “sítio” que se tornou bem estabelecida na ecologia vegetal. Um sítio de floresta não é simplesmente o lugar onde uma floresta está; no seu sentido completo, o nome é uma expressão qualitativa de lugar em termos de crescimento florestal, geralmente para a associação florestal específica que está ocupando o sítio. Neste sentido, a área física é o somatório de todos os recursos naturais que o homem tem a sua disposição na área. Está além da sua capacidade acrescentar qualquer coisas a esses recursos; ele pode “desenvolvê-los”, ignorá-los ou em parte explorá-los.

A segunda metade da paisagem, vista como uma unidade bilateral, é sua expressão cultural. **Há uma forma estritamente geográfica de se pensar a cultura, a saber, a marca da ação do homem sobre a área. Podemos pensar nas pessoas como associadas dentro e como uma área, como podemos pensar nelas como grupos associados por descendência ou tradição.** No primeiro caso, estamos pensando em cultura como uma expressão geográfica, composta de formas que são uma parte da fenomenologia geográfica. Sob esse aspecto, não existe lugar para um dualismo de paisagem. (SAUER, 1925, página 30. *grifo nosso*)

A geomorfologia que menciona Sauer – ou seja, a superfície da Terra – é moldada a partir das demandas humanas e têm a expressão das culturas em todas as sociedades. Neste ínterim, o humano ganha conotação morfológica e sua maneira de fazê-lo é cultural. Aqui, muito provavelmente, encontramos a máxima do pensamento saueriano e a síntese de sua proposta metodológica:

O homem deve ser considerado diretamente como um agente geomorfológico, já que vem alterando cada vez mais as condições de denudação e de colmatação da superfície da terra, e muito erros têm ocorrido na geografia física por esta não ter reconhecido suficientemente que os principais processos de modelagem da terra não podem ser interferidos, com segurança, embasados nos processos atualmente vigentes a partir da ocupação do homem. (SAUER, 1925, página 22. *grifo nosso*)

E, hierarquicamente, adverti aos leitores o fato de que

A paisagem natural está sendo submetida a uma transformação nas mãos do homem, o último e para nós o fatos morfológico mais importante. Por meio de suas culturas faz uso das formas naturais, em muitos casos alterando-as, um alguns destruindo-as. (SAUER, 1925, página 56)

“The morphology of landscape” propõe não apenas uma maneira de olhar para o objeto geográfico, mas também delimita qual é o objeto que pertence a Geografia e dá a ciência uma especificidade, ou identidade, a partir do seu objeto de estudo. Para SAUER (1925) as relações homem-meio poderiam ser analisadas conquanto fosse a paisagem considerada o centro das análises, uma vez que se valeu dela para compreender a essência da Geografia e seu conceito era imprescindível.

Na colorida realidade da vida há uma resistência constante ao confinamento dentro de qualquer teoria “simplista”. Nós nos preocupamos com a “atividade dirigida e não com a consecução prematura”, e esta é a abordagem morfológica. **A nossa seção da realidade, ingenuinamente selecionada, a paisagem, está sofrendo uma mudança múltipla.** Este contato do homem com o seu lar mutável, como é expresso por meio da paisagem cultural, é o nosso campo de trabalho. Nós nos preocupamos com a importância do sítio em relação ao homem e também com a transformação desse sítio. Ao mesmo tempo, lidamos com a inter-relação do grupo, ou culturas, e sítio, como expressos nas várias paisagens do mundo. (SAUER, 1925, página 68. *grifo nosso*)

À medida que são esclarecidas as questões preliminares sobre o artigo seminal de Carl Sauer nos aproximamos mais do alicerce que embasa a interface geográfica com a cultura. Seu texto é acompanhado por uma metodologia que exige em primeiro lugar interdisciplinaridade e, para nós, pensar a unidade de análise da Geografia a partir da confluência de diferentes áreas do saber, em si, já é suficiente para advogar a importância deste autor. É bastante evidente que a metodologia proposta não é perene por toda a história da Geografia ou que se trata de uma perspectiva indelével, todavia sua contribuição nos parece indiscutível.

A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a

paisagem cultural, o resultado. Sob a influência de, uma determinada cultura, ela própria mudando através do tempo, a paisagem apresenta um desenvolvimento, passando por fases e, provavelmente, atingindo no final o término do seu ciclo de desenvolvimento. Com a introdução de uma cultura diferente, isto é, estranha, estabelece-se um rejuvenescimento da paisagem cultural ou uma nova paisagem se sobrepõe sobre o que sobrou da antiga. A paisagem natural é evidentemente de fundamental importância, pois ela fornece os materiais com os quais a paisagem cultural é formada. A força que modela, entretanto, está na própria cultura. Dentro dos amplos limites do meio físico da área há muitas escolhas possíveis para o homem, como Vidal se cansou de apontar. Este é o significado da adaptação, através da qual, auxiliado por aquelas sugestões que o homem aprendeu a partir da natureza, talvez por um processo imitativo, amplamente subconsciente, atingimos o sentimento de harmonia entre o *habitat* humano e a paisagem com a qual ele se mistura de forma tão adequada. Mas esses também são oriundos da mente humana, não são impostos pela natureza daí serem expressões culturais. (SAUER, 1925, página 59. *grifo nosso*)

A citação acima já mostra que em determinada altura do seu texto Sauer denuncia sua intencionalidade teórica quando se remete ao conceito de cultura fazendo menção à tradição antropológica americana, posto que o problema da teoria de Sauer para muitos autores está justamente neste tipo embasamento, hoje pouco usado, pois, foi estigmatizado pelo tempo e entendido como um tipo de conceito bastante antiquado. Neste sentido, por intermédio de DUNCAN (1980) discorreremos um acerca das críticas que Sauer e a Escola de Berkeley recebem, pois, é exatamente nesta crítica que reside a demanda por atualização dentro da Geografia Cultural e abre as portas da ciência para um novo repertório de temas, dentre eles não apenas a música, mas também pintura, literatura, religião e cinema, por exemplo, assim a

[...] inclusão de novos objetos de estudo ao “repertório” da geografia cultural, **permite novas acepções e abordagens a objetos que já eram de interesse da disciplina anteriormente.** Os estudos geográficos sobre música, ou music geography, exemplificam muito bem esta situação. (CASTRO, 2009, página 7)

Não nos parece correto descriminar toda a obra de Sauer com um tom jocoso em função de uma falha teórica, uma vez que pontuamo-lo a no sentido também de demonstrar sua importância, mas foi a partir do equívoco apontado por James Duncan que a Geografia Cultural foi assistida por uma renovação epistemológica – voltaremos a este ponto adiante. Mas afinal, qual o conceito de cultura utilizado por Sauer responsável por tantas controversas, críticas e inclusive para alguns a degeneração de sua obra? No sentido didático, poderíamos retomar a cultura exposta manual de antropologia “Cultura: um conceito antropológico” de Roque de Barros Laraia e tornar-se-ia evidente o contraste entre o que se entende como

cultura hoje e como ela já foi interpretada. Quando olhamos para estes conceitos um ao lado do outro parecem peças completamente diferentes porque não se encaixam nem na forma, tampouco na função e no conteúdo.

As críticas, tanto externas quanto internas a um dado campo do conhecimento, constituem-se ingredientes cruciais para o desenvolvimento desse campo. A renovação da geografia cultural, iniciada no final da década de 1970, deve-se, em parte, às críticas, provenientes de diversas fontes, que a Escola de Berkeley recebeu. [...] os geógrafos oriundos da revolução teórico-quantitativa argumentaram que os geógrafos culturais estavam mais voltados para o passado, interessando-se por temas pouco relevantes para os problemas do desenvolvimento, temas que apenas serviam aos seus próprios interesses acadêmicos. (CORRÊA, 2001, páginas 23 e 24)

Esta interposição conceitual entre diferentes épocas nos remete ao risco de um juízo mal feito para com cada conceito, o antigo e o atual, e sem embargo é necessário pensá-los inseridos dentro de um contexto temporal para entender suas nuances entre escolas e pensadores. Ei-lo: o conceito de cultura “*supra-orgânica*” singulariza a abordagem cultural que propõe Sauer e o situa dentro de um rol de influências acadêmicas, especialmente da Antropologia americana. O nome aparentemente faz parte de um neologismo, uma palavra inventada ao sabor da academia, mas sua gênese é tão antiga quanto seu significado.

A teoria da cultura enquanto entidade supra-orgânica foi esboçada pelos antropólogos Alfred Kroeber e Robert Lowie durante os primeiros 25 anos do século XX, sendo, posteriormente, elaborada por Leslie White. A cultura era vista como uma entidade acima do homem, não redutível às ações dos indivíduos e misteriosamente respondendo a leis próprias. Além disso, foi essa visão de cultura que passou a dominar a geografia cultural. Esta perspectiva foi adotada especificamente por Carl Sauer ao se associar a Kroeber e Lowie em Berkeley nas décadas de 1920 e 1930, sendo posteriormente transmitida para seus alunos. (DUNCAN, 2003, página 64)

O conceito de cultura como entidade supra-orgânica supõe uma série de premissas que foram aceitas e incorporadas pelos geógrafos sauerianos. Supõe que a realidade esteja dividida em dois níveis, o orgânico e o supra-orgânico, constituindo-se esta divisão uma forma de idealismo. Nesta realidade dividida, a cultura está no nível supra-orgânico. Assim, é reificada, passando a fazer parte dos indivíduos de um grupo que a internalizaram. Essa internalização, por sua vez, levaria à homogeneidade cultural desse grupo, a qual, pela ausência de conflitos internos, implicaria mudanças pouco freqüentes e sempre originárias do exterior, de fora do grupo. (CORRÊA, 2001, página 26. *grifo nosso*)

Então, o que levou um conceito incongruente – apenas observando-o na superfície – a ganhar simpatia das ciências sociais e ingressar na Geografia com relativa popularidade? DUNCAN (2003) pondera que o esforço dentro de certas cátedras do conhecimento em se

firmarem sobre uma identidade científica pôde ser uma luta incompreensível para quem hoje procura refletir sobre a tensa passagem do século XIX para o XX. Parafraseando Iná Elias de Castro, o *pecado da Geografia*⁶ não se restringe apenas aos geógrafos, mas estende-se como um latifúndio e toma de assalto várias tradições científicas e disciplinas em todas as áreas. Por exemplo

Kroeber e Lowie preocuparam-se muito com a relação do indivíduo no meio social supra-orgânico. Isso foi, em parte, uma tentativa para distinguir a antropologia da psicologia e, mais tarde, da sociologia, focalizando a cultura como sendo um nível independente da realidade. **Ao elevar a cultura a um nível supra-humano, o antropólogo não tinha mais necessidade dos indivíduos e, portanto, não precisava dos processos psicológicos.** (DUNCAN, 2003, página 67. *grifo nosso*)

O autor continua sua crítica e sublinha a questão em tom grave:

Os geógrafos não têm só freqüentemente ignorado a variedade de definições alternativas de cultura que podem ser obtidas da antropologia, mas, **ao aceitarem o conceito supra-orgânico de cultura, escolheram inadvertidamente uma teoria que vem sendo amplamente contestada e, há muito tempo, rejeitada pela grande maioria dos antropólogos.** Enquanto esta, por si só, não é uma razão para que os geógrafos, a exemplo dos antropólogos, também rejeitem a teoria, **é surpreendente constatar que não se tenha tentado defender a posição diante de tais críticas.** (DUNCAN, 2003, página 65. *grifo nosso*)

A grande questão que incomodou Duncan no que dialoga com a cultura tal qual uma entidade supra-orgânica foi, na realidade, a conseqüência desta abordagem. Ou seja, para ele a seriedade da questão não estava apenas no conceito em si, que já lhe parecia inadequado, mas especialmente a maneira pela qual este conceito veiculava as análises geográficas e como às vezes tinha o poder incrível de empobrecê-las. Este modelo criava direta ou indiretamente

⁶ Tendo como objeto o conhecimento dos conteúdos e das dinâmicas espaciais, os estudos geográficos sempre ofereceram um importante recurso para a necessidade de controle do território, que se consubstanciava no exercício do poder através tanto da expansão dos impérios da Antiguidade como através do aparato burocrático-institucional do Estado moderno. Portanto, não é coincidência nem pecado original que o status acadêmico da geografia tenha institucionalizado um conhecimento útil para revelar, controlar e dominar territórios, para fazer a guerra, bem como para desvendar riquezas ocultas nas terras distantes que alimentaram as aventuras comerciais coloniais e imperialistas do século XIX e XX. Afinal, todas as ciências participaram desta aventura, nesses séculos, e também em outros: a história, recontando o passado, inventando e fortalecendo mitos nacionais; a antropologia, estudando os povos “primitivos” e abrindo caminho para as novas aventuras civilizatórias ocidentais; a matemática e a física, que desde Arquimedes favoreceram a renovação das armas para a parte da guerra, até a física nuclear; a química e a microbiologia do século XX, que forneceram suportes científicos para armas com capacidade de destruição jamais vistas. Ou seja, em toda história de disputa entre povos e nações a prerrogativa de um conhecimento, em qualquer campo, sempre representou um trunfo importante para a dominação, ou seja, um recurso do poder e um fator do desequilíbrio entre os povos, os Impérios e os Estados (CASTRO, 2005, páginas 42 e 43).

categorias distintas de apreensão da realidade e níveis⁷ diferentes da atuação da cultura, do homem e do meio. A cultura estava acima do homem e o homem organizado socialmente acima do meio, este tipo de raciocínio estava cimentado na plataforma supra-orgânica e, para DUNCAN (2003), foi esta perspectiva de autonomia a responsável pelo retumbante sucesso da Geografia Cultural Americana nos anos 1920 e seu arrefecimento gradual até os anos 1970 até o colapso, deste modo

O supra-orgânico implica uma visão de homem como relativamente passivo e impotente. Se o indivíduo é considerado atomístico e isolado, então as forças aglutinadoras entre os homens devem ser externas a eles. Os supra-organicistas não entendem que “a cultura é o trabalho da humanidade; temos a impressão de que ela é autônoma só porque é anônima”. (DUNCAN, 2003, página 77)

As críticas de Duncan vão tornando-se mais incisivas na mesma medida em que os conceitos são explanados e o autor começa a entender as consequências mais severas da abordagem clássica, assistida pela teoria saueriana e protagonizada na Universidade de Berkeley, Califórnia. Luiz Felipe Pondé, filósofo, professor e autor já muito reconhecido na comunidade acadêmica brasileira, em certa ocasião chamou atenção para o fato que a meta-narrativa, ou os grandes esquemas teóricos que procuram de alguma maneira subsidiar a análise da realidade a partir de recortes globais, como por exemplo o Materialismo Histórico e Dialético, em geral tendem a ignorar a peculiaridade do indivíduo e, para ele, qualquer tipo de estudo em que a abordagem se situe apenas no campo macroscópico infantiliza o ser humano e suas relações. Apesar do hiato temporal que separa Duncan e Pondé, bem como distinta base de atuação de cada um dos autores, há uma confluência notável: nenhum dos dois abre mão da perspectiva psicológica do ser, argumentam negligenciá-lo barateia o próprio indivíduo em detrimento de uma análise da sociedade sem pormenores e, como resultado, há a paradoxal submissão dos atores humanos dentro das teorias que procuram entendê-los. Isto aplicado à contra argumentação de Duncan acerca da cultura supra-orgânica é, muito possivelmente, a parte mais contundente do seu texto. Portanto

A consequência mais séria de se atribuir um poder causal à cultura é o fato de que ela torna obscuras muitas questões importantes relativas à origem, transmissão e diferenciação de várias “características culturais” dentro de uma população. Há uma falta surpreendente de muitas espécies de variáveis explanatórias, empregadas em outros subcampos da geografia e em outras ciências sociais. Por exemplo, há pouca ou nenhuma discussão a

⁷ Em suma, a visão de que a realidade é dividida em níveis autônomos não só parece ser metodologicamente não-demonstrável, como implica, desnecessariamente, um modelo desfavorável do homem. Neste sentido, portanto, muitos antropólogos têm abandonado esta concepção. (DUNCAN, 2003, página 75)

respeito da estratificação social, de interesses políticos de grupos específicos e dos conflitos que surgem de seus interesses opostos. (DUNCAN, 2003, página 78. *grifo nosso*)

Em suma, o mundo descrito pelos geógrafos culturais é um mundo no qual o indivíduo está em grande parte ausente, onde o consenso prevalece, onde os desvios são ignorados. É um mundo intocado pelos conflitos interculturais. Assim, a não-intencional consequência da teoria supra-orgânica tem sido desencorajar a investigação de importantes questões relativas à interação social, atribuindo explicações a uma entidade transcendental. (DUNCAN, 2003, páginas 78 e 79)

Reiteramos que o posicionamento teórico do qual DUNCAN (2003) lança mão não é inteiramente nosso e não apresenta o ponto de vista que achamos mais importante dentro da tradição de Berkeley. Contudo, como se trata de uma crítica já clássica na Geografia, e é imediatamente preciso situar os motivos que levaram a Geografia Cultural à renovação, não deixa de ser importante este legado, embora o achemos demasiadamente hostil para com a produção que analisa e, às vezes, indelicado. Mas

Em resumo, podem-se caracterizar os vários erros associados ao uso da teoria supra-orgânica da cultura como sendo de natureza ontológica ou empírica. Minha posição é a de que a separação do indivíduo da cultura é um erro ontológico. É um caso de antropomorfismo – de reificar um construto mental e atribuir-lhe autodireção e poder sobre os homens – que é puramente fictício. Ademais, isso envolve a rejeição de modos de pensar do senso comum, sem ganhar poder analítico. **A suposição de homogeneidade dentro de uma cultura é uma generalização empírica que não parece ser justificável em termos de expansão e progresso teórico.** (DUNCAN, 2003, página 89. *grifo nosso*)

Passado mais detidamente acerca da teoria americana dentro da Geografia Cultural, ainda é preciso alguns parágrafos para demonstrar esta aptidão de Geógrafos no início do século alhures. Como não é possível um estudo muito detalhado de cada país pioneiro, seus autores e especificidades, nos parece mais um exemplo satisfatório. Discutiremos, então, a perspectiva de La Blache e o embasamento que legou à geografia.

Como o conhecimento produzido em diferentes lugares é condicionado pelas diretrizes, demandas e características singulares destes lugares, não é de se achar estranho que, mesmo contemporâneos, Carl Sauer e Vidal de La Blache produziram trabalhos diametralmente diferentes, suas origens e seus espaços de atuação os levaram a entender a cultura obedecendo a certas particularidades. Os dois autores mais influentes da Geografia Cultural do início do século XX entenderam sua realidade um ao molde americano e outro no modelo europeu, ao passo que no limite beberam de fontes da *nação* dos EUA e, por outro

lado, da França – conceito inventado no final do século XIX inspirado nas demandas territoriais do Estado⁸ e, devido à proximidade temporal com o contexto, esta fase embrionária do nacionalismo pode ter facilmente influenciado as conjecturas de cada um. Vidal de La Blache teve interessou-se

(...) pela biogeografia e pelos efeitos da ação humana sobre a natureza vem da experiência no Meio-Oeste, particularmente em Michigan, onde trabalhou no Michigan Land Economic Survey. Seu estudo “Mapping the Utilization of Land” (Sauer, 1919) revela essa preocupação ecológica. Outros estudos referem-se à ação destrutiva dos indígenas e dos colonizadores nas terras no novo-mundo.

Pois bem, o que exatamente distingue os americanos dos franceses no que diz respeito à teoria? E em que medida cada um influencia a Geografia Cultural hoje? Vidal de La Blache passa um sentimento ambíguo em relação à sua teoria seminal e no tocante à cultura fica claro um dos pontos mais caros à vida intelectual do autor. A ambigüidade que questionamos associa-se ao emprego do conceito de cultura dentro de sua obra e o modo pelo qual este conceito se desdobra, quer dizer, apesar do uso ainda bastante tradicional/conservador da cultura seus resultados teóricos extravasam a simplicidade e têm análises inequívocas das geografias que a escola francesa se vale na investigação científica.

Para Vidal de La Blache como para os geógrafos alemães ou americanos, a cultura pertinente é aquela que se apreende através dos instrumentos que as sociedades utilizam e das paisagens que modelam [...] **A ambição de Vidal de La Blache é explicar os lugares, e não de se concentrar sobre os homens (“A geografia é ciência dos lugares, e não dos homens”, lembra ele, 1913), mas a análise dos gêneros de vida mostra como a elaboração das paisagens reflete a organização social do trabalho.** (CLAVALL, 2007, página 33. *grifo nosso*)

A cultura para o autor está tão associada à prática material e aos artefatos de intermediação com o meio quanto os estudos de Ratzel e Sauer, contudo os resultados têm La Blache já são em si um convite para uma renovação geográfica do ponto de vista epistemológico. Seguramente La Blache elevou a cultura para outro patamar em sua obra e contribuiu para que recrudescessem aspectos até então pouco valorizados pelos geógrafos de todas as escolas e tradições. Não sabemos se propositalmente ou não, ou se esta ambigüidade que apontamos entre a origem da teoria lablachiana é verossímil com a realidade histórica do pensamento geográfico – é, no mais, uma hipótese fruto da nossa reflexão. Mas do ponto de

⁸ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Cia. das Letras. 2008.

vista teórico, e da sofisticação da teoria francesa, o conceito de “gêneros de vida” engendrado por La Blache já nos parece estar alguns passos além da cultura supra-orgânica, utilitária e causal dos pensadores contemporâneos à escola francesa.

A cultura é para Vidal de La Blache e seus alunos, como para Ratzel e os geógrafos alemães, aquilo que se interpõe entre o homem e o meio e humaniza as paisagens. **Mas é também uma estrutura geralmente estável de comportamentos que interessa descrever e explicar (...)** A lógica ecológica da agricultura e da criação de animais fornece uma explicação funcional à maior parte dos traços assim revelados. O estudo da difusão das técnicas permite compreender o arsenal à disposição de cada grupo. **Mas o gênero de vida tem dimensões sociais e ideológicas que estão indissociavelmente ligadas ao seu aspecto ecológico.** (CLAVAL, 2007, página 35. *grifo nosso*)

Nesta perspectiva a qual vinculamos o início da transformação teórica tão cara à Geografia Cultural durante a década de 1970, catalisada por Vidal de La Blache, está o conceito de *gênero de vida*. Sua importância flagrante já está na prática de incorporar aspectos e valores até então não valorizados dentro da geografia, o sentimento com o meio ambiente, o orgulho da vida em grupo, o egocentrismo e o etnocentrismo e etc., e também no fato de relativizar tudo aquilo que se põe entre a sociedade e o meio, onde a cultura ganha um relevo muito mais dinâmico – o que hoje é entendido com mais propriedade dentro dos campos da Antropologia e Geografia foi assistido por La Blache nas fases iniciais. Então, o que são os *gêneros de vida*?

Os gêneros de vida encarregam-se dos valores: eles são praticados porque permitem substituir, mas também porque conferem uma identidade; situam-se mais ou menos no alto das preferências coletivas. Os nômades têm orgulho da liberdade que a mobilidade lhes permite. Os sedentários desprezam a pobreza e o despojamento que constituem o destino daqueles que não podem levar consigo nada além do estritamente necessário. (CLAVAL, 2007, página 35)

Não cabe aqui descrever todos os gêneros e os estudos que deste conceito ocorreram dentro, especialmente, de paisagens e estruturas agrárias. No entanto, antes de iniciarmos a próxima parte, é necessário mais uma vez frisar as particularidades de cada autor exposto no sentido de atribuir a cada um sua devida e importante contribuição. CLAVAL (2007) nos ajuda neste sentido e resume bem a questão quando pontua que

A geografia humana ocupa desde seu nascimento um lugar importante nas realidades culturais, mas as capta numa ótica reducionista: a ênfase é

colocada sobre as técnicas, os utensílios e as transformações da paisagem. A difusão é o único aspecto abordado da transmissão de culturas.

De um país a outro, as orientações diferem. Os alemães são os primeiros a colocar o foco nos utensílios, nas técnicas e nas paisagens. Demonstram, através de suas análises da morfologia do visível, que estruturas admiráveis o caracterizam. Os americanos devem a Sauer o fato de ter destacado o impacto das culturas sobre o componente vivo, vegetal e animal, das paisagens. Os franceses imaginam, com noção de gênero de vida, um instrumento flexível, que evite colocar entre parênteses tudo aquilo que passa entre os homens e a paisagem. [...] (CLAVAL, 2007, página 40)

O determinismo carreado dentro dos limites da produção científica, tanto de ordem geográfica bem como biológica/genética, foram suprimidos gradualmente por estudos mais modernos e menos tendenciosos na medida em que desenvolveu-se a história século XX – o momento pós-guerra é singular para entender a ceticismo da ciência e das massas com o totalitarismo⁹ e a propaganda anti-semita, por exemplo. Esta evolução do pensamento é particularmente interessante em Geografia, pois, desde os primeiros questionamentos sobre a organização do homem na superfície o determinismo geográfico subsidiou atrocidades nos próprios gabinetes oficiais de Geografia – o *pecado* que Iná Elias de Castro chama atenção. Não obstante, nos estudos dos geógrafos culturais no início do século, iniciado com Ratzel, existe também uma espécie de hierarquização perversa entre os grupos humanos, ao passo que o conceito utilitário/material de cultura passou a ser largamente aceito.

Este quadro, no entanto, muda drasticamente com a renovação da Geografia Cultural, do inglês *New Culture Geography*, pois, não apenas atualiza o fazer geográfico da academia, mas também revigora a imagem da ciência maculada pelo horror do determinismo geográfico tanto na ótica econômica, bem como política e cultural para com povos subjugados historicamente.¹⁰

Este processo da análise geográfica amalgamado à cultura articula uma inversão no fazer geográfico, a partir do contexto de renovação a cultura passa ser um componente tão ou mais importante do que as particularidades físicas da superfície terrestre. Passamos a ter um tipo de condicionamento cultural no fazer geográfico das sociedades e os geógrafos atentam para este fato. Paul Claval aprova que

⁹ ARENDT, HANNAH. **As origens do totalitarismo**: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Cia. das Letras. 1989.

¹⁰ BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2006.

A cultura deixa de ser analisada simplesmente em termos de relações homens/meios. Torna-se uma variável autônoma, impõe, àqueles que são atinentes, a pesquisa de certos tipos de soluções mais do que outros e transcende os limites dos meios naturais (...) A acumulação dos homens em certos lugares mais do que em outros não reflete as aptidões naturais dos meios. Exprime a desigual capacidade de organização dos grupos. (CLAVAL, 2007, página 43. *grifo nosso*)

3. Crise e Renovação: *New Culture Geography*.

Os homens não param de se questionar sobre as razões de sua presença na Terra; eles sentem a necessidade de dar um sentido à sua existência e ao mundo no qual vivem. É disso que os geógrafos devem partir na sua análise. (Paul Claval)

Em virtude especialmente de duas razões a Geografia Cultural foi submetida a uma espécie de renovação sobre e dentro dos seus próprios limites teóricos. A primeira destas razões, da qual já tecemos argumentos, tem a ver com os problemas adjacentes ao conceito de cultura da qual a tradição geográfica de Berkeley se respaldou. Talvez esta questão não tenha sido tão alarmante nos anos 1920 e 1930, mas substanciou a crise da Geografia Cultural e mostrou-se uma anomalia entre os geógrafos nas décadas subseqüentes.

A segunda razão está associada à organização cultural em um âmbito muito maior onde a “globalização”, mundialização do capital e homogeneização/pasteurização da arte jogam um papel central e são termos precisos para expressar a crise da década de 1970. A propaganda¹¹ e o esforço de uniformização do mundo, das trocas e das demandas entre países foi demasiadamente alarmante senão apenas para geógrafos, mas também e especialmente para todas as disciplinas vinculadas ao universo das humanas. Foi justamente a partir do momento equívoco do qual se pensou que as singularidades culturais arrefeceriam em nome do grande capital que aspectos outros passaram a ser valorizados entre os geógrafos, destes vieram a subjetividade, as línguas e linguagens, as representações, formas de transmissão dos

¹¹ Acreditamos que “propaganda” é o termo mais adequado para elucidar a questão na medida em que a mundialização que nos referíamos não teve um êxito verdadeiramente global. A questão central é a imagem subjacente a este momento que, esta sim, estava vinculada à inexistência dos territórios e suas fronteiras, particularidade dos lugares e regiões suprimidas em nome do câmbio econômico ilimitado do ponto de vista geográfico. Quer dizer, a globalização tem em si um componente falacioso e o que realmente engendra nossa preocupação é a imagem (pela via da propaganda, ou ideológica) que ela veicula.

saberes, a fenomenologia atuando fortemente como influência bem como todo conjunto das artes que passaram a ser valorizadas nos gabinetes de pesquisa entre geógrafos.

O interesse dos geógrafos pelos fatos de cultura era centrado no conjunto de utensílios e equipamentos elaborados pelos homens para explorar o ambiente e organizar o seu habitat. **A mecanização e a modernização introduzem um arsenal de máquinas e de tipos de construções tão padronizados que o objeto de estudo é esvaziado de interesse. A geografia cultural entra em declínio, porque desaparece a pertinência dos fatos de cultura para explicar a diversidade das distribuições humanas.** (CLAVALL, 2007, página 48. *grifo nosso*)

Se for possível situar historicamente nossa pesquisa estaríamos neste momento do texto vivendo os anos da década de 1970. Nesta etapa do texto procuraremos evidenciar como a história do século XX, especialmente a década 1970 embutida no contexto de Guerra Fria, jogou um papel bastante importante na constituição do corpo teórico da Geografia que, ao mesmo tempo, foi entremeando no momento reflexões sobre às práticas denominadas “positivistas” no final do século XIX, ora na vertente marxista e ora na vertente humanista a Geografia respondeu a todas estas questões e a década de 1970 é categoricamente decisiva – a vertente humanista é a qual nos respaldamos. Esta década que citamos fez coexistir dois dilemas no universo acadêmico que contribuíram para a evolução do pensamento geográfico, de um lado a crítica sobre o método positivista e do outro os novos desafios da globalização catalisada nos anos 1970.

Antes então de mostrar argumentos diretamente vinculados à Geografia e sua miríade de nuances, pedimos licença para injetar nestas páginas as poderosas metáforas de um historiador já bastante conhecido pelos textos, oratória e sagacidade: trata-se Nicolau Sevcenko e sua exposição admirável em “A corrida para o século XXI: no *loop* da montanha russa” (2001). A globalização, noutras ocasiões também chamadas de mundialização da economia, desmedidos avanços tecnológicos/ideológicos em escala global, ou fase neoliberal do modo de produção capitalista, compõe o quadro daqueles componentes que às vezes aparecem obscurecidos dentro dos estudos que olharam para o século XX, dotado de controversa entre autores e muito desacreditado enquanto um conceito propriamente dito. Contudo, é tratado com inteligibilidade no texto do autor citado acima, porque estimulado a entender a composição multifacetada do século XX, especialmente no que diz respeito às passagens do início e fim do século, Nicolau Sevcenko propõe investigar a questão à luz de uma ideia cuja autoria só seria possível a partir de um agudo senso de observação do cotidiano: a *montanha russa* é a

metáfora central do seu livro e o norte da sua linguagem, também assistida pelo amálgama de sensações entre o êxtase, o desespero e a vertigem que formam o mote de comparação e entendimento sobre a turbulência e o caos patentes do século XX.

A imagem e a experiência atordoante da montanha russa para Nicolau Sencenko podem ser analisadas a partir de três fases distintas que nos prestam um entendimento lúdico dos períodos formadores do século XX: a primeira e mais tranqüila destas fases está metaforicamente para o movimento de subida dos carrinhos, é o início do século pretérito às Grandes Guerras, ou seja, a ascensão contínua, metódica, previsível e tacitamente tranqüila nos primeiros minutos da aventura de uma montanha russa que simbolizam alegoricamente a fase hegemônica da doutrina industrial originariamente européia (ocidental) direcionada para a totalidade do globo.

As conquistas, especialmente referentes às técnicas capazes de dominar uma natureza historicamente inarredável, dotada de novos artefatos de transformação de energia cinética e elétrica, como também da velocidade dos novos meios de transporte e comunicação geridos no seio das sociedades industriais, materializaram a distância que os carrinhos adquiriram com a superfície à medida que ganharam os primeiros metros do trilho e consumou-se a hierarquia entre elites que se agigantam e, em contraste, povos outros que sintomaticamente apequenam-se no cenário mundial pela carência técnica. A euforia da subida dialoga metaforicamente com o espírito europeu de advogar a causa própria e ver no reflexo de sua imagem o futuro promissor do século XX as expensas da “ordem e progresso”, promotor da hegemonia inquebrantável a partir da racionalidade e abundância da produção e sossegada quanto sua opulência técnica industrial sem precedentes. Todavia, a ociosidade produtiva e ideológica deste curto período de ascensão está prestes a sucumbir no turbilhão trágico do século.

O susto do século XX, o mergulho no vácuo (SEVCENKO, 2000), tem início logo após ao rápido momento de júbilo que a subida da montanha russa proporciona, e é aí que subitamente recrudescer a fase brutal desta metáfora iniciado em 1914, trata-se portanto da segunda fase do século: a primeira, mais abrupta, assustadora e traumática descida na montanha russa. O sentimento de desorientação e medo dos anos que se alongam entre 1914 até o fim da Guerra Fria com todos os seus percalços beligerantes sugere o grosso do retrato de praticamente todo século XX.

O século XX – com seus campos de concentração e esquadrões da morte, seu militarismo e duas guerras mundiais, sua ameaça de aniquilação nuclear e sua experiência de Hiroshima e Nagasaki – certamente deitou por terra esse otimismo. Pior ainda, há a suspeita de que o projeto iluminista estava fadado a voltar-se contra si próprio e transformar a busca da emancipação num sistema de opressão universal em nome da libertação humana. (HARVEY, 1998, página 23)

Então, é precisamente no seio desta fase crítica onde a dominação e a hegemonia econômica pareciam substituir as especificidades de todas as organizações humanas, que a Geografia passa a se ater a detalhes anteriormente negligenciados. Os olhos se voltam para as expressões da cultura e em escalas ricas em detalhes, particularidades, singularidades da paisagem e é a prova de que, embora inseridos em um grande modelo de produção e trabalho, grupos ainda se valiam de perspectivas próprias para entender suas realidades espaciais e empreendiam seus lugares dentro de suas tradições à revelia do movimento progressivamente acelerado dos carrinhos – isto é, da experiência histórica (SEVCENKO, 2001).

Na passagem do século XX, portanto, o mundo já era praticamente tal qual o conhecemos. O otimismo, a expansão das conquistas européias e a confiança no progresso pareciam ter atingido o seu ponto mais alto. E então, num repente inesperado, veio o mergulho no vácuo, o espasmo caótico e destrutivo, o horror engolfou a história: a irrupção da Grande Guerra descortinou um cenário que ninguém jamais previra. Graças aos novos recursos tecnológicos produziu-se um efeito de destruição em massa, nunca tantos morreram tão rápido e tão atrozmente em tão pouco tempo. Essa escala destrutiva inédita só seria superada por seu desdobramento histórico, a Segunda Guerra mundial, cujo clímax foram os bombardeios aéreos de varredura e a bomba atômica. Após a guerra houve uma retomada do desenvolvimento científico e tecnológico, mas já era patente para todos que ele transcorria a sombra da Guerra Fria, da corrida armamentista, dos conflitos localizados nas periferias do mundo desenvolvido, dos golpes e das ditaduras militares no chamado Terceiro Mundo. Quaisquer que fossem os avanços, o que prevalecia era a sensação de um apocalipse iminente. (SEVCENKO, 2001, página 16)

A terceira fase da qual chama atenção SEVCENKO (2001) é talvez o ponto mais alucinante e desorientador da montanha russa que corre durante toda a história do século XX: trata-se do *loop*, no fim do século e na entrada para um novo milênio. Assistida por um arcabouço inteiramente novo de artefatos de comunicação, adjetivado bastante superficialmente como meio informacional, o final do século protagoniza a revolução da microeletrônica e informática para o bem e para o mal. A comunicação entre grupos em todas as escalas é acelerada de tal maneira que tivemos a sensação de vivenciar a subversão da

realidade, os valores são colocados de ponta cabeça e um tipo informação massificadora presta-se como madrinha deste processo voraz e célere do ponto de vista temporal.

As mazelas do período ficam evidentes à luz dos conflitos bélicos entre o ocidente e oriente, guerras são pormenorizadas à meros botões de vídeo-game, as crianças são expostas à grandiloquência da vaidade televisionada e da violência trivial e, inconscientemente, as incorporam como valores durante sua formação, a geração do final deste século XX tem o veredicto exatamente oposto àquele do início da jornada na montanha russa: agora a técnica aparece como um câncer da sociedade, o meio ambiente transfigura-se em uma espécie de tipo raro e o arrependimento caracteriza estes anos nocivos. A tranquilidade daqueles carrinhos que subiam triunfantes na aventura do século é substituída pelo mergulho caótico e pela vertigem desesperadora há, portanto, uma inversão total dos valores e das sensações entre uma etapa de outra. A violência penetra nas instituições que deveriam ser imaculadas, escolas assistem chacinas e faculdades o sucateamento estrutural e do pensamento. A promessa de que o século XX teria o privilégio de assistir um desenvolvimento fora de série pela via técnica-científica não passa de uma falácia para as gerações dos anos 1990, e a perspectiva para o novo milênio está umbilicalmente associada ao trauma do século que termina: o contraste entre o início e o fim do XX engendrou um grande abismo.

A terceira fase na nossa imagem da montanha russa e o *loop*, a síncope final e definitiva, o clímax da aceleração precipitada, sob cuja intensidade extrema relaxamos nosso impulso de reagir, entregando os pontos entorpecidos, aceitando resignadamente ser conduzidos até o fim do maquinismo titânico. Esta etapa representaria o atual período, a Revolução Microeletrônica. A escala das mudanças desencadeadas a partir deste momento é de uma tal magnitude que faz os dois momentos anteriores parecerem projeções em câmara lenta. (SEVCENKO, 2001, página 16)

Muito embora o *loop* da montanha russa já esteja bastante distante dos anos 1970, pois projeta-se na passagem para o novo milênio, não deixa de ser importante relembrar o porquê este terço de século chama nossa atenção em particular. O contraste entre a ascensão, a descida e o *loop* dos quais alerta SEVCENKO (2001) é que devem se prestar a análise rigorosa da academia, pois cada qual guarda singularidades que quando colocadas lado a lado são definitivamente alarmantes. No fundo, o autor busca mostrar que o avanço do século está amarrado às crises e às inovações que assistem a saída dos momentos críticos, todavia, inovações estas que ao mesmo tempo também assistem novos momentos de crise: as longas ferrovias, os navios vapores, o mundo financeiro, o telégrafo, as rodovias e os carros, a bomba

atômica, a robótica, a internet e enfim são exemplos quase todos perenes de que as acelerações da vida e do cotidiano foram consubstanciados pela técnica, pela pesquisa e sobretudo, pelos produtos da ciência. O resultado desta metamorfose abissal acerca do sentimento com o espaço-tempo levaram o último quarto do século XX às conseqüências ultrajantes, pois, mesmo com todos os avanços no âmbito teórico e tecnológico, muitas carência orgânicas são ainda estupidamente negligenciadas seja por um tipo Estado-Nacional que perdeu sua identidade, seja pela iniciativa privada ou pela mundialização econômica – apelidada imprecisamente de “globalização” ao sabor da publicidade e do *marketing*. O surto vertiginoso das transformações tecnológicas não apenas abole a percepção do tempo: ele também obscurece as referências do espaço (SEVCENKO, 2001):

Foi esse o efeito que levou os técnicos a formular o conceito de globalização, implicando que, pela densa conectividade de toda a rede de comunicações e informações envolvendo o conjunto do planeta, tudo se tornou uma coisa só. Algo assim como um único e gigantesco palco onde os mesmos atores desempenham os mesmos papéis na única peça em que se resume todo o show. Assistindo a esse espetáculo a partir da nossa perspectiva brasileira – entretanto com algum senso crítico –, podemos concluir que ou a peça é tão maluca que não dá para rir, ou é um drama em que nos deram o papel mais ingrato. Porque o fato é que as mudanças tecnológicas, embora causem vários desequilíbrios nas sociedades mais desenvolvidas que as encabeçam, também canalizam para elas os maiores benefícios. As demais são arrastadas de roldão nessa torrente, ao custo da desestabilização de suas estruturas e instituições, da exploração predatória dos recursos naturais e do aprofundamento drástico de suas já graves desigualdades e injustiças. (SEVCENKO, 2001, página 21. *grifo nosso*)

Respaldados na apresentação contextual do período feita por Nicolau Sevcenko, não nos parece à toa que o momento de crise e também de renovação da Geografia, especialmente para os geógrafos culturais, se encontre precisamente na década de 1970. A crise que nos referíamos de certa maneira já estava previsível e não foi uma surpresa muito singular, ela representa um legado de décadas acerca de conceitos utilitários de cultura o que cedo ou tarde resultaria em um descrédito quanto a sua abordagem em Geografia. Isto é, a crise da década de 1970, de certo modo, já era premente e foi consumada na mesma medida em que a escola de Berkeley perdeu influência e seu representante principal esgotava sua vitalidade e produção, em 1975 falece Carl Ortwin Sauer e a Geografia Cultural não sairia incólume deste período.

Após cerca de 50 anos de prestígio, ainda que variável, e de intensa produção intelectual, a Escola de Berkeley perde seu vigor. As inúmeras críticas – especialmente aquelas produzidas internamente – à incorporação

de novas matrizes teóricas e à revalorização da cultura como elemento para a compreensão da realidade nos últimos 25 anos levaram ao aparecimento daquilo que se convencionou denominar de nova geografia cultural (Claval: 1999). Contudo, isto não implicou ruptura absoluta com a geografia saueriana. (CORRÊA, 2001, página 28)

Por outro lado, entretanto, a renovação da Geografia não foi homogênea, mas recebeu trabalhos de duas principais vertentes. A influência do materialismo histórico e dialético por um lado e de outro do idealismo filosófico cimentaram as bases das duas escolas responsáveis por revigorar o pensamento geográfico. A partir de 1970 as ambigüidades da ciência receberam mais duas casas contrapostas do ponto de vista teórico e metodológico: a Geografia Marxista e a Geografia Humanista. Voltaremos às influências em breve, por agora o mais importante é esclarecer os efeitos da mundialização com desdobramentos perversos nas culturas, comunidades autóctones, no ensino de disciplinas e nas ciências – a renovação da Geografia não deixa também de ser um tipo de resposta à crise, esta por sua vez arquitetada pelo contexto “global” que deixa o estado embrionário em 1970 e chega à idade adulta no século XXI.

A mundialização da economia e o progresso das comunicações modificaram radicalmente as condições de vida e rompem os equilíbrios que caracterizam muitas sociedades que permaneceram durante muito tempo fora da história. **A modernização fez-se tão rapidamente no decorrer dos últimos trinta anos que as readaptações psicológicas requisitadas ainda não aconteceram. Os problemas culturais nunca ocuparam tanto espaço nas inquietações dos homens.** (CLAVAL, 2007, página 59. *grifo nosso*)

Ainda neste sentido, a Geografia Cultural arrefece durante um período e extravasa seus limites teóricos no imediato período seguinte, pois, está justamente situada em uma via de mão dupla – a crise que passa embora e, do outro lado, a renovação epistemológica que chega. Parece-nos particularmente importante este momento da história do pensamento geográfico, porque é a partir dele que novos elementos passam a ser admitidos dentro dos limites epistemológicos da ciência que se propõem a estudar o espaço, os anos 1970 marcam a divisão do que *era* e do que *passa a ser* importante para um geógrafo quando aborda determinado recorte espacial e tem consigo o componente cultural. Neste ínterim, finalmente, a cultura é desdobrada dentro nos estudos de geografia mais adequadamente, pois, também é posta em sua complexidade, suas variáveis são abordadas lançando mão da comunicação e transmissão dos saberes, linguagem, percepção ambiental, religião, artes, artefatos e tolerância intercultural.

Se por um lado a uniformização dos modos de produção das sociedades reduzidos todos a um desferiu um golpe brutal dentro da geografia, por outro também fomentou um novo tipo abordagem cultural em geografia, uma vez que não apenas as técnicas chamavam atenção como artefatos de mediação entre os homens e seu meio. A mediação que agora merecia atenção e estudos dos geógrafos não era simplesmente material, mas, sobretudo imaterial, simbólica, artística, lingüística e religiosa. Os geógrafos acharam uma saída razoável para o problema da uniformização da vida técnica e industrial: investigar o espaço e seus desdobramentos de escala a partir do que a sociedade produz como interpretação da sua própria realidade espacial, daí a interlocução, a imaginação e as artes como um todo terem certo protagonismo – inclusive, para nós, a investigação da Música interfaciada com a Geografia tem início neste momento onde se amplia o horizonte. A fenomenologia vigora entre geógrafos e os interditos da cultura começam a ser entendidos como objetos de estudo.

O desaparecimento da geografia cultural que parecia assim programado para o início dos anos 1970 não aconteceu. A uniformização das técnicas e da vida material nunca foi tão marcante como hoje: entra-se na era da viagem imóvel, que conduz turistas de um quarto de hotel Hilton a um outro quarto Hilton; todos são construídos com o mesmo projeto, com os mesmos equipamentos; são mantidos, graças à climatização, à mesma temperatura qualquer que seja o tempo exterior. Os jovens utilizam em todas as partes os mesmos jeans – mas um número crescente milita em movimentos fundamentalistas. Os nacionalismos que se acreditava decepados por duas gerações de marxismo-leninismo são mais virulentos do que nunca nos países do Leste. [...] O contexto obriga, pois, os geógrafos a não negligenciarem as dimensões culturais dos fatos que observam. Ele orienta sua curiosidade numa nova direção: **as técnicas tornaram-se demasiadamente uniformes para deter a atenção; são as representações, negligenciadas até então, que merecem ser estudadas.** (CLAVAL, 2007, páginas 49 e 50. *grifo nosso*)

Antes de continuarmos o raciocínio parece necessário fazer três ressalvas. A primeira delas dialoga com a escala das transformações das quais falamos durante os anos 1970, de modo que é certo que o processo de homogeneização não obteve êxito no mundo todo e em todas as proporções, sejam elas de nível local, regional ou nacional. O universo rural e o estilo de vida do camponês perderam expressão e foram solapados pela vida urbana e acumulação industrial de maneira avassaladora apenas no início do século XXI, pois, por exemplo, é na passagem do século que pela primeira vez os estudos demográficos apontaram para uma maior concentração nas cidades do que nos campos.

A segunda ressalva faz menção ao olhar geográfico na realidade acadêmica dos anos 1970 que sintetizamos acima, seria um erro afirmar que todas as expressões materiais e de larga escala deixaram de ser importantes dentro da geografia e sua análise, na realidade o que passa a acontecer é que novos componentes são incorporados nos estudos geográficos e este aumento do repertório engendra o alargamento dos limites da própria ciência, por sua vez amparada em uma tradição e em um conjunto de publicações clássicas que não deixaram de lograr importância. Na Nova Geografia Cultural, olhando-a a partir de uma lente panorâmica, as técnicas de produção ou as instituições societárias próprias a um grupo não detêm mais os pesquisadores. O que eles procuram compreender, na realidade, é antes a interpretação simbólica que os grupos e as classes sociais dão ao ambiente, as justificativas estéticas ou ideológicas que propõe e o impacto das representações sobre a vida coletiva, e só depois pensar o espaço de uma perspectiva da economia global, das classes sociais ou teorias de alguma maneira generalizantes (CLAVALL, 2007).

A renovação da geografia cultural esboça-se desde o início dos anos 1970 (Montada e Soderstrom, 1993). **Ela se manifesta, então, quase em toda parte da mesma maneira: os lugares não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que o habitam ou que os freqüentam.** (...) O romance torna-se algumas vezes um documento: a intuição sutil dos romancistas nos ajuda a perceber a região pelos olhos de seus personagens e através de suas emoções. (CLAVALL, 2007, página 55. *grifo nosso*)

A terceira e última observação está no seio da coexistência da crise e da renovação geográfica, porque o produto desta via de mão dupla foi uma terceira problemática que aparece mal resolvida até hoje, trata-se do embaraço abjeto entre geógrafos culturais e geógrafos materialistas. Ao passo que novas influências ganharam vigor nos anos 1970 elas também passaram a reclamar a razão, uma vez também em que as escalas que cada corrente propõe para a geografia desde cedo provaram certa incompatibilidade. Reiterando a questão:

Nas primeiras décadas do nosso século, os geógrafos interessados nos fatos de cultura voltavam-se essencialmente à diversidade das pequenas células de sociedades de etnólogos e dos campos do mundo tradicional. O progresso técnico, a facilidade das comunicações e a industrialização das fabricações de utensílios estão em vias de apagar esses traços (...) o material de cultura uniformiza-se, pois os camponeses recorrem cada vez mais aos arados produzidos pela indústria e descobrem a eficácia das novas segadoras ou ceifeiras mecânicas. O número de modelos, entretanto, continua elevado e as fabricações são freqüentemente adaptadas à natureza dos solos e ao tamanho das explorações da região, onde são vendidos. A uniformização do mundo só progrediu realmente nas grandes cidades e nas regiões industrializadas. (CLAVALL, 2007, página 47)

O que tentamos demonstrar nestes últimos parágrafos não deixa de ser a grande transformação da qual a Geografia Cultural foi submetida durante a história do século XX. Esta mudança não apenas dialoga com os objetos admitidos dentro da análise dos geógrafos, mas é muito singular também no que diz respeito à maneira pela qual os objetos da cultura passaram a ser vistos. Esta transformação consumada nos anos 1970 legou para a Geografia a imagem de uma ciência tolerante com as diferenças culturais e, mais do que isso, interessada nelas. Parece-nos bastante emblemática esta nova identidade da Geografia quando a comparamos com seu passado militar e estratégico adotado nas últimas décadas do século XIX. A história do século XX, portanto, resvala na Geografia positivamente e para nós significa uma transição, pois, sem embargo, dialoga também com a profundidade da qual são estudados os objetos do espaço e da cultura. A Nova Geografia Cultural, originalmente do inglês *New Culture Geography*, contrasta veementemente com às suas origens, de modo que

As questões que os geógrafos do início do século se colocavam a propósito dos fatos de cultura eram tão estritamente circunscritas que ficavam condenadas a uma visão superficial dos problemas. Tinham tendência, como James Duncan (1980) assinalou, a considerá-las como uma realidade de natureza superior imposta aos homens: ignoravam ao mesmo tempo, os problemas colocados pela transmissão dos saberes. (CLAVAL, 2007, página 41. *grifo nosso*)

Ainda sobre a mesma questão, Daniel de Castro reitera o quão decisiva e emblemática foi a Nova Geografia Cultural no simples exercício de compará-la a sua tradição: os anos 70 trouxe novas matrizes epistemológicas e metodológicas para a disciplina, gerando um debate considerado por alguns uma dicotomia entre a geografia cultural tradicional e a *new culture geography*, ou geografia cultural renovada. (CASTRO, 2009)

Já é sabido que, embora a Geografia tenha passado por uma reestruturação nos anos 1970, ela não ocorreu homogênea e sem conflitos internos. Por um lado a reforma da ciência foi catalisada pelo pensamento econômico e pela influencia materialista histórica e dialética e, por outro, pelo existencialismo, idealismo e fenomenologia que em conjunto engendraram a base da Geografia Humanística. Essas duas partes não foram miscíveis, pois, mesmo na origem, partem de concepções de mundo, sociedade e meio ambiente já abissalmente distintas. Na parte a seguir do texto tentaremos mostrar as nuances do pensamento humanístico, seus pontos de contraste com a vertente marxista e como seu constructo teórico pôde dar vazão aos estudos geográficos amalgamados às artes.

3.1. Geografia Humanística, Fenomenologia e *Topofilia*.

A possibilidade de tentar compreender o espaço para além da sua pura conformidade física, dos objetos naturais e antrópicos, ou de se valer de fontes documentais que escapam à composição do visível e mais evidente do espaço, ou até mesmo de radicalizar as escalas de estudo partindo primeiramente das conjecturas de pequenos grupos e até indivíduos são sem dúvidas inovadoras na Geografia – e certamente revolucionárias quando comparamo-la à tradição. No entanto, a questão que colocamos em pauta agora é não mais a de entender não o *porquê* houve tal demanda de transformação no pensamento geográfico, mas sim *como* ela ocorreu no sentido das suas bases, inspirações, filosofias, escalas, perspectivas e, não obstante, do ponto de vista do autor protagonista nesta mudança – Yi-Fu Tuan. Portanto, nos próximos parágrafos começaremos a construir a ponte que nos levará aos primeiros estudos de Geografia e Música. Para tanto precisamos entender a Geografia Cultural embasada pelas correntes teóricas que viabilizaram este caminho: a humanística e a fenomenologia, as escalas e a importância do lugar, Yi-Fu Tuan e a *Topofilia*.

A radicalização¹² do pensamento do ponto de vista teórico, emblemática na década de 1970, se encontra em duas casas: a humanística e a marxista. Embora hoje já saibamos das diferenças entre as duas escolas, aliás, sempre colocadas uma contraposta à outra, é curioso notar que no contexto do qual estas duas vertentes ganharam território na Geografia elas não antagonizavam como hoje, no embate marxismo *versus* humanismo, mas, especialmente, tinham a crítica direcionada à reminiscência do positivismo presente nas ciências sociais. Olhando a questão a partir deste ponto de vista, aliás, a crítica aproximava-as (COSGROOVE, 1983).

Isto, de ver na história do pensamento humanístico uma primeira crítica direcionada para o positivismo, é seguramente o lugar que guarda a principal identidade da Geografia Humanística até hoje. Em Geografia Humanística primeiro vem o esforço de avaliar os objetos espaciais coexistindo com a consciência (dos homens) subjacente a esta espacialidade, ou seja, de não apartá-los em nenhuma hipótese; depois vem o exercício de atrelar os objetos e as consciências dentro de uma lógica histórica; por fim, fazê-lo com a clareza de que um estudo de proporções complexas impõe limites acerca da escala e, portanto, a partir da

¹² COSGROOVE, Denis. **Towards a Radical Cultural Geography of Theory**. Radical Journal of Geography, Worcester: 1983.

humanística é o *local* e o *lugar* passam a ser os principais recortes geográficos de pesquisa e de análise.

(...) a orientação humanística surge justamente como reação ao positivismo, que dissocia o sujeito do objeto, contra os estímulos-respostas da perspectiva comportamental e as teorias que não dão conta do mundo. A escola humanística critica a nova geografia – muitas vezes seguida pelos geógrafos da percepção e do comportamento, com seus métodos quantitativos – e é uma alternativa para os estudiosos das relações homem-meio, por **introduzir no saber geográfico, o ser humano que produz, vive e conhece o espaço, interpretando a riqueza dos seus valores e experiências.** (MELLO, 1991, página 25. *grifo nosso*)

A escola da Geografia da qual advogamos e achamos suficiente para respaldar quaisquer estudos de viés cultural é a Escola Humanística. O *humanismo* em Geografia, evidentemente desigual de *Geografia Humana* epistêmica e ontologicamente, progride nos anos da década de 1970 e é extremamente subversivo com àquilo que já havia sido produzido na Geografia como um todo, porque questiona sua base histórica bem com sua direção e funcionamento, remove da ciência seu aspecto oficial e estratégico de gabinete e parte do esforço de promover a inversão da perspectiva de escala e do ponto de vista comumente aceito. A Geografia Humanística insere na pesquisa geográfica o viés humano e da consciência e o hibridiza com o espaço.

Pouquíssimas pessoas, por exemplo, têm a chance de conhecer a realidade de gestão do município em que vivem do ponto de vista geográfico ou do planejamento urbano. Por desconhecerem os trâmites públicos para interferir no espaço são cobradas tributariamente para que quaisquer tipos de ingerências possam ser capitaneadas e, enfim, deferidas no poder e no espaço. Não participam de assembléias ou reuniões, tampouco diagnósticos oficiais sobre àquilo que as cidades carecem, mas são acometidos por suas carências dia-a-dia velada ou diretamente. Neste quadro, a intervenção pública é acoplada à realidade espacial pela via transgressora, às vezes violenta, e não é necessário ser especialista em Geografia para notar no espaço uma vasta gama de transformações e ingerências que simplesmente fracassaram porque negligenciaram a opinião pública e o anseio popular. Geografia Humanística, e a consideramos um membro do corpo da Geografia Cultural, trata exatamente disso, de entender geograficamente a realidade a partir daqueles que vivem o espaço e suas nuances, e não somente a partir do sistema econômico, ideológico, político e coercitivo. Ludicamente, por exemplo, temos o seguinte:

O traçado dos caminhos nos parques e jardins é riscado sem consulta aos populares. Assim, nos desafios do dia-a-dia o povo não obedece os caminhos apontados pelas políticas públicas, passando a redesenhar as trilhas em diagonal, - ou veredas ligeiramente tortas – com os próprios pés. Uma maneira simples, eficiente e cômoda de cortar caminho, para chegar mais rápido ao destino. Este simples fato representa a galeria de exemplos na qual o geógrafo humanístico pode atuar para a construção de um espaço mais humanizado. (MELLO, 1991, página 35)

Apesar da obviedade para os geógrafos que prezam pela perspectiva do indivíduo, quaisquer teorias que negligenciam ou externalizam do ser humano as sensações e os comportamentos, simplesmente, infantilizam as pessoas envolvidas na ciência e infantilizam a própria disciplina. Alocar o bem e o mal fora das pessoas ou acima delas nos parece a pior forma de entender a realidade, incluída a realidade geográfica. No fundo é disso que o humanismo trata e por isso foi interpretado praticamente como uma afronta na década 1970, uma vez que questiona a escala de se pensar a Geografia e assim leva a perspectiva do indivíduo, das sensações e dos comportamentos às ultimas conseqüências no plano teórico, na produção de literatura e na metodologia geográfica. Para os geógrafos da escola humanística o espaço geográfico e o espaço mental estão de tal forma entrelaçados que a ciência não pode simplesmente desatrelá-los, mesmo que seja por uma razão metodológica ou de praticidade. O professor João Baptista Ferreira de Mello aperfeiçoa este raciocínio:

O humanismo em geografia desenvolveu-se, a partir dos anos setenta, como reação à certeza e precisão do positivismo, em sua postura reducionista. A abordagem humanista se apóia nas filosofias dos significados – tais como fenomenologia, o existencialismo, o idealismo e a hermenêutica – procurando compreender, por intermédio da experiência vivida pelos indivíduos e grupos sociais o que é o mundo vivido. **Para tanto, o pesquisador deve entranhar-se, sem preconceitos, nos significados que os seres atribuem aos espaços e lugares, visando compreender suas alegrias e carências, para então tentar influir e agir na construção de um espaço mais humanizado.** (MELLO, 1991, página 5. *grifo nosso*)

Sua dissertação de mestrado “O Rio de Janeiro dos compositores da música popular brasileira: uma introdução à geografia humanística” (1991) auxilia-nos a esclarecer estas questões densas acerca das influências que introjetaram na Geografia novas bases e caminhos – além de ser o estudo pioneiro de Geografia e Música do nosso país e por isso mesmo documento fundamental a qualquer um que se interesse pelo tema. Segundo ele

A corrente humanística é uma dessas tendências que, surgindo nos anos setenta, procura interpretar a multiplicidade dos acontecimentos do mundo vivido, trabalhando, para tanto, com os valores e sentimentos dos seres humanos, **justo o oposto das perspectivas positivistas que não pretendem ou tampouco conseguem explicar o mundo vivido, com suas leis e teorias mecanicistas, acabadas e abstratas.** O movimento humanístico resgata o homem e o trata com todos os seus atributos, situando-o no centro de todas as coisas como produtor e produto de seu próprio mundo e assim estuda o(s) mundo(s) habitados(s), logo experienciado(s) por homens e não um mundo hipotético. **Desta maneira busca tomar consciência da própria existência de cada um, em relação ao mundo, discordando da sistematização do pensamento humano e a tendência em reduzir o mundo a leis, rejeitando testes hipotéticos, teorias desenvolvimentistas, modelos, medidas e técnicas de laboratório.** (MELLO, 1991, página 29. *grifo nosso*)

Esclarecida esta primeira questão que trata da singularidade do humanismo, isto é, dos componentes teóricos que dão corpo a este viés, precisamos indagar o seguinte: qual é o ponto cabal que o distancia do marxismo, já que ambos influenciam a Geografia profundamente e o fizeram durante a mesma década. Esta cisão entre as duas correntes hoje está consumada até mesmo dentro dos departamentos de geografia e entre autores de um ou outro lado, no entanto o ponto chave que distinguiu é a proposição teórica de cada uma delas e há décadas.

O desenrolar da história das últimas décadas do século XX e seus acontecimentos de ordem política e econômica aprofundaram o divórcio entre as concepções, mas este precipício trata-se, sobretudo, de uma distinção no âmbito teórico. Ao passo que os geógrafos humanistas dão toda a importância ao indivíduo e, portanto, a consciência dos indivíduos, os geógrafos marxistas, pelo contrário, entendem que o componente principal para o estudo é o modo de produção e o sentimento de classe subjacente à economia. A diferença é demasiadamente antagônica, pois, enquanto humanistas pensam a partir da simbiose entre os sentimentos individuais, as tendências de grupos e a ideologia geral, conquanto todas elas em conjunto engendram as perspectivas e as atitudes no espaço, os marxistas partem do contrário: os indivíduos possuem uma consciência de classe, e não uma consciência individual, portanto, suas atitudes sociais e espaciais são condicionadas pela classe da qual cada um pertence e, na maioria das vezes, arrebatadas por uma ideologia dominante.

Ora, do ponto de vista geográfico, humanistas crêem que a consciência de cada um joga um papel demasiadamente importante acerca das atitudes com a sociedade e com o espaço, bem como pela maneira da qual os espaços são lidos, podendo destoar em função dos locais, do momento histórico em questão e das realidades particulares de cada indivíduo ou

pequeno grupo de pessoas; e marxistas, no entanto, têm o esforço de destacar a consciência dos seus indivíduos e as alocam em classes sociais, engessam a relação espaço-consciência e a substituem pela relação de classe, essencialmente burguesia e proletariado, ambos e cada um à sua maneira condicionados pelo modo de produção vigente e passivos às flutuações da economia.

Este quadro de características entre humanistas e marxistas mostrou-se desde logo incompatível. A consequência mais severa é que muitos estudos passaram ou a ser admitidos de um lado ou de outro, sob a patrulha de serem “simonizados” no rol acadêmico na tentativa de diálogo entre as perspectivas. As geografias marxistas e humanistas são perspectivas radicais em razão do ataque às raízes positivistas, mas divergem acirradamente em várias questões: (MELLO, 1991).

[...] os geógrafos marxistas estudam a classe social da pessoa e acreditam que a situação da sociedade projeta-se no indivíduo, formando uma falsa consciência em razão dos fluxos de informações, do mascaramento da realidade e a absorção da ideologia imposta pela classe dominante. Assim, de acordo com Armando Corrêa da Silva, para os seguidores do materialismo histórico a realidade não seria apreendida pelos homens e sua essência porque “é a vida que determina a consciência, e não o contrário”. [...] o humanismo volta-se igualmente contra os preceitos marxistas que reduzem o agente humano a um status passivo da estrutura econômica, discordando da redução do mundo a um objeto movido por “processos históricos”, que não são pessoas, mas sim abstrações. (MELLO, 1991, páginas 31 e 32. *grifo nosso*)

Outra questão que toma de assalto a Geografia Cultural pós-1970 é a influência o método fenomenológico, este mais vinculado primeiramente ao exercício da filosofia do que à tradição das ciências humanas. Não é da nossa alçada, evidentemente, dedicar muitas páginas à explicação da fenomenologia, sua história e suas nuances. No entanto nos parece necessário passar pelo menos superficialmente pela questão, de modo que representa um dos pontos traumáticos da história do pensamento geográfico e, não obstante, também o método que em boa parte subsidiou a Nova Geografia Cultural.

Pensado como método científico¹³ e não como metodologia, sua construção no plano teórico remonta a história do século XIX e revigora-se durante o século XX, de modo que se

¹³ Para esta questão metodológica há uma referência obrigatória para interessados na construção de método e geografia: SPÓSITO, Eliseu. *Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004. “(...) o método não se confunde com as disciplinas que foram resultados da fragmentação da ciência, desde o Renascimento, mesmo que, com esse desdobramento, o conhecimento

trata de abordar a essência dos fenômenos atrelados à consciência que respalda os próprios fenômenos, pois, todo o fenômeno só pode sê-lo na medida em que ele faz parte de uma consciência que o sustém. Neste sentido, fenomenologia trata deliberadamente de uma crítica a modelos científicos quaisquer que minam a subjetividade em prol de explicações universais, às raízes positivistas e ao cartesianismo. Por estas razões, embora o conteúdo da fenomenologia quase sempre apareça obscurecido ou dotado de um ponto de interrogação, o método foi considerado apropriado às demandas da Geografia Cultural e está entre os componentes que fizeram da década de 1970 um divisor de águas na ciência.

Os princípios fenomenológicos defendem que cada indivíduo constrói o seu próprio mundo, mas, ao mesmo tempo, postulam que existem mundos comuns a todos, onde os significados são raras e completamente privados, e sim divididos e reforçados pela ação dos grupos sociais. [...] **Pessoas com idêntico padrão de renda, que falam o mesmo idioma e cultuam hábitos semelhantes, possuem mundos íntimos e coletivos, conscientizados, de um lado, de maneira introspectiva e de outro, correspondidos na comunidade.** Pensar somente em um mundo único, descarta qualquer fantasia ou os sonhos remotos, desconhecidos e das fugas elaboradas pela mente humana, sempre fértil em erigir mundos fantásticos ou mesmo abomináveis. **A ilusão, o sonho e até o pesadelo, anestesia, aterrorizam, (ou alienam); mas são elementos integrantes na vida do ser humano, que assim foge às desesperanças.** (MELLO, 1991, páginas 32 e 33. *grifo nosso*)

É preciso ressaltar que a fenomenologia consiste num método e numa forma de pensar, nos quais a intencionalidade da consciência é considerada chave porque a consideração da percepção advinda das experiências vividas é, assim, entendida como uma etapa metodológica fundamental entre os fenomenólogos, procurando romper a oposição entre sujeito e objeto, tanto quanto entre ator e observador e firmando-se uma visão antropocêntrica do mundo e uma recuperação do humanismo: (LENCIONE, 1999 *apud* SPÓSITO, 2004, página 37).

Assim a fenomenologia analisa a **dinâmica** que fornece aos objetos sentidos e significado. **O objeto é sempre objeto de uma consciência, e “consciência de alguma coisa”, caso contrário, não existe nem consciência nem objeto.** Desse modo a fenomenologia ultrapassa a discordância sujeito x objeto inerente às ciências. **Este ramo filosófico é, portanto, uma maneira radical de examinar os fenômenos da consciência ou experiência. Os fenomenologistas buscam a evidência, os fatos como são produzidos, interpretando a apreensão das essências e**

científico tenha mostrado importantes avanços para a compreensão e explicação do mundo. A nosso ver, é a fusão simplificadora entre método e disciplina que foi provocando a crise paradigmática da qual se vive.” (SPÓSITO, 2004, página 23)

assim investigam os atos da consciência sobre o mundo vivido.
(MELLO, 1991, páginas 36 e 37. *grifo nosso*)

É comum dentro de algum método, filosofia, disciplina ou mesmo em dado momento específico da história do pensamento determinados autores ganharem muito prestígio na medida em que publicam obras seminais ou preconizam certas teorias/conceitos. Estes autores tornam-se clássicos, são demasiadamente citados, autoridades naquilo que tratam e suas obras são de passagem obrigatória dentro das disciplinas que exercem. Neste ínterim vanguardista, a Geografia Cultural respaldada nas filosofias dos significados e da consciência também tem um pensador mais ilustre do que os demais, o geógrafo chinês Yi-Fu Tuan. Seria um equívoco ignorá-lo aqui. Seus textos guardam um requinte muito apreciado entre os geógrafos culturais e são abordados como a própria base do pensamento cultural em geografia da segunda metade do século XX. Assim, para os próximos parágrafos tentaremos apresentar uma síntese do seu pensamento e intencionalidade, bem como discorrer um pouco sobre sua obra capital “Topofilia: um estudo da percepção, valores e atitudes do meio ambiente” (1975). Sua produção nos ajuda a pensar o espaço pelo viés que nos propomos, e é singular para todos àqueles que entendem a cultura como um componente fundamental do olhar geográfico.

Desde que, em 1976, Yi-Fu Tuan propõe falar simplesmente de abordagem humanista, a partida está ganha. A nova corrente aparece como um dos componentes indispensáveis de toda *démarche* geográfica. **Insistindo sobre o sentido dos lugares, sobre a importância do vivido, sobre o peso das representações religiosas, torna indispensável um estudo aprofundado das realidades culturais. É necessário conhecer a lógica profunda das idéias, das ideologias ou das religiões para ver como elas modelam a experiência que as pessoas têm do mundo e como influem sobre a ação.** (CLAVAL, 2007, página 53. *grifo nosso*)

Todas as questões referentes à *New Cultural Geography* são presentes na obra de Tuan e explicadas a partir de diferentes pontos de vista culturais, ou seja, o caminho metodológico do qual o autor lança mão para provar a importância do componente cultural no fazer geográfico, e na Geografia acadêmica, é o de escrutinar e comparar espaços geográfico e culturas das mais diversas, opulentas e contrastantes culturas na Terra¹⁴. O próprio texto de

¹⁴ “A obra Yi-Fu Tuan apresenta como traço comum a relação e elucidação das mais diversas experiências geográficas dos indivíduos e grupos sociais. Para tal entendimento, Tuan tem-se empenhado em construir e readaptar categorias analíticas relevantes com vistas à elaboração de suas pesquisas, percorrendo, com desenvoltura, espaços e lugares do passado e do presente, vividos por povos ágrafos e letrados, aventurando-se

Tuan já é um convite para a abordagem humanista, no sabor dos indivíduos e das culturas que o autor estuda e evidencia com instigante pluralidade do fazer geográfico. São absolutamente curiosos os resultados dos quais leitores se deparam ao abrir um texto de Tuan, seu livro é praticamente um laboratório antropológico, e tem o componente cultural no seio do debate acerca dos valores com o espaço, percepção e as atitudes. Das estepes, dos desertos, das áreas tropicais e equatoriais até as superfícies mais geladas do planeta Tuan transita com desenvoltura, mostra justamente o papel da cultura na organização espacial das sociedades e nem sempre consegue traçar um paralelo hegemônico entre elas, pois, são nas especificidades das culturas, entre os artefatos até as crenças e histórias, que vemos pela obra de Yi-Fu Tuan as singularidades geográficas de cada lugar que ele apresenta. Seus estudos parecem mais atuais na mesma proporção que o grande capital aparentemente pasteuriza o mundo, pois oferecem aos geógrafos as noções de perspectiva, individualidade, fé e desventura: Yi-Fu Tuan estabelece a diferença abissal entre *o que* vemos no meio ambiente, *como* o sentimos e *porque* agimos nele com tamanha assimetria.

Para o bem da explicação e clareza das idéias, propomos uma reflexão: imaginemos um pesquisador que embasado em Yi-Fu Tuan investiga dois ou mais espaços longínquos, porém equivalentes do ponto de vista latitudinal e com os mesmos traços naturais. Se nosso pesquisador notasse que o uso e a assimilação nos espaços não se deram da mesma forma ele estaria seguramente correto, pois logo compreenderia que a cultura intermediadora da percepção geográfica, da consciência e da ação humana no ambiente não é unicamente concebida pelos traços naturais e concretos do espaço, embora seja plenamente viável alocar alguns elementos geográficos na cultura e no aparato sensível dos homens – a cultura influencia o espaço, e vice-versa. Nosso inequívoco pesquisador avizinhou-se daquilo que propôs TUAN (1975; 1977), uma vez que não simplificou sua abordagem ao material meramente espacial e/ou às relações sociais da estrutura hegemônica. Assim, refutou a influência positivista, o determinismo geográfico, o marxismo ortodoxo e a escala geográfica inapreensível ou desumanizada. O produto deste hipotético estudante é a desconstrução do viés científico simplificador em Geografia, sobretudo àquele fazer geográfico que não se atém a diversidade cultural, e aí há o estudo humanístico pleno.

até os confins dos escombros das províncias caóticas ou infernais ou mesmo por entre as delícias e riquezas dos eldorados.” (MELLO, 2001, página 87)

A Geografia Humanística, uma parte basilar da Geografia Cultural e associada dela, relativiza o espaço (às vezes ao ponto de minimizá-lo), em benefício da capacidade que as culturas têm de criar consciências dotadas de dimensão geográfica. Esta capacidade da cultura é diferencial, isto é, incide desigual e heterogênea entre os grupos e cria consciências diversas – a plataforma geográfica da consciência, independentemente de onde se situa, pode ser predatória, como também ecológica ou preservacionista. Por exemplo, se vivêssemos em um planeta completamente homogêneo do ponto de vista natural, segundo os humanistas, teríamos estilos de viver e transformar o espaço ainda bastante distintos, pois a consciência e a cultura sofreriam influências históricas, psicológicas e sociais cada qual ao sabor do seu grupo e apenas àquelas características espaciais, mesmo homogeneizadas, não seriam suficientes para pasteurizar o fazer geográfico dos grupos e, muito menos, entre os indivíduos dos grupos.

O grupo, expressando e reforçando os padrões culturais da sociedade, afeta fortemente a percepção, a atitude e o valor que seus membros atribuem ao meio ambiente. **A cultura pode influenciar a percepção de tal modo que as pessoas verão coisas que não existem: pode causar alucinação em grupo.** Quando os papéis de cada sexo são definidos, homens e mulheres, dotam valores diferentes e percebem aspectos diferentes do meio ambiente. A percepção e os julgamentos do meio ambiente das pessoas nativas e dos visitantes mostram pouca coincidência porque suas experiências e propósitos têm pouco em comum (...) a realidade nunca é exaustivamente conhecida, não importa quantas sejam as perspectivas humanas, embora aquele aspecto da realidade denominado recurso possa se esgotar, um grande número de pessoas o percebem como recurso e o exploram. (TUAN, 2012, página 338)

A principal chave para se discutir Geografia Humanística é a produção cultural dos homens, especialmente àquela dedicada ao espaço de vivência, e separadamente, não em escala global, pois cada cultura guarda singularidades que quando diminuídas às escalas metricamente abstratas perdem-se as suas essências. Portanto, o determinismo geográfico é paulatinamente desconstruído em Yi-Fu Tuan, uma vez que as características imediatas da natureza não levam o homem a certas atitudes, trabalhos, ou estilos de vida e organização social determinadamente. A relação que TUAN (1975) se propôs a discutir é tão amarrada ao espaço quanto à cultura, sua teoria chega às escalas mais ricas em detalhes e atinge os estudados no corpo e no espírito – por isso também é considerado o pai da geografia humanística. “Descortinar” seu pensamento, parafraseando João Baptista Ferreira de Mello, é tarefa elementar para qualquer um interessado em ver o espaço na interface do *(o) que tem* e de como *ele é sentido* – duas coisas, aliás, que podem (até!) divergir.

De todos os pontos que merecem destaque na obra de Tuan por substanciarem uma nova maneira de fazer Geografia e ver o mundo, não podemos negligenciar a escala que ele trabalha e conseqüentemente propõe entre geógrafos. Qualquer produção em Geografia que direta ou indiretamente é arrebatada pela influencia fenomenológica e/ou humanística, deliberadamente, questiona a escala de abordagem da realidade para assim geograficamente fazê-lo com profundidade teórica razoável. É hábito que os humanistas assumam – desavergonhadamente! – o limite dos seus estudos, teorias e análises, sobretudo todos àqueles que se valem da cultura e da consciência para refletir sobre o espaço têm clareza que a gama de detalhes é empobrecida na tradição acadêmica de se pensar geografia em escalas enormes. Todavia, a ânsia de explorar a interface dos espaços e lugares junto à consciência é maior do que os ossos do ofício.

Outro fato salta aos olhos na obra de TUAN (1975) é o espaço de vivência dos indivíduos, o lugar deles, que é deliberadamente menor do que o espaço em termos métricos e piamente maior em termos de significado. Ninguém conhece o espaço na sua totalidade senão de maneira bastante abstrata ou superficial, o que na realidade temos são alguns fragmentos singulares deste espaço em nossas mentes e, por razões sociais e internas, preferimos freqüentá-los a outros. A Geografia que nos propõe Yi-Fu Tuan é àquela que investiga os confins da memória e dos sentimentos do ser e sempre em busca de conhecer o seu lugar, o espaço do “ficar à vontade”, este exercício vem acompanhado do estudo do “por que estes ou aqueles espaços evoluíram afetivamente para categoria de lugar?” ou, às vezes, de deslugar, do contrário, de repugnância ou fobia à ambientes pavorosos e evitados até em pensamento¹⁵.

Ora, se a Geografia Cultural, sobretudo no momento pós-1970, questiona acerca do espaço como produção mental, simbólica e da linguagem, assistido pela cultura local, por intermédio da sensibilidade de cada grupo e no limite de cada indivíduo, a escala de estudo destes geógrafos não pode ser outra senão àquela repleta de detalhes, contradições, interditos, influências e interlocuções: a única capaz de fornecer toda esta diversidade que a Geografia Cultural aspira é a escala do *lugar*. O espaço que se dá naturalmente associado ao colorido que a mente produz nele e sobre ele ganham relevo na Geografia se abordados em uma escala que viabilize o entrecruzamento dos fatos, da sensibilidade e da produção cultural, pois, do contrário estaríamos fadados a uma espécie de estudo impraticável. O local, escala mais privilegiada da Geografia Cultural, é dotado de sentimento e representa para as pessoas que o

¹⁵ TUAN, Yi Fu. Paisagens do medo. Tradução Livia de Oliveira. – São Paulo: Editora UNESP, 2005.

vivem conotações para o bem e para o mal: quando positivamente é um *lugar* e quando não é um *(des)lugar* – terminologias estas empregadas somente entre os geógrafos e acadêmicos, pois, no cotidiano popular, todos sentem as diferenças geográficas comportamental e sentimentalmente e, no entanto, dispensam a rigidez da taxonomia.

Temos que questionar: o que é o lugar? Por que recebe um tratamento teórico diferente da categoria de espaço? Em que medida o espaço se distingue do local? O argumento fundamental para todas estas perguntas reside no critério que distingue os dois conceitos porque, embora sobrepostos, não são a mesma coisa ou tampouco semelhantes:

Entre os geógrafos humanísticos há uma diferenciação significativa com referencia a esses conceitos. **O espaço, qualquer porção da superfície terrestre, é amplo, desconhecido, temido e rejeitado. O lugar, recortado afetivamente, emerge da experiência e é um amplo “mundo ordenado e com significado”.** Assim, o lugar está contido no espaço. (MELLO, 1991, página 42 e 43. *grifo nosso*)

É um erro afirmar que entre os geógrafos culturais os conceitos são submetidos por um tipo de triagem ou que alguns servem e outros podem ser simplesmente descartados¹⁶. O que ocorre, na verdade, e isto é patente na obra de TUAN (1975), é que a pesquisa de campo e o texto produzido têm a intenção de flagrar a maior quantidade de detalhes nos espaços e, por isso, o ponto de vista da consciência é superestimado na Geografia Cultural. A partir de Yi-Fu Tuan – bem que sua obra seja considerada tão particular no pensamento a ponto de dividir a Geografia em um *antes* e *depois* – a questão de estudar o espaço apenas pelos seus objetos materiais foi estigmatizada na lembrança dos estudos excessivamente pragmáticos. O *espaço vivido*, a partir de Tuan, é que ganhou uma nova e bem-vinda conotação entre geógrafos.

Espaço vivido é um conceito razoavelmente novo em Geografia, o que o particulariza? Seu ponto terminante é a investigação do contraste que há entre o meio ambiente, os objetos do espaço, e sua subsequente apreensão humana (já que a relação entre o que se vê no ambiente e o que se sente nele nem sempre é óbvia ou direta), assim, é o *lugar* dos indivíduos que o espaço vivido flagra no âmbito teórico. De aí, a cultura e a internalização de valores e juízos, acompanhados pela história e contexto que os formam, bem como os momentos político e econômico, assistem a apreensão do espaço e a concepção que a consciência a partir

¹⁶ Um exemplo clássico de entrecruzamento de conceitos e escalas pode ser lido em: HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade (7a edição). 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

dele constrói: todos estes fatores são importantes na medida em que intermediam a consciência com o espaço e engendram para ele um sentimento geográfico – neste sentimento um *lugar* pode ser construído, isto é, recortado afetuosamente daquele amplo espaço do sujeito e passar a representar um lar, um porto-seguro ou um refúgio do caos.

As experiências nos locais de habitação, trabalho, divertimento, estudo e dos fluxos transformam os espaços em lugares. Carregam em si experiências, logo, poesia, emoção, sensação de paz e segurança dos indivíduos que estão entre os “seus”. (...) Assim o lugar é recortado emocionalmente nas experiências cotidianas. O bairro, os locais de trabalho, dos encontros e lazer são lugares vividos, bem como os caminhos que conduzem a esses diferentes pontos. (MELLO, 1991, página 43. *grifo nosso*)

O *lugar* para os fenomenólogos para os geógrafos culturais joga um papel bastante significativo dentro da ciência, pois, olhar para ele significa olhar para as questões mais profundas que caracterizam o ser, os grupos, as suas preferências espaciais e o modo do qual o ambiente junto à consciência condicionam as percepções e as ações geográficas. Este é o mote da geografia cultural e aparece senão como um componente metodológico forte, todavia quem olha para a questão superficialmente tem a impressão de que se trata de uma metodologia de trabalho reducionista, parcimoniosa ou romantizada. Para demonstrar o contrário precisaríamos remontar o raciocínio e as demandas históricas que levaram a geografia a ser pensada desta forma. Mas grosso modo, direcionar o olhar científico especificamente para o lugar faz parte de uma linha do pensamento que desacredita que a consciência, a imaginação, os desejos e as ânsias das pessoas tenham sido simplesmente minadas pelo sistema econômico vigente a altura de perdermos nossa autonomia simbólica, psicológica e intelectual. Geógrafos que têm um norte teórico cultural/fenomenológico desacreditam que os indivíduos são manobrados ao sabor da economia ou da ideologia dominante, pois, ainda possuem subjetividade, pensamento, imaginação, criatividade e inteligência para vivenciarem suas demandas e seus universos pessoais internos.

A imaginação é, da mesma maneira, um veículo de liberdade e condutora de escapadas temporárias, em meio à desatenção, ou sonhadoras, como voar ou ancorar em portos seguros. Quando rodeado de problemas ou em instante felizes, o indivíduo espairose, caminhando por outros mundos, com o próprio corpo, ou por meio de novelas, livros, filmes, canções, jogos etc. na realidade, o pensamento não obedece às fronteiras. Conseqüentemente, as distâncias não são obstáculos. Assim, **do seu lugar vivido, o ser humano tem a capacidade de transitar em lapsos de segundo e pode viver,**

simultaneamente, em vários mundos/lugares. (MELLO, 2001, página 97. *grifo nosso*)

Neste sentido, uma das saídas teóricas da perspectiva cultural é contemplar o lar das pessoas enquanto objeto de estudo ou um recorte geográfico. O “lar” do qual falam geógrafos culturais escapa à noção popular de “lar”, mas, apesar de propor um conceito mais sofisticado, possui também componentes simbólicos originados no cotidiano do senso comum. Este lar é o lugar mais íntimo, embora não seja única e exclusivamente a casa que se mora ou o bairro que se habita, também pode ser representado por àquela cidade que produz emoção ou deslumbre cênico no observador, uma paisagem contemplada e admirada durante a vida, o sonho de morar em tal ou qual lugar, à cidade ou fazenda natal, o oceano de quem navega, a floresta de quem caça ou, enfim, até mesmo *shoppings center’s* para àqueles obcecados em consumo.

Como lar, o lugar ocupa uma posição central na obra de Tuan. Trata-se, seguindo os princípios fenomenológicos referentes à noção do mundo vivido, de **um centro pleno de valores e aspectos familiares indissociáveis, assim como de evocações que permitem a pessoa “sentir-se em casa”.** Mas o que é o lar? Tuan (1983) inicia uma de suas obras com esta indagação, para logo oferecer a resposta: **é a velha casa, o bairro, a cidade ou a pátria. A explicação aparentemente simples encobre uma infinita e complexa rede de sentimentos e entendimentos a propósitos que unem os homens a “seus” nichos de proteção e convivência ou concepção simbólica.** (MELLO, 2001, página 91. *grifo nosso*)

Não é tarefa do geógrafo fazer um juízo acerca do porquê as pessoas preferem este ou aquele ambiente, ao passo que é o universo pessoal e simbólico de cada um que faz a triagem das preferências espaciais. Entretanto, podemos refletir sobre as razões e variáveis que condicionam uma pessoa ou seu grupo a amar um recorte geográfico específico – essa sim uma tarefa para geógrafos que está muito além do sadismo de julgar. Não gostar da terra natal, do bairro, ou da casa que se mora, por exemplo, não são pecados capitais, aliás, podem servir como diretrizes para um geógrafo perceber que a insatisfação do sujeito está embasada, provavelmente, em alguma carência geográfica do seu lugar de origem. De aí, as noções de *lugar*, *lar* e *origem* são privilegiadas na pesquisa de Geografia Cultural e Humanística, de modo que assistem a análise do mundo vivido e íntimo de cada um e variam não somente em função do que geograficamente ofertam, mas, por outro lado, se satisfazem as demandas espaciais que cada indivíduo reclama mental e psicologicamente. Tratar geograficamente a *origem* e o *lar* exige muita sensibilidade por parte de quem estuda: primeiro porque cada um

possui seu próprio lar e raramente o lar de um tem o poder de construir um sentimento de pertencimento noutra pessoa; e, depois, porque são neles que talvez possamos entender as ânsias, os medos, as satisfações e o sofrimento daqueles que o vivem ou já vivenciaram. Portanto, a origem, o lugar e não menos importante, o lar, são objetos poderosos para a investigação de um geógrafo que investigue carências ou benesses no espaço.

O local da infância e/ou residência é lugar. Para os de fora pode ser desagradável, sem atrativos, mas é de tal forma rico em significados para quem muito o experimenta que a pessoa se sente agredida quando alguém faz um comentário depreciativo a respeito do lugar. Assim, **o sentido de lugar envolve enraizamento, amizade e simbolismo, um “contexto dentro do qual a consciência é revelada”, não sendo um mero mundo de fatos e negócios... mas um mundo de valores, de bens, um mundo prático.** (MELLO, 1991, página 50. *grifo nosso*)

Como *Lugar* e o *Espaço* preenchem teoricamente os limites da geografia cultural, de modo que entendemos o legado de Tuan¹⁷ imprescindível, seria inconsistente passar ao largo da questão, justamente porque os indivíduos vivem no trânsito entre os lugares e os espaços geograficamente desconhecidos e misteriosos. Este trânsito, diga-se de passagem, nem é sempre confortável, podendo muitas vezes ser uma adversidade articulada com a obrigação social e/ou profissional dos sujeitos. Além de distinguir o espaço vivido do espaço meramente geográfico, o trânsito entre os lugares de pertencimento e os todos os demais que não provocam quaisquer emoções pode também ser entendido como um tipo de progresso, quer dizer, um *espaço* que se tornou um *lugar* acrescenta no horizonte simbólico espacial e afetivo do ser: (TUAN, 1977). O que coordena esta progressão, quanto fator exógeno, pode ser lido entre geógrafos a partir do conceito de ideologia ou mesmo de benfeitorias estruturais; quando fator endógeno, valemo-nos do conceito de consciência. Entretanto, em geral, esta diferença patente entre os espaços e os lugares é respaldada por fatores endógenos e exógenos que coexistem, bem como a evolução de um nível para outro também sobre esta dupla influência.

Pela complexidade da questão que distingue espaços que têm e não têm uma carga de afetuosidade, lugares e espaços podem ser àqueles fisicamente acessados e, surpreendentemente, àqueles também vividos somente por intermédio da memória, da imaginação, do sonho e dos anseios. Neste sentido, o limiar dos lugares e dos espaços é tanto

¹⁷ TUAN, Yi Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução Livia de Oliveira – Londrina: Eduel, 2013.

físico quanto mental, portanto, a subjetividade torna-se absolutamente importante na Geografia Cultural, assistida pela obra de Yi-Fu Tuan e praticada entre todas as pessoas da Terra.

Desse modo, as experiências nos locais de moradia, trabalho, divertimento, compras, estudo e fluxos transformam os espaços em lugares. Locais próximos ou distantes, não vividos pessoalmente, podem ser lugares. Aqueles relatados pela imprensa ou por conhecidos podem tornar-se lugares concebidos, pois são construídos com o emprego da mente humana e as narrações transmitidas por outrem. (MELLO, 2001, página 92)

Embora esta distinção entre o *espaço* e o *lugar* seja central dentro do debate de Geografia do qual nos propomos, existe uma dúvida óbvia: o que exatamente faz com que apenas certos espaços em um ambiente assombrosamente grande recebam a conotação especial de *lugar*? Qual o ponto decisivo da metamorfose de um em outro? É absurdo, mas a Geografia ainda evoluiu muito pouco neste sentido e não chegou nem a resposta nem ao consenso da questão. O próprio Yi-Fu Tuan atenta sobre o impasse teórico e nos lembra que

A despeito de inúmeros levantamentos sobre as preferências das pessoas por cidade, subúrbio ou fazenda como lugares para viver e para onde ir nas férias, **permanecemos ainda bastante ignorantes quanto à qualidade e variedade de experiências em diferentes tipos de ambientes físicos, sob diferentes condições.** (TUAN, 2012, página 339. *grifo nosso*)

Ainda sobre a questão acima, o que parece evidente é que os lugares o são da maneira mais heterodoxa que possamos imaginar quando os comparamos entre pessoas, às vezes pessoas até do mesmo grupo econômico, religioso, social e étnico, e que possuem nuances próprias. Todos os paulistanos, por exemplo, são quase semanalmente bombardeados por ironias, piadas, inverdades, casos e histórias que escarnecem da imagem da cidade do Rio de Janeiro. Qual seja o motivo deste ranço, o que para nós pouco importa, é muito curioso notar a imensurável quantidade de paulistanos que ainda sentem apreço pela cidade do Rio de Janeiro e não pensariam duas vezes se tivessem condições de mudar para a Baía de Guanabara – este ponto será discutido na próxima parte e assistido pela expressão musical. Da mesma maneira, por exemplo:

Os prédios possuem a mesma e repetida feição, os conjuntos habitacionais, as auto-estradas que conduzem aos aeroportos e os viadutos que enfeiam o espaço urbano podem ser espaços, lugares ou

deslugares, dependendo da experiência de cada um dos grupos sociais. **A familiaridade para com esses cenários uniformes deve se manifestar de maneira mais lenta, mas dependendo de cada avaliação, o que é paisagem enfadonha, para uns, pode, para outros, em razão de seus valores e conteúdos, merecer apreciações sob diferentes prismas.** (MELLO, 1991, página 55. *grifo nosso*)

Uma forte singularidade que o pensamento humanístico se propõe a investigar, como já começamos a expô-lo, é a carga sentimental que um espaço pode internalizar nos sujeitos que o vivenciam cotidianamente. Esta carga sentimental, que é também desdobramento de todo simbolismo que o espaço contém, dá substância às atitudes, juízos e práticas espaciais dos sujeitos. Independentemente do contexto espacial ou temporal que levou certa pessoa ou grupo de pessoas a gostarem ou desgostarem do espaço, é emblemático que elas nutram um expressivo sentimento nele a partir do que a consciência lhes diz sobre ele. Esta carga sentimental, que é a divisa entre o espaço e o lugar, está intimamente associada ao aparato sensório das pessoas, isto é, apesar de todos nós sentirmos o espaço do ponto de vista biológico de maneira bastante semelhante (pois possuímos os mesmos órgãos), nosso contexto geográfico pode nos inclinar a percebê-lo dentro de certo viés, bem como nossa cultura pode confundir, ou maximizar, os sentidos do corpo. Esta vereda, da percepção, também é advogada pelos fenomenólogos, humanistas e geógrafos culturais. Neste sentido, TUAN (1975) propõe, primeiramente, pensar como e o que o corpo pode nos oferecer quanto sua percepção, e em que medida ela é ofuscada ou superestimada pela cultura, pelas crenças, pela experiência com o passado e na experiência com o espaço, antes de estudar detidamente uma situação geográfica pela via cultural. Assim:

Percepção é tanto as respostas dos sentidos aos estímulos externos como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura. *Atitude* é primariamente uma postura cultural, uma posição que se toma frente ao mundo. Ela tem maior estabilidade que a percepção e é formada de uma longa sucessão de percepções, isto é, de experiências. As crianças recebem mas não tem atitudes bem formadas, além das que lhe são dadas pela biologia. As atitudes implicam experiências e uma certa firmeza de experiência e valor. As crianças vivem em um meio ambiente; elas têm apenas um mundo e não uma visão de mundo. A *visão do mundo* é a experiência conceitualizada, um sistema de crenças; a palavra sistema implica que as atitudes e crenças estão estruturadas, por mais arbitrárias que as ligações possam parecer, sob uma perspectiva impessoal (objetiva). (TUAN, 2012, páginas 18 e 19. *grifo nosso*)

Novos conceitos podem ser criados na medida em que estudos demandam novas conjecturas no exercício da pesquisa. Como prática científica esta tradição é comumente aceita entre nas ciências sociais, e a carga sentimental engendrada geográfico e passionadamente no ser está para este costume de conceituação. Para conceituar o elo emocional, sentimental, passional e afetivo do homem nos seus lugares, a partir de TUAN (1975), a Geografia se iniciou no campo da *Topofilia*, isto é, o próprio elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, porém vivido e concreto como experiência pessoal, a *Topofilia* foi o tema abordado na plenitude da obra seminal de Tuan. Usamos *topofilia*, ou os laços *topofilícos*, para designar o sentimento de apreço e de pertencimento que o homem nutre com o seu ambiente, seu lugar e seu lar.

A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material, estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente relevada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentemente e mais difíceis de expressar são sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida. (TUAN, 2012, página 136. *grifo nosso*)

Continuamos ignorantes sobre os fatores cabais que condicionam a evolução de espaços em verdadeiros lugares – ainda desconhecemos se existem ou não componentes de qualquer espécie que obrigatoriamente sintetizem um lugar ou, pelo menos, tenha potencial para catalisá-lo. Mesmo assim, não é demais atentar que existe obrigatoriamente uma dupla dimensão que compõe o *espaço* e o *espaço vivido*: àquela propriamente geográfica, espacial, que trata das características físicas de um terreno; e àquelas do universo mental de cada um, onde a biografia do sujeito, seus medos, alegrias, traumas, aptidões e temperamento compõem o complexo quadro que preferências entre este ou aquele espaço. Portanto, e se for viável do ponto de vista teórico, a questão evoluirá epistemologicamente com àquele geógrafo que conseguir dosar as bases qualitativas (geográfica e mental) na síntese dos lugares, isto é, desvendar se há um componente mais incisivo do que o outro e quais fatores levam a isto. Podemos evoluir um pouco teoricamente quando relativizamos o meio ambiente em função da consciência, pois, tudo àquilo que se sente no espaço chega ao nosso juízo intermediado obrigatoriamente pela consciência. Um paisagismo idílico pode levar algum tipo de

expectador ao tédio, da mesma maneira que um posto de gasolina tem o poder de regozijar geograficamente àquele que ama carros, poluição, motores, tecnologia, velocidade e cheiro de combustível. Ou seja, em geral o meio ambiente não é a causa direta da topofilia, sobretudo quando partimos da hipótese que todos anseiam por um lugar digno e muitas vezes, no caso nefasto de não tê-lo, a saída pode ser escamotear o geograficamente óbvio e pervertê-lo ao sabor dos sonhos e da imaginação, ou quem sabe até da ingenuidade. O fato de as imagens serem extraídas do meio ambiente não significa que este as tenha determinado, nem necessitamos acreditar que certos meios ambientes possuam o irresistível poder de despertar sentimentos topofílicos: (TUAN, 1975).

O meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas oferece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais. Os estímulos sensoriais são potencialmente infinitos: aquilo em que decidimos prestar atenção (valorizar ou amar) é um incidente do temperamento individual, do propósito e das forças culturais que atuam em determinada época. (TUAN, 2012, página 161. *grifo nosso*)

Os conceitos de lugar e topofilia, portanto, estão muito próximos um do outro e evidenciam uma espécie de interdependência entre eles. O lugar geográfico do sujeito é construído na medida em que ele sintetiza mental e sentimentalmente seus laços topofílicos acerca dos seus espaços de lazer, segurança, origem, prática espiritual e às vezes de trabalho. Se, como argumentamos há pouco, o lugar em si está geralmente circunscrito a espaços metricamente pequenos, logo os laços topofílicos possuem limites igualmente pequenos e colocados a prova na medida em que conflitam com o discurso da globalização, diluição das fronteiras, (des)territorialização, pasteurização do espaço e planificação social e econômica. Portanto, o século XXI avilta gravemente àqueles que têm orgulho e pertencimento nos seus lugares, seus lares e suas origens. Como topofilia trata de recortes específicos condicionados por singularidades geográficas e mentais, é preciso sempre questionar a integridade deste sentimento nas pessoas inseridas em certo recorte geográfico, pois, todas elas estão impreterivelmente atreladas a esta ou aquela cidade, região, país ou continente. Na tentativa de verificar a verossimilhança da topofilia, seja pelo discurso, fontes documentais ou por intermédio do material artístico, é que podem se manifestar aquelas características espaciais e temporais que particularizaram certo recorte geográfico e o evoluíram para a condição de lugar. No próprio livro “Topofilia: um estudo da percepção, valores e atitudes no meio ambiente”, Yi-Fu Tuan atenta neste sentido:

Tal como pretendo “amor pela humanidade” levanta nossas suspeitas, **também a toponímia soa falsa quando é manifestada em um grande território. Parece que a toponímia necessita um tamanho compacto reduzido às necessidades biológicas do homem e às capacidades limitadas dos sentidos.** Além disso, uma pessoa se identifica mais facilmente com uma área se ela parece ser uma unidade natural. **A afeição não pode se estender a todo um império, porque, freqüentemente, este é um conglomerado de partes heterogêneas, mantidas unidas pela força.** (TUAN, 1975, página 147. *grifo nosso*)

Finalmente, o humanismo trata mesmo de uma mudança radical na maneira de pensar Geografia Cultural e estudar seus objetos. A partir dos anos 1970 grande parte das questões pendentes e retardatárias da Geografia Cultural foram alocadas da crise premente para uma nova estrutura teórica, conceitual e metodológica de abordar o espaço amalgamado ao seu imprescindível estado cultural. O protagonista deste processo, e pensador fundamental da Geografia até hoje, foi Yi-Fu Tuan, sua obra é responsável por investigar o meio ambiente à luz das particularidades da cultura e da percepção e propor um novo tipo de Geografia – para muitos é inegavelmente uma revolução sem precedentes na ciência, para outros uma esquizofrenia ainda muito mal resolvida e fadada ao colapso teórico. Não nos interessa a polêmica entre os amantes do pensamento humanístico com àqueles que o rechaçam, bem que os textos de Tuan não são questionados acerca seu embasamento teórico, mas é de muita valia para nós reiterar que esta nova escola da Geografia assistiu um novo horizonte de possibilidades para o estudo geográfico. A seguir, então, procuraremos mostrar em que medida novos estudos foram geograficamente admitidos, com ênfase na música, seus principais autores e seu desenvolvimento no Brasil.

4. Geografia e música: possibilidades, autores brasileiros e agendas.

Quando um estudante, pesquisador, profissional ou até mesmo amante da Geografia começa questionar sobre os limites da ciência, e mais especificamente sobre o seu repertório de objetos de estudo, logo se depara com um paradoxo grotesco: a geografia está em todo o lugar, compõe uma habilidade cognitiva do ser, e enquanto prática social assistiu a evolução da nossa espécie nos rincões mais improváveis da Terra, mas, embora saibamos de tudo isso, ainda ficamos engessados numa tradição de ciência cartesiana, quantitativa, fadada a uma ou duas vertentes do século XIX e muitas vezes receosa em sair da sua zona de conforto.

Foi nesta vereda que a Geografia Humanística chegou a inequívoca conclusão de que a ciência precisava ser repaginada em função da sua escala, sua inspiração filosófica, seus métodos, e, especialmente, sobre os objetos de estudo que passaria a admitir em prol de suas interfaces no âmbito teórico e da pesquisa.

É bárbaro e confuso notar que até aqueles livros paradigmáticos de Geografia se reportam à multidisciplinaridade e ao olhar holístico, todavia poucos a executam ou pelo medo de cindir com a tradição ou pelo receio de sofrerem o escárnio dos mais intransigentes. A Humanística também cumpre este papel porque qualquer estudo que se vale desta perspectiva precisa ser inexoravelmente multifacetado. Assim, quando olhamos para a experiência geográfica dos indivíduos do ponto de vista cultural, da comunicação e da produção artística contribuímos para um novo jeito de fazer Geografia e infelizmente, ainda para muitos, andamos na contramão do que é entendido como “geográfico”. A conclusão mais drástica neste quadro é que o discurso altivo de holismo e trânsito entre as disciplinas, com exceção para as ciências econômicas, em geral é falacioso e deliberadamente ortodoxo.

Os laços de afetividade que ligam o homem – abstrata ou concretamente – ao lugar provocam relatos verbais e escritos do cidadão comum, artistas, poetas e intelectuais. Todavia, **somente nas últimas duas décadas, a geografia passou a utilizar a experiência vivida como instrumento de investigação, muito embora o relacionamento dos seres humanos com o meio, seja pertinente com estes princípios do saber.** (MELLO, 1991, página 1. *grifo nosso*)

A nova maneira de pensar e fazer Geografia, porque dialoga diretamente com novos objetos de estudo e novas acepções, é seguramente um importante momento de abertura, mas, por mais imperioso que isto possa soar, está também vinculado a uma abertura nas ciências humanas como um todo em direção à cultura, conhecimento e expressão do universo popular e seu simbolismo. Porque, embora nós geógrafos estejamos atrasados do ponto de vista cultural e artístico, sobretudo àquela cultura do mundo popular ou não erudita, é preciso atentar que as demais disciplinas também passaram pelos seus próprios percalços até construírem um caminho metodológico capaz de apreender a cultura e a expressão popular. Neste ínterim, por exemplo, é bastante inquietante e de alguma maneira cruel o fato de que mesmo sumidades das ciências sociais usaram pseudônimos quando ousaram ensaios híbridos entre as humanidades e a música, fato este que manifesta um preconceito escamoteado com este tipo de publicação e, além disso, o esforço de alguns para melhorar não só a própria

disciplina, mas ampliar a perspectiva de análise humana como um todo. José Geraldo Vinci de Moraes, pensador pioneiro na área de História e Música e História da Música, corrobora com a questão e aponta, por exemplo, que o notável Henry-Irenée Marrou

[...] publicou alentada obra sobre os folcloristas – recheadas de músicas, letras de canções, análises melódicas e harmônicas – e um pequeno tratado sobre a música de Santo Agostinho. Em ambos os livros ele utilizou o pseudônimo de Henri Davenson, recurso também utilizado por Eric Hobsbawn para publicar sua história social do jazz, em 1959, com o nome de Francis Newton. **Esse fato não pode passar despercebido, pois na verdade revela que dois importantes historiadores do século XX procuraram resguardar, por algum motivo, seus nomes em obras que tratavam de música, mais especificamente a popular.** Em tom diferente da antropologia e da sociologia, poucos foram os historiadores que realizaram pesquisas tendo a música como objeto ou fonte documental antes dos anos 90. (VINCI DE MORAES, 2007, pág. 10)

É inconcebível um pensador da fama e da destreza intelectual de Eric Hobsbawn¹⁸ (1917-2012) publicar obra acerca da história social do *jazz* sob a sombra de um pseudônimo. Isto não pode ser à toa, tampouco deixa de mostrar o convencionalismo da ciência humana com a cultura e conhecimento populares. Do início do século XX até a primeira década deste século as ciências que pertencem ao rol das humanidades têm demonstrado parcimônia em hibridizar-se com o mundo artístico. Embora o quadro de publicações não contenha um número muito expressivo na Geografia, por exemplo, outras disciplinas antecederam o uso da cultura pelo viés do conhecimento científico e, assim, merecem destaque disciplinas como a Sociologia e Antropologia, mais atentas à cultura popular e ao seu poder inato de enriquecer a análise. Tratar a música como fonte documental importante para a Geografia não é uma obrigação e nem achamos que é da nossa alçada escrutinar cada clássico à procura desta interface, o que destoa, no entanto, é que na maior parte dos estudos a música nunca aparece e, quando sim, apenas a título de exemplos didáticos. No caso brasileiro, todavia:

O contraponto foi a obra em três andamentos de Gilberto Freyre sobre a formação e a decadência da sociedade patriarcal no Brasil, em que desponta uma abundância de sons, ritmos, músicas e canções. No primeiro volume, *Casa Grande e Senzala*, os ritmos africanos se misturam às canções

¹⁸ Importante ressaltar que Eric Hobsbawn foi pensador da tradição marxista do século XX e membro do Partido Comunista Inglês durante anos. Entretanto, sua ideologia política e seu entendimento de classe social não substituíram seu interesse pela cultura popular, seu livro sobre o *Jazz* está entre as obras acadêmicas capitais legadas para se compreender esta arte. Em suma, refuto a ideia de que a erudição do sujeito seja determinada por aquilo que crê no âmbito político, de modo que a produção intelectual encontra substância antes pelas questões profundas do eu interior de cada um. Hobsbawn e sua obra demonstram quão amplo e completo pode ser um estudioso que transita entre linhas, influências e discursos.

infantis e de ninar, às músicas das festas profanas e religiosas, e aos lundus e modinhas. No volume *Sobrados e Mocambos* surgem as modinhas tocadas ao piano pelas moças, as músicas dos salões e também as das ruas, feita pelo violão e batuques. Em *Ordem e Progresso* a música aparece de forma destacada com comentários sobre modinhas, polcas e dobrados, entre outros gêneros, e surge até documentada em forma de partituras Mas Gilberto Freyre [infelizmente] é exceção no quadro historiográfico brasileiro. (VINCI DE MORAES, 2007, pág. 8. *grifo nosso*)

Quando comparamos a Geografia com a Sociologia, História, Linguística, Antropologia ou até Psicologia, conquanto todas estão dentro da mesma grande área, é fácil notar nosso atraso do ponto de vista epistemológico – sobre a seleção dos objetos de estudo e da maneira que eles são estudados, sobretudo no que tange objetos da cultura. Por isso talvez nos Congressos, Seminários e Simpósios de ciências humanas os geógrafos são pouco ou os últimos serem citados – a negligência da Geografia legou para ela própria e seus praticantes a imagem de disciplina fechada, dura e tradicional. Como se trata de algo bastante recente investigar a subjetividade, os laços afetivos, a cultura e o material artístico, trata-se também conseqüentemente de um momento de abertura para os geógrafos. Daí que

A música popular tem sido trabalhada por diversas ciências sociais como a antropologia, história e sociologia. Por ser um significativo referencial sobre o(s) mundos(s) vivido(s) é **difícil explicar o motivo pelo qual a geografia não dedicou atenção a esse tipo de manifestação cultural – ao mesmo tempo, singular e universal – que penetra no íntimo das pessoas das mais diversas camadas da sociedade.** (MELLO, 1991, página 2. *grifo nosso*)

Embora já saibamos que a Geografia passara um momento de renovação epistemológica, traumático na década de 70, não podemos reduzir a questão no sentido de homogeneizá-la espacialmente, seria um erro atroz já que nossa sensibilidade maior em Geografia Cultural direciona-se justamente às particularidades do espaço e diversidade de acepções. Isto é, o momento do qual novos objetos de estudo, teorias e expressões começaram a ser admitidos entre geógrafos teve seu epicentro nos Estados Unidos, depois Europa e, apenas no início dos anos 1990, na América Latina. É deste modo que parece prudente expor os autores responsáveis neste trânsito e de onde pertencem, pelo menos àqueles precursores na área de Geografia e Música, exatamente porque esta exposição do local dos pensadores, das teorias e das agendas, mesmo que panorâmica, já é suficiente para mostrar o interesse desigualmente construído pelo estudo da cultura musical na Geografia e quais são as possibilidades existentes para fazê-lo hoje.

Durante os anos 1970 todas as publicações relevantes da interface Geografia e Música estiveram restritas ao EUA. A primeira tese na área intitulada “*Rock-and-Roll: A Diffusion Study*”, de Jeffrey Gordon, foi defendida em 1970. No ano de 1971 é publicado o primeiro artigo integral sobre o tema de autoria de Larry Ford: “*Geographic Factors in the Origin, Evolutions and Diffusion of Rock and Roll Music*”. Quando em 1974

Na primeira Na primeira SNACS (*Society for the North American Cultural Survey*), a música foi designada como um dos capítulos para *This Remarkable Continent: An Atlas of United States and Canadian Society and Cultures*, que foi publicado em 1982. **Após essa publicação, os estudos musicais passaram a ser considerados como um novo sub-campo dentro da geografia cultural.** (CASTRO, 2009, página 8. grifo nosso)

A incipiência deste tipo de estudo torna-se mais flagrante na medida em que poucos países o conheceram e muitos ainda simplesmente o desconhecem. No decorrer da década de 1980 sessões especiais sobre Geografia e Música foram realizadas na *Association of American Geographers* em diversas cidades dos Estados Unidos, por exemplo, San Antonio (1982), Detroit (1985) e Minneapolis (1986): (CASTRO, 2009). Contudo, é apenas nos anos 1990 que é possível observar mais amplitude no que diz respeito aos locais de produção em Geografia e Música e diversificação das idéias na área, portanto.

Em 1993, uma reunião intitulada “*Place of Music*” foi realizada no *University College London*, sob o patrocínio dos *Economic Geography, Landscape, and Social/Cultural Geography Research Groups* (Carney2003). A partir desse evento, origina-se mais um dos grandes trabalhos realizados sobre o tema, o texto “***Popular Music in Geographical Analyses***”, da autora cingapuriana Lily Kong (...) (CASTRO, 2009, página 8. grifo nosso)

Se os estudos de Geografia e Música fossem hipoteticamente utilizados como critério para diagnosticar a produção geográfica acadêmica, o exemplo brasileiro seria no mínimo incomum, pois, está situado no meio termo entre os países que pouco desbravaram este campo de pesquisa e àqueles que, mesmo com relativo atraso, se inserem gradualmente na área porque vêem com música àquilo que outras fontes documentais simplesmente não expressam. Os estudos brasileiros têm início apenas no ano de 1991 e, embora seja anterior inclusive à publicação mais emblemática de KONG (1995), a partir daí passamos por uma década estagnada, o estudo que o sucedeu foi publicado apenas dez anos após o seu pioneiro.

[...] poucos trabalhos foram realizados sobre geografia e música, mas podemos destacar a pioneira dissertação de mestrado de Mello (1991) sobre composições da MPB no Rio de Janeiro, o artigo de Mesquita (1997) sobre a Geografia Social da música do Prata, a tese de doutorado de Ribeiro (2006),

abordando o conceito de espaço-vivo e suas variáveis na cidade de Diamantina sob o ponto de vista dos músicos, e dissecação de mestrado de Marcelino (2007), que aborda as transformações sofridas pelo samba paulista em sua transição da zona rural, concentrado principalmente na cidade de Pirapora do Bom Jesus, para a metrópole de São Paulo a partir do final do século XIX e durante o século XX. (CASTRO, 2009, página 9)

A tabela a seguir mostra todos os trabalhos acadêmicos desenvolvidos em programas de pós-graduação, onde e quando, os autores e por quem foram orientados. Não se trata de dados que refletem toda a produção brasileira na área, pois, não cita artigos e publicações em eventos, tampouco está atualizada e não pode ser entendido como um quadro quantitativamente fiel. Então, apesar das evidentes limitações, usamo-la no sentido de demonstrar apenas panoramicamente o desenvolvimento das pesquisas no Brasil e corroborar com a noção óbvia de que se trata de uma área muito carente de pesquisadores.

TABELA 1 – PRODUÇÃO DE GEOGRAFIA E MÚSICA NO BRASIL

Ano	Autor	Título	Tipo ¹⁹	Local	Orientador	Palavras-chave
1991	João Baptista Ferreira de Mello	O Rio de Janeiro dos compositores da música popular brasileira 1928-1991: uma introdução à Geografia Humanística	D	UFRJ	Roberto Lobato Correa	Geografia; humanismo; espaço; lugar; música popular
2001	Glauco Vieira Fernandes	A territorialidade sertaneja no cancionário de Luís Gonzaga	D	UECE	Luiz Cruz Lima	Luís Gonzaga; territorialidade
2001	Nelson da Nóbrega Fernandes	Festa, cultura popular e identidade nacional: as escolas de samba do Rio de Janeiro	T	UFRJ	Iná Elias de Castro	Geografia Cultural; cultura popular; festa popular
2002	Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida	Do território dos sentidos ocupados à sintonia com o contorno - um canto para a música na Geografia	D	USP	Maria Adélia Aparecida de Souza	Música popular; geografia; cultura; uso do território
2006	Cláudia Regina Vial Ribeiro	Espaço vivo: as variáveis de um espaço vivo investigadas na cidade de Diamantina, o ponto de vista dos músicos	T	PUC-MG	Oswaldo Bueno Amorim Filho	Geografia humanística; arquitetura; urbanismo
2006	Denilson Araújo de Oliveira	Territorialidades no Mundo Globalizado: outras leituras de cidade a partir da cultura hip-hop	D	UFF	Jorge Luiz Barbosa	Hip-Hop; estratégias territoriais

¹⁹ D: dissertação; T: tese.

2008	Alexandro Francisco Camargo	Festas Rave: uma abordagem da Geografia Psicológica na identificação de espaços autônomos	D	UFMT	Marinete Covezzi	Geografia Psicológica; festa rave; zona autônoma temporária
2009	Alessandro Dozena	As territorialidades do samba na cidade de São Paulo	T	USP	Francisco Capuano Scarlato	Territorialidades; samba; São Paulo; urbanização
2009	Michel Rosadas	Nascentes e tributários de um Rio musical - Salve Estácio, Cidade Nova e a Vila de Noel "... só que mostrar que faz samba também"	D	UERJ	João Baptista Ferreira de Mello	Samba; Rio de Janeiro; Geografia Humanística
2009	Marco Antônio Correia	Representação e ensino, a música nas aulas de Geografia: emoção e razão nas representações geográficas	D	UFPR	Salete Kozel	Geografia Escolar; música; mapas mentais
2009	Daniel de Castro Fernandes Coelho	Heitor Vila-Lobos: a espacialidade na alma brasileira	D	UFRJ	Roberto Lobato Correa	Geografia Cultural; Vila Lobos; interpretação; música
2010	Juliana Cunha da Costa	Segregação espacial e música eletrônica: a cena cultural de Salvador e Camaçar	D	UFBA	Maria Auxiliadora da Silva	Música eletrônica; carnaval; raves; Espaço Urbano
2010	Lucas Manassi Panitz	Por uma geografia da música: o espaço geográfico da música popular platina	D	UFRGS	Álvaro Luiz Heidrich	Espaço platino; templadismo; estética do frio; representações do espaço

Seria ingenuidade de geógrafo imaginar que os anos 1970 traumatizou toda a comunidade acadêmica a ponto subordinar a tradição do pensamento sem nenhuma reminiscência, porque na verdade elas existem e ainda norteiam boa parte da reflexão e produção em Geografia. A *New Culture Geography* contribuiu para a atualização do conceito de cultura utilizado por nós, assistiu a proposta de novos objetos de estudo, da consciência e da perspectiva local e, todavia, coexistiu com a força da tradição – parte do pensamento ortodoxo e da influencia quantitativa, cartesiana e estatística. Portanto, para todos àqueles que se debruçam no momento de renovação e assim o entendem porque o julgam admirável, vale a ressalva de que seu desenvolvimento foi todo acompanhado por outros autores e suas teorias que advogaram pela impreterível premência do modo de produção, das classes e da subordinação das massas.

A subjetividade, a cultura, a consciência e o material artístico, portanto, não foram recebidos por todos os geógrafos de braços abertos, é evidente que parte razoável da comunidade científica os refutou e, o que chama mais atenção, que mesmo este novo viés da Geografia tenha incorporado na sua estrutura vestígios ortodoxos do fazer geográfico acadêmico. Parafraseando Daniel de Castro (2009), quando se trata de Geografia e Música podemos também verificar *a dupla face de uma relação*: parte da agenda de pesquisa proposta para esta interface, portanto, está associada ao fazer clássico da Geografia Cultural, enquanto a outra parte associa-se mais aos significados da música e sua linguagem, ou seja, está amarrada a experiência dos anos 70. George Carney, geógrafo responsável por acender o estopim em Geografia e Música, está associado à agenda mais “sauariana”; enquanto Lily Kong, geógrafa responsável por assistir uma agenda de pesquisa acerca da cultura musical popular, aproxima-se mais da Nova Geografia Cultural. Os dois autores são os mais importantes para *music geography*, mais importantes em função do pioneirismo e número expressivo de publicações que ambos têm, mas dividem-se entre a tradição e a novidade epistemológica. A seguir começaremos uma exposição sobre o pensamento de cada um; não é tarefa nossa fazer um juízo de valores entre eles, embora desde já declaremos maior apreço pela agenda de KONG (1995) por abordar a música em sua natural diversidade, polissemia e riqueza lingüística.

Atualmente, pode-se considerar **George O. Carney e Lily Kong** como os dois autores mais importantes na área de Geografia e Música. Ambos publicaram não apenas trabalhos empíricos que abordam a atividade musical dos Estados Unidos e Cingapura, respectivamente, sobre a ótica espacial, mas também **desenvolveram análises sobre este sub-campo de estudo, cada qual representando diferentes linhas já exploradas pelos geógrafos e, além disso, oferecendo propostas de agendas de pesquisa para os novos geógrafos que se interessam pelo tema.** (CASTRO, 2009, página 10. *grifo nosso*)

Se George Carney aproxima-se mais da perspectiva tradicional da Geografia Cultural²⁰, isto não significa que suas publicações não tenham valor ou que não seja fruto de um trabalho acadêmico de fôlego. A riqueza de informações que preenchem seus estudos é do ponto de vista quantitativo tão expressivo quanto os trabalhos posteriores, pois, parte do

²⁰ CASTRO, Daniel de. **Geografia e música**: a dupla face de uma relação. IN: *Espaço e Cultura*, UERJ, n. 26, 2009, p. 7-18. KONG, L. **Popular Music in Geographical Analysis**. Progress in Human Geography, University Colorado, 19 (2), p. 183-98, Junho 1995.

esforço de entender a música em singularidades que permitam uma espécie de mapeamento, regionalização, configuração de redes ou visualização de padrões. Já é sabido que os trabalhos deste autor contrastam com as publicações de Lily Kong e, sobretudo, metodologicamente. Contudo, o que é menos evidente, é que o legado de Carney não só representou o carro chefe da *music geography* durante décadas, como também foi sensivelmente motivador para que novos trabalhos e conjecturas aparecessem na área.

As agendas de pesquisa refletem interesses geográficos mais amplos, de acordo com a corrente da geografia cultural de Berkeley, e podem ser classificadas em cinco áreas principais [distribuição espacial das formas, atividades, artistas e personalidades musicais; exploração dos locais de origem da música e sua difusão; mapeamento de áreas com traços musicais comuns; investigação da identidade dos lugares pela análise da letra, melodia, instrumentação; expressões ambientais na música [...]] **Essas investigações não estabelecem quaisquer argumentos teóricos; contudo, são metodologicamente motivadores, não por introduzirem novas técnicas baseadas em teorias, mas devido às maneiras detalhadas e trabalhosas de os pesquisadores mapearem dados sobre as afiliações aos grupos musicais; de esquematizarem os padrões de participação em concursos de música; de traçarem e mapearem a distribuição dos locais de nascimento de personalidades da música etc.** No entanto, além da atenção meticulosa com detalhes e da informação descritiva que daí deriva como uma consequência, esses estudos pouco fornecem em termos de uma *compreensão* desses padrões distributivos; e também não oferecem insights do “funcionamento mais interior” da cultura (...), nem dos contextos sociais e políticos mais amplos que dão origem à predominância de estilos musicais específicos e a atividades em lugares determinados. (KONG, 2009, página 135 e 136. *grifo nosso*)

Assim, a partir de uma metodologia pragmática, George Carney faz sua proposição à pesquisa de Geografia e Música por intermédio de uma matriz pré-determinada, dirigida por dez abordagens de pesquisa diferentes (Regiões musicais e Música Regional; Evolução da Música e seu lugar específico; Dimensão Espacial da Música em Relação a Migrações, Transportes e Comunicação; Origem e difusão de um gênero musical ; Elementos Simbólicos e o Caráter do Lugar; Efeitos da Música na Paisagem Cultural; Organização Espacial da Indústria Fonográfica; Relação da Música com o Ambiente Natural; Música Nacionalista e Música Antinacionalista; Inter-relação entre Aspectos Espaciais da Música e Outros Traços Culturais) dentro de oito categorias musicais (estilo, estrutura, letras, compositores/eventos, mídia, etnias, instrumentação e indústria). Daniel de Castro pondera que George Carney é

[...] um legítimo representante da geografia cultural de influência saueriana [...] em sua análise, não se preocupa em fazer uma distinção rigorosa de trabalhos que abordam a música a partir das formas materiais pelas quais ela pode ser apresentar – mídias de gravação (LPs, K7s e CDs), regiões

musicais, músicos, eventos e concertos – de trabalhos que pretendem entender de como a música está ligada a produção, comunicação e consumo de significados, ou seja, **adota uma visão abrangente desta manifestação cultural**. (CASTRO, 2009, página 16. grifo nosso)

**TABELA 2- ABORDAGENS DE PESQUISA E CATEGORIAS MUSICAIS –
GEORGE CARNEY**

Abordagens de Pesquisa	Categorias Musicais							
	Estilo	Estrutura	Letras	Compositores/Eventos	Mídia	Etnias	Instrumentação	Indústria
Regiões Musicais e Música Regional								
Evolução da Música e Seu Lugar Específico								
Origem e Difusão de um Gênero Musical								
Dimensão Espacial da Música em Relação a Migrações, Transportes e Comunicação								
Elementos Simbólicos e Caráter do Lugar								
Efeitos da Música na Paisagem Cultural								
Organização Espacial da Indústria Fonográfica								
Relação da Música com o Ambiente Natural								
Música Nacionalista e Antinacionalista								
Inter-Relação entre Aspectos Espaciais da Música e Outros Traços Culturais								

Fonte: CARNEY, 2003, página 6 *apud* CASTRO, 2009 página 12.

Dentre as características mais admiráveis da ciência, em quaisquer áreas, é que de anos em anos ela se sujeita à revisão de seus próprios conceitos, ideias, formulações e teorias e é justamente aí que chegamos aos resultados mais sofisticados, atuais e modernos do ponto de vista teórico. Isto não significa, evidentemente, que uma História da Ciência não nos traria momentos atozes e retrógrados, sobretudo quando pensamos a história do século XX e todo o legado racista²¹ que macula a comunidade científica, ou tampouco nos surpreenderíamos que a própria ciência já serviu, e ainda pode servir, a interesses estupidamente sádicos. No entanto, o que desejamos é chamar mais atenção à época contemporânea, grosso modo os últimos cinquenta anos, onde a revisão dos conceitos pelo viés da ótica simbólica, cultural e popular ganhou bastante vigor. É justamente neste recorte que os textos de George Carney passaram por uma inequívoca reformulação conceitual, em contraste à imagem utilitarista²² que foi anexada à sua concepção a partir dos anos 1990.

Atualmente, o autor mostra-se muito mais atento em criar conexões entre o código musical e o espaço que lhe é subjacente, assim sua intenção de pensar a música dentro de padrões, mapas, regionalização e etc. foi ultrapassado em prol de uma teoria debruçada na leitura da sociedade a partir da música bem como de todos seus componentes sonoros – Carney foi e ainda é um autor importante, uma vez que sua produção intelectual reitera uma nova intenção do fazer geográfico interfaciado à música. Por exemplo:

O espírito ou personalidade de um lugar surge de experiências habituais ou memoráveis a ele associadas. **Lugares passados e distantes são mantidos vivos por nossa memória e muitos deles são retidos por uma melodia, letra ou som a eles relacionados.** A referência de um lugar no título ou letra de uma canção acende uma memória sobre ele, mas com o tempo os próprios sons musicais podem evocar um sentido de lugar de uma maneira que talvez só seja igualada, em um nível pessoal, pelos aromas especiais da cozinha ou visão da casa da vovó. Assim, **a música ajuda a criar uma ligação emotiva humana a um lugar particular, seja ele o lar, a vizinhança, a cidade, o estado, a região ou a nação.** (CARNEY, 2003, página 147)

²¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil.** 3a. edição. 3a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

²² [...] a maioria dos trabalhos empíricos, seus de outros autores, na sua coletânea *The Sound Of People and Places* (2003) dedicam-se ao estudo de localização e difusão musical, evitam generalizações, preferindo uma linha idiográfica ou particularista, procurando delinear “áreas culturais” e preocupando-se com a história local, ao invés de tentar traçar uma história mais ampla. **Estas características são típicas do pensamento difusionista, que foi levada para os Estados Unidos por Franz Boas e muito influenciou a Universidade da Califórnia em Berkeley a partir de Kroeber, Lowie e Sauer (Hoefle, 1998).** (CASTRO, 2009, páginas 16 e 17)

Ainda sobre àquela revisão dos conceitos, não deixa de ser instigante notar uma nova produção de CARNEY (2003) que valoriza, inclusive, sua tradição, na medida em que não a ignora simplesmente, porque incorpora seus textos antigos com novos componentes teóricos em vez de refutá-los, a prova legítima que mesmo associado à memória da Escola de Berkeley suas publicações têm lugar entre os geógrafos culturais e merecem referência. As similitudes e os contrastes que foram encontrados nas suas investigações são reaproveitados na medida em que o autor anexa a estes padrões nuances do contexto, da consciência daquele lugar, do seu quadro ambiental e das suas demandas do mundo econômico e político. Nesta nova fase do autor, diríamos que sua análise distancia-se da arte pela arte ou música pela música, porque é feliz em atrelar os fatos da sociedade e do material artístico e dá vazão àquele tipo de teoria mais moderna que ansiamos. Em publicação mais recente, por exemplo, ei-lo:

As características únicas de lugares específicos podem fornecer as pré-condições necessárias a novas idéias musicais. O contexto histórico, ambiental e social de um lugar, muitas vezes, fornece cenário e inspiração para um determinado indivíduo ou grupo criar música. Exemplos disso incluem o desenvolvimento do movimento *punk rock* em projetos de moradia para as classes desfavorecidas da Inglaterra; a criação do som de rock *acid/pshycodelic* associado ao estilo de vida *hippie*, que teve início em São Francisco, no distrito de Haight-Ashbury; a gênese do *blues* urbano de South Side de Chicago conhecido como Bronzeville; e o ambiente úmido, sombrio, de fortes barulhos associados à indústria aeronáutica, que influenciou a música *grunge* em Seattle. Nesses lugares específicos, ocorreram importante eventos musicais e, a partir deles, muitas vezes se propagaram mudanças significativas. (CARNEY, 2003, página 138)

Embora seja sabido sobre a diferença teórica entre os dois principais pensadores na área de Geografia e Música, não deixa de ser relevante o fato de eles atualmente estabelecerem uma aproximação teórica. Todavia, em função de uma escolha puramente metodológica, para este trabalho optamos em privilegiar as publicações de Lily Kong, pois, ela não só oferece uma agenda mais ampla para o estudo com diferentes perspectivas, como também investiga a interface que nos propomos no sentido mais ontológico, isto é, se preocupa em entender os motivos que levaram a uma negligência com a cultura popular e também o seu subsequente momento de superação na Geografia. Este ponto em especial dá notoriedade a Lily Kong e nos interessa em particular, porque apenas a tarefa de investigar as causas que levaram á surdez geográfica já é desafiadora. Segundo a autora, por mais que reflitamos sobre a indiferença com a cultura popular por parte dos geógrafos, e aí incluída também a musica popular, o motivo mais óbvio está no fato da Geografia se posicionar historicamente como uma ciência de elite, da política e dos interesses do Estado, portanto,

preocupada antes e primordialmente com cultura de elite. A efemeridade, a plasticidade e trivialidade que são naturais na cultura popular legaram para sua imagem, paradoxalmente, o juízo de um material artístico sintetizado apenas para entreter e para o diletantismo, de tal modo impraticável para a tradição científica (KONG, 2005).

Outro ponto importante que Lily Kong sublinha é a base filosófica da Geografia porque ela tem sua herança no iluminismo e, conseqüentemente, a maneira quase sempre visual de entender os objetos do espaço que herdamos desta tradição. Isso nos ajuda a compreender melhor o porquê da Geografia ter se debruçado em apenas algumas fontes e ignorado outras também ricas de informação sobre o espaço. Ora, pelo mesmo motivo de ter uma séria limitação de objetos de estudo associados à cultura, alguns conceitos centrais da ciência foram comprimidos na sua essência em função da maneira tendenciosamente visual de olhar o espaço. A paisagem, seguramente uma das ideias mais caras para os geógrafos culturais, é o tipo de conceito que reclama uma pluralidade de pontos de vista, de sentidos e perspectivas, mas que durante décadas foi estudada enquanto conceito inerte e simplesmente cênico. Lily Kong é autora responsável por um tipo de publicação absolutamente decisiva para a área de Geografia e música, segundo ela

[...] a geografia humana está envolvida com uma política cultural que, quer explorando o legado do iluminismo (**ver é acreditar**) ou os presságios do pós-modernismo (**imagem é tudo**), permaneceu **mergulhada na ideologia visual**. Os sentidos do olfato, tato, paladar e audição têm sido negligenciados como uma consequência da ênfase da visão. De fato, **ainda existem muitos geógrafos que definem a paisagem, por exemplo, como “a porção visível do espaço”, ou “tudo àquilo que se vê”, como se paisagem também não existissem sons, cheiros ou sabores**. O olfato e o paladar, por exemplo, podem invocar um sentido de lugar radicalmente distinto da visão. A autora atenta ainda para a importância dos sons que caracterizam diferentes espaços como o urbano e o rural, os naturais, como o canto dos pássaros ou o som dos ventos nas árvores, e os originados pela atividade humana, como o som de um engarrafamento, ou da confusão de vozes no meio de uma multidão. (CASTRO, 2009, página 13. *grifo nosso*)

A objeção sobre a cultura popular enquanto uma expressão meramente prosaica, objeção esta que está entre as questões que subsidiaram uma mudança realmente substancial na Geografia, dá corpo a argumentação de que a própria condição de comum da cultura popular disfarça sua importância como a fonte propulsora da *consciência popular*, portanto, bem vinda na ciência uma vez que soma à análise uma dimensão rica de informações e respectivamente verossímil à realidade das pessoas comuns. Igualmente, no caso da música e

de como procede a sua investigação, precisamos estar atentos aos seus significados e sua deliberada influência nas nossas vidas, com ênfase na maneira pela qual sentimos, interpretamos e valorizamos o mundo a nossa volta e de como o objeto artístico modifica esta perspectiva.

(...) precisamente por causa da falta de controle dos ouvintes sobre a música que ouvem, e devido à descrição dessa música, o impacto de ouvir de maneira diferente **é muito mais indioso do que pensamos na modelagem de nossa compreensão de mundo**. Isso altera os impactos que os lugares exercem sobre nós, sem que nem ao menos os reconheçamos como tais. (KONG, 2009, página 163)

Lily Kong assiste os estudos de Geografia e Música não só instigando agendas de pesquisa, mas, sobretudo, quando situa este debate na história do pensamento geográfico no sentido de entendê-lo em dois momentos, primeiro àquele período de negligência e depois a fase de aceitação e construção teórica para recebê-lo na pesquisa. Para tanto, trabalha a música como arte e também como *possibilidade* no rol das fontes documentais geograficamente usadas, uma vez que a música pode servir inclusive como fonte primária para se compreender o caráter dos lugares. Fonte primária porque, impreterivelmente, a música nos oferece uma compreensão do mundo e dos sentimentos de outras pessoas incrivelmente maior do que outros meios têm sido capazes de expressar.

A música está em todos os lugares e sintonizada em diferentes frequências e intensidades, adicionado ao evidente fato que não existe nenhuma sociedade sem música: todas elas constroem sua identidade depositando na música características essenciais de sua concepção de mundo, a música é componente singular de qualquer sociedade e ela acompanha o cotidiano da vida social e até as práticas sazonais mais importantes (comemorações e festas oficiais, feriados, lutos, transições políticas e excepcionalmente guerras). Neste sentido, KONG (1995) chama atenção ao fato de que a música de determinado lugar, região ou nação traz consigo imagens da origem geográfica, direta ou indiretamente: direta, enquanto o código musical estabeleça um diálogo entre os interlocutores envolvidos com uma mensagem objetiva sobre aquele espaço de origem (por exemplo, de Tom Jobim: *Sinfonia do Rio de Janeiro*, *Sinfonia da Alvorada*, *Samba do Avião* e *Estrada do Sol* partem para um tipo de comunicação muito literal, onde nem é preciso mergulhar no sub-texto da música para flagrar sua intenção geográfica); indireta, pois, a música também pode se valer de sonhos, idiossincrasias dos autores e às vezes inverdades acerca de uma realidade espacial: estas facetas fugidias da consciência popular nos auxiliam a entender as carências do lugar, as

perspectivas que nele existem e até o contraste que nele se estabelece com outros lugares – por exemplo *Corcovado*, *Garota de Ipanema*, *O morro não tem vez*, todas de autoria de Tom Jobim que tem a cidade do Rio de Janeiro como inspiração, mas no exercício da análise já exige do pesquisador um maior requinte para tratar seu conteúdo de melodia, harmonia e ritmo.

A questão de entender a música como uma fonte de investigação primária para a geografia, seja do universo popular ou erudito, não propõe a cisão com as demais frentes da disciplina ou uma espécie de hierarquia entre elas e o material artístico. O que ocorre, na verdade, é que a Geografia Cultural tem o esforço de um fazer geográfico híbrido e situa a cultura entre os componentes centrais análise.

Os números da economia, os dados de recenseamentos, os padrões cartográficos, as perspectivas da climatologia, os padrões estatísticos, as cartas topográficas, a narrativa oral, dentre outros, possuem também muito valor na visão dos geógrafos culturais, pois, o que eles propõem é estudar toda essa realidade consubstanciada pela cultura e ao modo que ela expressa a realidade espacial. KONG (1995) sem dúvida está entre os geógrafos que procuram enriquecer a análise geográfica com a música, em vez de enaltecê-la simplesmente em detrimento das demais frentes da Geografia, pois, pensa a música como *fator e produtor* da sociedade, seus laços e sua imagem simbólica, isto é, arte pela arte simplesmente não é bem recebida na Geografia porque não auxilia-nos na compreensão espacial. “Ao apresentar possíveis agendas para geógrafos que pesquisam música faço um convite para que a música seja firmemente recolocada em seu contexto sociopolítico, em vez de ser abordada como a região do puro conhecimento, idealmente intocada por meras vicissitudes do tempo e lugar”: (KONG, 2005).

Da mesma forma que é um meio para comunicar incontáveis experiências, a música é o resultado da experiência ambiental. **Os músicos compõe canções como uma consequência de suas experiências.** Assim, pode-se dizer que a música possui uma **dualidade de estrutura: como o meio e como o resultado da experiência, ela pode produzir e reproduzir sistemas sociais.** (KONG, 2009, páginas 134 e 135. *grifo nosso*)

De modo que estamos tratando da principal autora na interface Geografia e Música, a responsável por ampliar a produção da área além do território estadunidense, cabe então pontuar seu parecer sobre as tendências que se desenvolveram neste campo, quer dizer, pelo menos panoramicamente, entender quais caminhos foram privilegiados e quais passaram a

receber atenção especialmente dos anos 1990 para cá – esta, aliás, é uma importante inquietação da própria autora.

Inicialmente, houve a preocupação de demonstrar a distribuição espacial das atividades musicais, dos artistas, das personalidades da música, e a maioria dos estudos e dos objetos estavam situados nos EUA. Embora bastante inovador este tipo de produção mostrou-se insuficiente do ponto de vista teórico, pois, pouco se valeu de interfaces e conjecturas acerca da sociedade, e também pouco abordou o contexto político e/ou econômico de um estilo musical, obra musical ou musicistas em certos lugares. Hoje a produção que há na interface da Geografia com a Música não tem a pretensão de minar as demais áreas da ciência e seus dados, mas entender a expressão que tem a arte enquanto fonte documental acerca do recorte que se investiga e articulá-lo com os demais sentidos, dados e fontes da área. A crítica da autora com este tipo primeiro de produção, mapeamento e estudo de padrões musicais no espaço, portanto, vai justamente em direção da carência teórica destes estudos, pois, eles pouco têm o esforço de se articular com a sociedade que lhe é subjacente, como se a música fosse uma linguagem autônoma que paira sobre o mundo independente da sua existência.

Outra tendência que se desenvolveu e ainda nos ajuda a visualizar a pesquisa geográfica existente sobre música, é a busca delimitar áreas que compartilham certos traços musicais, sendo que esta delimitação ocorre em várias escalas, tais como a global e a regional. Assim como o primeiro tipo de análise que expomos, o problema que pode emergir desta abordagem é de se tratar a cultura como algo homogêneo, isolando um traço cultural particular e definindo o caráter de uma área apenas com essa base, ignorando as condições sociopolíticas que influenciaram o desenvolvimento daquela característica cultural e ignorando também os conflitos e tensões existentes com outras culturas na mesma região. (CASTRO, 2009). Embora possamos reiterar algumas tendências de pesquisa que se desenvolveram na área de Geografia e Música, segundo KONG (1995) um grupo composto cinco tendências, é conveniente observar que hoje nem todas têm o mesmo prestígio de quando foram publicadas e que, na verdade, algumas delas estão negativamente estigmatizadas. As duas primeiras linhas que acima expomos corroboraram para o desenvolvimento da área como tendências pioneiras e motivaram novos tipos de pesquisa, no entanto são carentes teoricamente, pois, pouco dizem acerca da sociedade e têm a música como uma expressão autônoma, aquém do seu espaço e do seu círculo social, político e econômico. As próximas três tendências que iremos expor, diferentemente das primeiras, portanto, estão já bem mais próximas dos estudos atuais e demonstram a intenção de criar

interfaces com o espaço, com a sociedade e com a consciência que interpreta ambos pelo viés musical.

Assim sendo, o terceiro grupo

[...] pode ser caracterizado como àquele que visa à exploração dos locais de origem musical e a sua difusão, usando conceitos como contágio, realocação e difusão hierárquica. Procura também verificar os agentes e barreiras para esta difusão. **Esta linha de trabalho, segundo a autora, já possui um maior aprofundamento teórico, articulando o objeto de estudo com o contexto em que ele está inserido, além de contribuir com discussões sobre a dinâmica espacial do desenvolvimento musical.** (CASTRO, 2009, página 14. *grifo nosso*)

As últimas duas tendências identificadas por KONG (1995) têm a mesma direção e se valem das mesmas ferramentas teóricas, no entanto se diferenciam a partir do tratamento que cada um dá a música. Assim, a quarta tendência procura investigar o caráter, identidade, e singularidades do lugar a partir da letra e, portanto, investiga a música obrigatoriamente na forma canção e sua poesia. Este modo de interpretar a música pela ótica poética tem a grande vantagem de democratizar a análise entre todos àqueles que não têm experiência com a linguagem musical harmônica, melódica e rítmica, muito bem vinda na prática de sala de aula e ensino básico, construção de uma geografia escolar lúdica e exemplificação durante o ensino de paisagens, por exemplo. Contudo, este tipo de visão também guarda a desvantagem de não avançar muito além do que o texto propõe, perde as nuances da harmonia, os apelos do ritmo, a sutileza do contorno melódico e a própria mensagem que está no subtexto da música, por exemplo.

Quando analisamos a música apenas a partir do conteúdo da letra perdemos, inclusive, a ênfase que a letra possui acompanhada à sua melodia, de modo que a altura das notas, a duração, a intensidade e o timbre também dão relevo ao significado da palavra cantada.

Finalmente, a última tendência que Lily Kong trata tem exatamente os mesmo objetivos e substância teórica da quarta tendência (a qual expomos no parágrafo acima), mas particulariza-se das demais porque além de articular a música com outras linguagens, dados e disciplinas, também tem o ponto forte de abordá-la em todas as suas características, harmônico, melódico, ritmicamente, na performance, no estilo ou gênero, acompanhado pelo esforço ler o conteúdo musical além da mensagem mais objetiva e óbvia transmitida pela letra, isto é, é nesta tendência que o pesquisador consegue se valer de uma análise que toque o

subtexto do material artístico. Neste tipo de abordagem, por exemplo, às vezes as biografias dos autores, intérpretes ou musicistas podem jogar um papel importante, bem como histórias e anedotas sobre as composições, ao passo que todo este conjunto pode fixar na música uma imagem e um legado que simbolize um lugar permanentemente, “Garota de Ipanema” de Tom Jobim e Vinícius de Moraes, “Bahia com H” de Francisco Alves, “Asa Branca” de Luiz Gonzaga, “Sampa” de Caetano Veloso ou até “*New York, New York*” de Frank Sinatra são canções admiráveis onde o lugar destes autores dotou as músicas de uma seiva geográfica que as embeleza.

Estas canções homônimas, pois são poucas as conseguem que gozar de tanto prestígio no cancionário popular e por décadas, trazem para o ouvinte a experiência geográfica dos autores no contexto em que ela foi produzida, na mesma medida também podem anexar a identidade do seu lugar de origem uma atmosfera carismática e positivamente indelével, o que talvez possa ser mais significativo ainda no que dialoga com a pesquisa, não há uma só pessoa que não tenha vontade de conhecer o Rio de Janeiro de Tom, o Pernambuco de Luiz Gonzaga, a São Paulo de Caetano Veloso ou o *skyline* de Nova York a altura de uma unanimidade tal qual Frank Sinatra. Não se trata de ingenuidade, porque todos minimamente sabem de toda problemática que acomete a tranquilidade de cada um desses lugares, mas trata-se antes do íntimo sentimento que habita o interior dos autores que têm a destreza de cativar os ouvintes, estes por sua vez geográfico ou passionavelmente conectados com seus compositores diletos. Portanto a música está para suas origens geográficas e igualmente para o processo de interlocução que faz a ponte entre o destinador e o destinatário da mensagem musical, porque o diálogo entre as partes que compõe a interlocução musical é fundamental para compreender o processo de formação da consciência espacial, tão cara no sentido fenomênico e cultural da Geografia.

Revisitando a questão pela última vez, Lily Kong conclui sua argumentação sobre as tendências de investigar a música no domínio geográfico e reitera àqueles traços indispensáveis a análise dos geógrafos. Pontua as carências mais prementes na área:

A despeito de sua utilidade em todos os sentidos, **algumas deficiências também caracterizam as linhas de investigação aqui referidas.** Uma delas é o **não envolvimento com os contextos sociais e políticos no qual a música é produzida.** Segundo, **não é reconhecida a natureza socialmente construída da experiência de espaço e lugar, nem é assinalado o papel da música nessa construção;** em vez disso, o espaço, como na corrente de estudos de organização espacial, é aceito como um dado. Terceiro, **há pouca percepção da música como uma forma cultural que é consumida e que,**

no processo de consumo, passa por mais transformação. Em quarto lugar, não foi explorada por geógrafos a **importância da música ao contribuir para a construção social de identidades (nacional, raça, gênero, classe...) e de espaço e lugar.** (KONG, 2009, página 138. *grifos nosso*)

Após demonstrar as cinco tendências que se desenvolveram entre geógrafos preocupados com a música, a autora parte para um novo desafio: propor tendências e interfaces até então pouco exploradas, porém muito profícuas no âmbito acadêmico e promissoras na pesquisa. O que Lily Kong procura é encaminhar a pesquisa de Geografia e Música para um lugar privilegiado entre geógrafos e também extinguir toda reserva que ainda há neste campo, assim, alerta sempre para os sinais que a música nos dá acerca da sociedade no sentido, inclusive, político e econômico, contanto que esta pesquisa pense o teor simbólico da música, sua inata aptidão de formar e transformar a consciência, isto é, investigando também a patente dualidade que há entre os componentes do espaço e como a consciência os interpreta (duas noções que, aliás, podem estar contrapostas). Adverte que durante o

[...] reposicionamento na geografia cultural, foi enfatizada a importância de se desvelar significados e valores simbólicos, em oposição à preocupação anterior com a forma material. Também se chamou atenção para as maneiras como os significados são produzidos, comunicados e consumidos; para a política e as relações de poder; e para a teoria da construção social, associada de perto, mas não exclusivamente, ao pensamento pós-moderno. Essas quatro amplas direções estruturarão (...) **possíveis agendas para geógrafos interessados no estudo da música.** (KONG, 2009, página 139. *grifo nosso*)

Os caminhos que KONG (1995) propõe que investiguemos, curiosamente, não se restringem apenas para geógrafos e esta é uma posição esclarecida da autora quando ela tem o cuidado de se referir a *não-geógrafos*. Sem embargo, a autora vê a música como uma fonte tão rica de investigação que não limita sua agenda ao uso acadêmico de geógrafos, abre este horizonte para as outras disciplinas interessadas em entender também o componente espacial que tem a música, com a mesma transparência que geógrafos usufruem abertamente de conceitos que originalmente não são seus, pois é um tipo de pesquisa que prima entender as várias facetas da música com ênfase no espaço, no lugar e no íntimo geográfico da sociedade em questão.

A primeira proposta da autora é de tecer uma análise dos *significados simbólicos da música*, ou seja, é o tipo de pesquisa pode estar vinculado aos simbolismos utilizados pela música no êxito de sua comunicação, ou também com o lugar simbólico que a música ocupa

na vida de todas as pessoas (àquele que diz não gostar de música, além de ser raro de encontrar por aí, não gosta ou porque a desconhece ou porque é reticente demais para se entregar a delícia da arte). A música caipira, por exemplo, poderia ser pensada por este viés, porque ao mesmo tempo ela simboliza o saudosismo com a vida rural e prosaica dentro da estrutura social dita “moderna” ela também lança mão de recursos musicais que sugerem a volta ao campo, seja pela instrumentação, pelo timbre de vós, pelo vocabulário informal ou em função das histórias narradas típicas da vida no campo. Todo o requinte da música caipira está também vinculado a sua sutileza, porque, reiterando KONG (1995) a *música popular é também fonte inesgotável da consciência popular*.

A outra proposta de pesquisa na agenda da autora é pensar a *música como comunicação cultural*. Este caminho para a pesquisa, em primeiro lugar, apresenta o contra argumento com àquela tradição que desvincula da música seu aspecto contextual e temporal, ou que pensa a música apenas na sua estrutura interna com se ela fosse meramente *Musicologia*. Assim, o que a autora procura mostrar é que a música transita na sociedade e pode servir como meio de comunicação nela, ao passo que reflita um momento histórico, uma transformação espacial, alguma carência da sociedade ou até um período de benesses. Enquanto comunicação, portanto, a música se sujeita às duas pontas do processo de interlocução e pode ser bem interpretada ou simplesmente negligenciada pelo ouvinte, pode alterar o pensamento acerca de um contexto ou um fato, mas, de repente, pode não surtir nenhum efeito, pois, é bom lembrar que a arte tem um forte componente diletante.

As músicas politicamente engajadas são bons exemplos do que KONG (1995) entende como *comunicação cultural*, porque refletem um contexto absolutamente específico de demanda política e estão sujeitas a aceitação de um público em particular, é um tipo de composição que desde seu germe já contém a preocupação de atingir determinado público, e quanto têm êxito pode provocar uma espécie de metamorfose na consciência dos ouvintes e sobre o que eles interpretam na vida política. A título de exemplo, e também de curiosidade, na rica vida musical engajada do Brasil, sobretudo quando investigamos o recorte militar entre 1964 e 1985, é emblemática a canção *Apesar de Você* de Chico Buarque de Hollanda, gravada em 1970, pois, embora a música clame por abertura de expressão e participação política, seu efeito prático na sociedade foi severo e ortodoxo quando alardeou os censores regime e colaborou assim para uma repressão muito mais intransigente, mais enérgica e consequentemente mais brutal (NAPOLITANO, 2001).

A política cultural da música, uma proposta que se aproxima da anterior no sentido ideológico, mas distancia-se no que diz respeito ao material a ser analisado pelo pesquisador, dialoga com a investigação dos produtores de música, das condições sociais, das políticas e das econômicas nas quais músicos e produtores atuam e como estas moldam e alteram suas intenções na arte, no sentido de canonizar uma ideologia, rechaçá-la, ou simplesmente lucrar com o disco (CASTRO, 2009). Este tipo de estudo está justamente associado à multidisciplinaridade a qual a Geografia demasiadamente anseia, na medida em que procurar ler o processo de construção ideológica da sociedade nos bastidores da produção artística e daí entender a concepção das pessoas no espaço, pois, entendem que a música e, sobretudo, aquelas que fazem sucesso, modificam inclusive a perspectiva geográfica do sujeito – talvez por isso algumas canções percam um pouco do seu sentido e pujança com o tempo quando se distanciam da sua matriz específica a qual foi produzida e perdem sua essência. *O Barquinho* por exemplo, uma canção da fase heróica da bossa-nova de autoria de Roberto Menescal, compositor e instrumentista essencial para se entender a linguagem e o movimento artístico, infelizmente não tem mais aquele prestígio de outrora porque poucos vêem hoje o Rio de Janeiro idílico que a canção mostra. A violência já maculou demais a cidade e a especulação imobiliária desacreditou até alguns dos cariocas mais fieis. Então, uma música que tem a plataforma tão alegre até desconcerta os ouvintes que inevitavelmente comparam o que está sendo cantado e o que há hoje na cidade.

É também muito instigante examinar um pouco sobre as trocas comerciais na esfera internacional, sobretudo na relação dos países do centro da economia com os países subdesenvolvidos, pois, em alguns casos, o produto exportado responsável por inverter a balança comercial é justamente o produto cultural, seja a dança, a comida, os filmes ou a música. Na história do Brasil durante a segunda metade do século XX, por exemplo, o primeiro produto que mais foi exportado do que importado aqui foi nossa música e, precisamente, durante o período da bossa nova. Assim, a *economia musical*, outra proposta de KONG (1995), se propõe a investigar as relações econômicas que estão por de trás do produto musical acabado, a indústria fonográfica, as corporações empresariais, a criação de empregos, a relação de exportação e importação, o fomento de propagandas, os festivais de música, vídeo clipes, programas de televisão e toda sorte de componentes que formam a indústria musical influente do ponto de vista espacial e social. Esta é a tendência que busca interpretar a dinâmica geográfica das pessoas de alguma maneira vinculadas à música.

Muito embora a *economia musical* aparente ser a mais superficial, irrisória ou carente do ponto de vista factual que KONG (1995) propõe na sua agenda, trata-se de uma questão surpreendentemente importante para a Geografia. Por exemplo, qualquer pessoa que tenha o mais sutil interesse pela história da MPB (Música Popular Brasileira), sigla inventada em meados da década de 1960, sabe que toda sua tradição, estética e repertório fundamental foram escritos por alguns grandes nomes da canção e da música popular como Chico Buarque, Gilberto Gil, Edu Lobo, Caetano Veloso, Elis Regina, Jorge Ben, Roberto Carlos, Sérgio Ricardo e outras sumidades que deram o estopim na carreira primordial durante os Festivais da Canção entre 1964 e 1968, sendo que a década de 1960 foi um verdadeiro divisor de águas para compositores que saíram da marginalidade para na década seguinte situarem-se no estrelato da música brasileira com todo seu prestígio, os Festivais, e especialmente o Festival da Televisão *Record* de 1967, trouxeram algumas pessoas anteriormente desconhecidas para o lugar mais soberbo da música brasileira com todo legado de fama, status social, prestígio artístico, além de serem responsáveis por revelar um número sem precedente de talentos. Todavia, o que poucos sabem é que esse conjunto de artistas não é natural do Rio de Janeiro, São Paulo ou de qualquer outra cidade cosmopolita que tenha o serviço de capitanear a atividade artística em escala global.

Então, o que impulsionou todo este movimento migratório, apenas a imagem artística e a voga histórica das cidades cosmopolitas, ou podemos adicionar um algo a mais para responder a questão? Segundo depoimentos, jornais, revistas, entrevistas e arquivos que dão acesso à memória dos artistas, um fato singular salta aos olhos e aos ouvidos, pois, todos eles literalmente falam e de maneira unânime sobre um incentivo porque, além de ter instigado a vida artística, foi também responsável pela mudança no sentido geográfico ou migratório: trata-se do LP antológico *Chega de Saudade* (1959), arranjado por Antônio Carlos Jobim com músicas do repertório de Tom e Vinícius, Ary Barroso, Carlos Lyra e Ronaldo Bôscoli, Dorival Caymmi dentre outras autoridades do samba, disco este entendido como o *Long Play* do século da MPB por ter consagrado João Gilberto, sua batida do samba rica na coesão e na execução das síncope²³, a estética musical da bossa-nova deliberadamente ensimesmada e, contudo, dotada de um requinte tão original e apreciado que elevou definitivamente a música brasileira ao rol internacional. Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil, por exemplo, falam todos que a vida musical foi iniciada só depois de *Chega de Saudade* e têm um apreço

²³ GARCIA, Walter. **Bim Bom**: a contradição sem conflitos de João Gilberto. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

muito especial pela canção de Vinícius de Moraes e Tom Jobim, a migração para outra cidade – Gilberto Gil veio de Salvador, Caetano Veloso de Santo Amaro da Purificação e Chico Buarque de Florença – é o produto geográfico desta aventura artística e a partir da inspiração deles no inveterado baiano João Gilberto. No estilo inconfundível de Ruy Castro:

Muitos jovens brasileiros, alertas, criativos e que, até então, não sabiam onde se virar, tiveram suas vidas salvas pela Bossa Nova. Muitos deles, meninos ainda de calças curtas e suspensórios, como Chico Buarque, Caetano Velosos e Gilberto Gil, decidiram fazer música ao ouvir a gravação de “Chega de Saudade” por João Gilberto, em 1958. Por causa da Bossa Nova, outros resolveram fazer cinema, teatro, poesia, jornalismo, fotografia, artes plásticas, design. (CASTRO, 2001, página 16)

Como a história da música está muito articulada com um jogo de tradições, vendagem e tendências de cada período e Caetano, Gil e Chico são nomes fundamentais para quem procura investigar as tendências da nossa música com profundidade, a *economia musical* de KONG (1995) poderia ser a proposta central em um estudo com a finalidade de investigar a migração de artistas, a motivação dela e como afeta direta e indiretamente àquele número expressivo de pessoas estão vinculadas ao mercado da música. Então, estudo da *economia musical* que acima indicamos ser despropositado para quem o olha na superfície, revela-se extremamente profícuo e exige um cruzamento de fontes documentais e disciplinas para acompanhá-lo e sustentá-lo, pois, por exemplo seguindo o exemplo acerca da vida dos artistas durante os anos 60, os fatos articulados a migração são de tal maneira pluralizados que seu estudo exige olhar o objeto de pesquisa por vários ângulos e com algumas lentes, logo, *economia musical* é uma interface extraordinariamente rica e demanda muita destreza intelectual do pesquisador.

Música e construção social de identidades é a proposta de KONG (1995) que se preocupa com o papel da música na construção de desconstrução de identidades nacionais, de gênero, étnicas ou religiosas, evidenciando a importância dessa arte na formação do que por exemplo Benedict Anderson (1983) chama de “comunidades imaginadas” (CASTRO, 2009). Nas palavras da própria autora

Muitas vezes, no processo de produção, negociação e resistência, identidades são (des)construídas, tanto internamente, pelo grupo social, quanto externamente, por outro grupo social. Com essas (des)construções, sejam elas de identidades nacionais, de gênero, étnicas, religiosas ou outras, fronteiras culturais e sociais são traçadas ou desmontadas. **Como uma forma de comunicação cultural, a música é, portanto, um meio pelo qual identidades são**

(des)construídas, e uma análise do papel da música na (des)construção de identidades é muito útil para sublinhar a ideia de que muitas das categorias que consideramos “naturais” e imutáveis são de fato “produtos de processos que estão incrustados nas ações e escolhas humanas”. (KONG, 2009, páginas 153 e 154. *grifo nosso*)

Finalmente, a última das propostas faz menção aos *métodos de análise*, proposta onde a preocupação seminal é de ter a construção metodológica com interface na música justamente dentro do exercício da pesquisa, uma vez que o caminho teórico dos pesquisadores deve ser mapeado e construído dentro de projetos que tenham deliberadamente esse fim, investigar a metodologia, a partir, especialmente, da revisão daquilo que já foi produzido com valoração de alguns pontos e atualização de outros ultrapassados – CARNEY (2003) é uma emblemática atualização metodológica, por exemplo. KONG (1995) chama atenção para a construção metodológica da e na pesquisa justamente porque a metodologia usada em Geografia e Música ainda está muito aberta a propostas e conjecturas, não há um consenso de como se trabalhar a música, de quais critérios utilizar no momento de selecionar o repertório, e tampouco há o consenso de quais são os elementos musicais imprescindíveis para a análise geográfica, especialmente para aqueles trabalhos que se valem do material artístico entre os componentes fundamentais da investigação espacial e sua consciência. Contudo, o que existe do ponto de vista metodológico, e em boa parte graças ao próprio legado teórico e intelectual de Lily Kong e George Carney, são algumas tendências para a pesquisa com agendas e uma avaliação da metodologia usada até então. Assim

Ao se conceitualizar a música como comunicação cultural, torna-se explicitamente importante considerar os **métodos de análise que devem ser adotados para se entender os diferentes significados codificados na música e decodificados a partir dela**. Essa ênfase na produção e no consumo de significados chama necessariamente a atenção para a inadequação de métodos que foram até aqui adotados no tratamento acadêmico e, especialmente, geográfico da música popular: análise de conteúdo de letras de música, levantamento de opinião [...] e mapeamento. (KONG, 2009, página 157)

Durante a exposição de suas agendas de pesquisa, KONG (1995) faz uma citação ao pensamento pós-moderno, mas, curiosamente, não tem o cuidado de explicá-la como se fosse explícita a razão de se reportar à corrente: “*para a teoria da construção social, associada de perto, mas não exclusivamente, ao pensamento pós-moderno*”. Assim, nos perguntamos, por qual razão a autora deliberadamente cita o pós-modernismo, à toa ou com alguma intenção

para a metodologia de pesquisa? Embora ainda o campo teórico denominado pós-moderno seja muito prolixo e confuso, algumas questões dão minimamente à ideia uma plataforma para pensá-la: primeiramente, vem a questão da superação da razão do projeto iluminista empreendido na década final do século XVIII; o segundo ponto dialoga com a negação das *metanarrativas* e conceitos de validade universal, inclusive muito usuais do ponto de vista científico e incorporado à tradição como uma prática cotidiana; por fim, àquele ponto tocante da citação de Lily Kong e a subjetividade que nos chama atenção, aparece entre pós-modernistas o conceito de *desconstrucionismo* – estas três chaves parecem responder pelo menos panoramicamente a realidade pós-moderna. HARVEY (1989) sugere uma explicação simples, porém elegante, para entender o *desconstrucionismo*, pois,

Escritores que citam textos ou usam palavras o fazem com base em todos os outros textos e palavras com que depararam, e os leitores lidam com eles do mesmo jeito. **A vida cultural é, pois, vista com uma série de textos em intersecção com outros textos, produzindo mais textos** (incluindo o do crítico literário, que visa produzir outra obra literária em que os textos sob consideração entram em intersecção livre com outros textos que possam ter afetado o seu pensamento). Esse entrelaçamento intertextual tem uma vida própria; o que quer que escrevam transmitem sentimentos que não estavam ou possivelmente não podiam estar em nossa intenção, e as nossas palavras não podem transmitir [totalmente] o que nós queremos dizer. (HARVEY, 1989, página 54. grifo nosso)

Então, o que Lily Kong procura demonstrar através do pensamento pós-moderno é a necessária cautela que precisamos adotar com a escala de abordagem na interface de Geografia e Música, bem como atentar para os interditos existentes da comunicação textual, oral e artística, uma vez que a crítica do pensamento pós-moderno está situada na micropolítica das relações, do diálogo e relações de poder entre *indivíduos* – talvez por isso Michel Foucault seja por alguns entendido como preconizador do viés pós-moderno e, mesmo sabido sobre a grandeza do autor e outros que se valem da corrente, como HARVEY (1989) e BAUMAN (1993; 2000; 2003), o conceito de *desconstrucionismo* é ainda diagnosticado como uma ideia puramente esquizofrênica, descabida e à toa na ciência.

Então, o que Lily Kong propõe, *mas não exclusivamente ao pensamento pós-moderno*, é também o exercício de paulatinamente investigar a linguagem musical em todas as suas nuances, na relação e nos interditos que há entre o destinador e os destinatários envolvidos na vida musical, bem como toda a carga emocional, simbólica e passional que permeia a comunicação, pois, em conjunto todas estas fontes corroboram para o êxito da comunicação musical e concomitantemente para a

formação da consciência geográfica dos sujeitos, seu jeito particular de ler a mensagem dos objetos espaciais e atuar geograficamente. Deste modo

Os pós-modernistas também tendem a aceitar uma teoria bem diferente quanto à natureza da linguagem e da comunicação. Enquanto os modernistas pressupunham uma relação rígida e identificável entre o que era dito (o significante ou “meio”), o pensamento pós-estruturalista os vê “separando-se e reunindo-se continuamente em novas combinações” (HARVEY, 1989, página 53)

Cabe lembrar que a área contém restrições como todas as outras, contudo está dotada do esforço de empreender pesquisas de fôlego e interpretar a realidade espacial em muitas facetas, principalmente entre a cultura, o espaço, a linguagem, o material artístico e a consciência. O ponto de vista quantitativo, inclusive, como a tiragem dos álbuns, o número de gravações, ou os direitos autorais e a vendagem de discos, não deixam de ser importantes e reveladores em alguns aspectos quando amparados por uma análise qualitativa dos fatos, porque ambas podem contribuir de diferentes formas, mas é especialmente *fundamental que o estudo não se limite a ser um exercício dos acadêmicos visando a impor um ponto de vista dominante para a obra*. Para contornar este problema KONG (1995) propõe entrevistas com todos os envolvidos na produção da música, desde compositores e letristas, até as gravadoras e os criadores de imagem – esta etapa, inclusive, soa piamente metodológica e indispensável para nós na análise do conteúdo musical. Enfim, a metodologia da autora é essencial porque ao mesmo tempo ela dá o histórico da produção na área, suas tendências e uma agenda, no entanto tem a cautela de alertar que suas análises têm restrições e, pelo próprio estatuto da ciência, é natural enxergar o limite da teoria pelo prisma de um conhecimento honesto consigo e seus praticantes.

5. Últimas notas

Quando se inicia uma investigação sobre Geografia Cultural, sua teoria, inspirações e jeito particular de entender o espaço, logo se vê um campo carente de pesquisadores e historicamente desacreditado entre geógrafos, o estigma ainda persegue àqueles que apostam na corrente e muitas vezes têm que receber ranços dos mais depreciativos. Não é demais relembrar todo o preconceito que ainda há com a área, na maior parte das vezes por mero desconhecimento teórico e de autores, bem como o legado negativo que estudos culturais recebem também, muitas vezes, injustamente. Todavia, mudar a maneira de se pensar e fazer

Geografia tão radicalmente quanto fenomenólogos e humanistas o fazem justifica em parte o escárnio, sobretudo depois de TUAN (1975), porque não saíam incólumes da chancela tradicional dita geográfica *crítica*²⁴. No caso do Brasil, por exemplo, o número de universidades que se dedicam à Geografia Cultural e têm programas na área, grupos de estudo e eventos para discuti-la são apenas três ou quatro (com ênfase para a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, e os grupos Nepec e NeghaRio²⁵).

Toda nossa exposição procurou observar a História do Pensamento Geográfico através do prisma cultural, mesmo panoramicamente, pois, foi indispensável em um primeiro lugar entender como a cultura e seu material foram interpretados e/ou usados pela Geografia, antes de iniciarmos a nossa interpretação e esboçarmos algumas possibilidades com a música porque, propositalmente, não podemos repetir os erros da tradição e sim usá-la ao nosso favor. Duas grandes hipóteses foram levantadas no início do texto e durante seu desdobramento tivemos o esforço de substanciá-las, já que ambas as reflexões são produtos fiéis da Geografia e recebemos seu impacto até hoje no plano teórico e prático da nossa profissão.

A primeira hipótese diz que *a cultura foi durante décadas usada pela Geografia numa relação de subserviência e a partir de uma tendência cultural arquetípica, o que põe hoje muitos trabalhos publicados entre 1920-70 na posteridade com o estigma etnocêntrico e/ou ultrapassado*. Esta hipótese verifica-se muito facilmente quando alocamos o uso da cultura dentro do próprio esquema de operação ideológica/militar da Geografia, pois, o legado oficial e de gabinete o qual ainda nos valem no dia-a-dia em boa parte reflete o histórico perverso da Geografia Política nas últimas décadas do XIX²⁶. Se a Geografia científica passou a sê-la a partir das demandas do Estado, demandas de ordem deliberadamente territoriais²⁷, a cultura foi assim significada ao sabor dos interesses políticos como um conjunto de artefatos para a intermediação com o meio ambiente, lógica esta que infelizmente não poderia ser outra se a pensarmos no seu contexto de afirmação dos Estados, da Nação e do sentimento nacionalista.

No estado científico embrionário da Geografia a cultura foi concebida enquanto um conceito utilitarista e estritamente material, na esteira deste tipo de interpretação a capacidade

²⁴ MORAES, Antônio Robert de. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1997.

²⁵ Nepec (Núcleo de Estudos e Pesquisa Sobre Espaço e Cultura). NeghaRio (Núcleo de estudos de geografia humanística e arte da cidade do Rio de Janeiro).

²⁶ LACOSTE, Yves. **A geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas, Ed. Papirus. 1988.

²⁷ MOREIRA, Ruy. **O Que é Geografia?**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

simbólica, artística, imaterial e comunicativa foram todas negligenciadas e consideradas não científicas ou não geográficas. Uma mudança significativa ocorreu a partir dos anos 1970, onde autores como COSGROOVE (1983, 1988, 1989, 2010), DUNCAN (1978, 1980, 2003), CLAVAL (1999, 2007) e YI-FU TUAN (1975, 1976, 1979) tiveram o esforço de revigorar a Geografia Cultural com novas proposições, dotada de uma sensível ampliação no que dialoga com objetos de estudo, com os lugares e com a identidade íntima dos atores geográficos e todas passaram a ser devidamente valorizadas.

A última coisa que chama nossa atenção na primeira hipótese, sobre o uso errôneo que a ciência fez da cultura quando forjou as primeiras escolas a partir da tradição alemã, tem a ver com o uso da música no viés geográfico, porque, segundo KONG (1995), o evidente da nossa patológica surdez, cegueira e insensibilidade com a cultura popular está no posicionamento ortodoxo que a ciência admitiu na sua concepção primeira antes preocupada com as elites, com sua política e com o funcionamento ulterior do Estado-Nação, como se o povo não fizesse também do seu cotidiano uma genuína prática geográfica. De aí, a efemeridade, a plasticidade e trivialidade que são naturais da cultura popular legaram para sua imagem, incoerentemente, o juízo de um material único e exclusivamente dileitante, de tal modo impraticável para a tradição científica da Geografia (KONG, 2005). Uma pena que tenhamos ainda poucos trabalhos na área, apesar da progressiva crescente, porque, sem embargo, a cultura popular é propulsora da *consciência popular* que inexoravelmente resvala no contexto, na arte e no espaço que investigamos. Deste modo que o

(...) fenômeno musical, reconhecida como importância não só pela prática artística, mas sobretudo cultural e social, chamou atenção de geógrafos a cerca de cem anos. **Contudo apenas recentemente, nas últimas quatro décadas, tal fenômeno tornou-se um interesse central para geógrafos, o qual contribuiu significativamente para o desenvolvimento de uma geografia cultural e social.** Atentos à multiplicidade de fatores que o fenômeno musical engendra, os geógrafos manifestaram interesse especial no estudo da difusão de formas musicais, da representações do espaço, do imaginário geográfico e das práticas e transformações espaciais nos quais foi reflexo ou agente. (PANITZ, 2012. *grifo nosso*)

Já nossa segunda hipótese diz respeito ao holismo tão caro e referenciado entre geógrafos, de modo que buscamos demonstrar que a conexão das fontes comumente geográficas com as fontes culturais, além de ser um celeiro muito fértil para pesquisas em diversas subáreas pode também sugerir um novo tipo de Geografia atenta à cultura, à linguagem e à consciência espacial das pessoas que fazem uso cotidiano dos seus lugares,

seus lares e seus espaços múltiplos. É por esta acepção multidisciplinar que geógrafos dos cinco continentes têm sensível admiração pela obra de Yi-Fu Tuan, além de originalíssima, Tuan é o responsável por abrir na Geografia uma infindável margem de novos temas e novos lugares de investigação, e assim é sua forma de renovar nosso jeito de fazer ciência, muito embora sejam poucos àqueles profissionais que se aventuram numa Geografia estritamente à cartilha de TUAN (1975, 1977), pois, exigiria um pesquisador desvinculado dos compromissos cotidianos, políticos, familiares, passionais e institucionais que nos cristalizam dentro de certos limites de atuação e pesquisa. A Geografia Humanística de Tuan propõe uma proximidade orgânica com o objeto estudado, sua metodologia está tão próxima da Antropologia de campo quanto à Psicologia do mundo simbólico, da consciência e dos significados. Contudo, Yi-Fu Tuan ainda tem uma contribuição muito prezada na Geografia, embora poucos a pratiquem, e é para nós um autor feliz não só do ponto de vista metodológico, mas, sobretudo, *epistemológico*, porque traz à tona do fazer geográfico um tipo sujeito mais completo e à deriva das nuances no sentido biológico, do seu meio e do aparato cultural que recebeu. Portanto, e também para a argumentação nossa segunda hipótese, o amálgama da Geografia com a cultura faz, no bom sentido da palavra, rejuvenescer nossa ciência para além do interesse oficial, e seu conteúdo formador para a investigação e produção geográfica *sui generis* está nas palavras de Tuan:

Uma pessoa é um organismo biológico, um ser social e um indivíduo único, **atitude e valor** [ambientais/espaciais] **refletem os três níveis do ser**. Os seres humanos estão biologicamente bem equipados para registrar uma grande variedade de estímulos ambientais. A maioria das pessoas, durante sua vida, faz pouco uso de seus poderes perceptivos. **A cultura e o meio ambiente determinam em grande parte quais os sentidos são privilegiados**. (TUAN, 1975, página 337. **grifo nosso**)

Parafraseando Paul Claval, desde que Yi-Fu Tuan se propôs a falar simplesmente de abordagem humanista a partida está ganha, porque ela traz os componentes decisivos para que geógrafos pesquisem, indaguem, questionem e teorizem sua realidade através do prisma cultural, uma vez também que confere à ciência a disposição de injetar nos textos geográficos toda a riqueza das expressões dos homens, seja no ramo simbólico, das representações diversas ou das artes. Não é à toa que a “Topofilia” (1975) tenha seu capítulo de abertura dedicado aos sentidos, às atitudes ambientais e à visão de mundo, pois, todas estão articuladas à cultura dos homens e, fatalmente, é na especificidade cultural que determinadas noções sensoriais são maximizadas e outras extraordinariamente obliteradas. TUAN (1975) casa

intimamente a Geografia com o sentimento das pessoas e sua consciência espacial, pois, do que vale saber acerca da vasta miríade física da Terra sem atrelá-la ao sentimento que os sujeitos têm nas praias, nos vales, nas montanhas, florestas ou clareiras? O que vale saber da complexa funcionalidade da nossa produção sem minimamente pensar como ela atinge o íntimo espaço dos sujeitos direto, sagrado e cotidianamente? A humanística, portanto, norteia a Geografia para um rumo novo onde o caminho é essencialmente calcado pelas emoções, pela linguagem e pelas expressões dos homens em suas distintas culturas, porque, no limite, este geógrafo precisa saber do espaço e concomitantemente dos componentes que nos valem para interpretá-lo.

É sabido que nossa espécie logra da mesma capacidade para ver, ouvir, cheirar, sentir e saborear sua realidade geográfica, no entanto, e aí está a chave mestra do pensamento humanístico tuaniano, a cultura não permite aos diversos grupos sentir sua realidade geográfica igualmente, homogeneamente. Assim, cada um faz à sua maneira isso e o espaço é automaticamente acometido pelas mais variadas, criativas e nocivas metamorfoses antrópicas. TUAN (1975) protagonizou a cultura definitivamente na pesquisa geográfica e, sua forma deliberada de fazê-lo e sua atitude metodológica descansam na evidência cultural do espaço e das diferentes apropriações da Terra, pois, a geografia cotidiana dos sujeitos é inexoravelmente construída nas nuances da cultura e significado, tanto material quanto imaterial, na expressão e linguagem que se valem.

O ponto forte da Geografia que se constitui a partir dos anos 1970, olhando-a pela ótica cultural, portanto, está no discurso multidisciplinar, no exercício de entender a realidade espacial a partir de vários pontos de vista, na tentativa de colocar os sujeitos, as expressões e sua cultura no centro do debate, porque, em conjunto, compõem o quadro de itens indispensáveis à apreensão do espaço, às vezes verossímil, crítica e sagaz, outras ingênua, superficial e panorâmica. Todavia, para o bem e para o mal, as interpretações que se fazem do espaço, seja ele metropolitano, cosmopolita, interiorano, ermo, urbano ou rural, está invariavelmente articulada à cultura local, às tendências globais e ao eu interior de cada um que o vive. É indispensável o esforço de levar em conta um número expressivo de pontos de vista, mesmo que descuidemos de um ou outro e eles fiquem perdidos no caminho da pesquisa, porque a cultura revela a atmosfera do seu momento, o sentimento prevalecente e, não obstante, a própria e tão cara interpretação geográfica dos sujeitos. Desta feita, o esquema no qual opera a Geografia Cultural mais moderna tem na cultura o valor inestimável da análise, das nossas conjecturas e do produto final que as pesquisas revelam como novidades.

Valorizar a cultura e seu espontâneo lado científico é o primeiro passo. Depois, metodologicamente, convidá-la a participar da pesquisa geográfica. No Brasil, e especialmente aqui onde a pluralidade, riqueza e expressão cultural têm autoridade e relevo, a cultura popular constitui-se em importante temática para a inteligibilidade do país, pois, ela também se opõe a uma cultura hegemônica (CORREA; ROSENDAHL, 2003).

Os significados das diversas práticas sociais associadas ao cotidiano, envolvendo as coisas correntes, e as manifestações menos frequentes e periódicas estão, com raras exceções, a serem evidenciados pelos geógrafos brasileiros. **As festas e a música popular, entre outras manifestações, estão entre aquelas práticas merecedoras de atenção.** (CORREA; ROSENDAHL, 2003, página 17. *grifo nosso*)

Por fim, apesar de todos os pesares, negligência e escárnio, é importante sublinhar que a Geografia Cultural está passando nestes últimos anos por uma espécie de fase heróica e talvez a sua melhor fase desde o seu começo na década de 1920, ou seja, goza de uma aceitação incomum no desenvolvimento da ciência e demanda atualmente uma gama ampla de trabalhos que têm a cultura como componente central da abordagem, com seus próprios grupos acadêmicos e congressos.²⁸ O quadro é bom, gente de diversos cantos do país vem cada vez mais sendo cativada pela Geografia Cultural e aventuram-se nela ao sabor das leituras, dos sentidos, dos sentimentos, das artes e da consciência, pois, ela é fundamental para compreender aquele espaço mais singular e próprio dos sujeitos, o lugar onde eles ficam à vontade para se expressar livre de todas as amarras.

A nossa patente condição heterogênea do ponto de vista cultural, levada a cabo pelas intensas transformações que nos últimos 50 anos, têm alterado a geografia do país e sugerem um novo quadro temático a ser abordado pelos geógrafos. O objetivo desta nova maneira de fazer Geografia, dotada de amálgamas em muitos sentidos, é dar mais inteligibilidade à condição espacial que nos inserimos, de modo que a cultura assiste diligentemente este fim (CORREA; ROSENDAHL, 2003).

²⁸ CORREA, Roberto Lobato (Org.); ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Temas e Caminhos da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010. CORREA, Roberto Lobato (Org.); ROSENDAHL, Zeny. (Org.) **Literatura, Música e Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007. CORREA, Roberto Lobato (Org.); ROSENDAHL, Zeny. (Org.) **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. CORREA, Roberto Lobato (Org.); ROSENDAHL, Zeny. (Org.) **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

Pedimos licença para encerrar com palavras de outro autor. Ruy Moreira, em artigo sobre o sertão brasileiro e o universalismo em Mário de Andrade, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa, vaticinou tudo o que dissemos com precisão e clareza que são de amanhã. Em um só parágrafo:

Acostumados com o objetivismo que impregna o mundo da ciência, dissociamos no mundo o que é dela e o que é da arte. Não nos indagamos se não é **esse o nó cego que até agora afastou o olhar geográfico da capacidade de ver e compreender o espaço como o mundo tenso do ser contraditório**. (MOREIRA, 2004, pág. 193. *grifo nosso*)

6. Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Cia. das Letras. 2008.

ARENDT, HANNAH. **As origens do totalitarismo**: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Cia. das Letras. 1989.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

_____. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. **O mal-estar da pós modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2006.

CARNEY, George Ortwin. **Geography of music**: inventory and prospect. *Journal of Cultural Geography* 10, 1990, 35-48. <<http://tinyurl.com/3buzyh5>>.

_____. **Music geography**. *Journal of Cultural Geography*, 1998.

CASTRO, Daniel de. **Geografia e música**: a dupla face de uma relação. IN: *Espaço e Cultura*, UERJ, n. 26, 2009, p. 7-18.

CASTRO, Ruy. **Chega de Saudade**: a história e as histórias da bossa nova. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

_____. **Ela é carioca**: uma enciclopédia de Ipanema. São Paulo, Cia. das Letras, 1999.

_____. **A onda que se ergueu no mar**: novos mergulhos na bossa nova. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

CLAVALL, Paul. **A geografia cultural**: o estado da arte. In: CORRÊA, R.L. et al. (org.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999

_____. **A Contribuição Francesa ao Desenvolvimento da Abordagem Cultural na Geografia**. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **A geografia cultural**. Florianópolis, Ed. Da UFSC, 2007

_____. **A Terra dos homens**: a geografia. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

_____. **As abordagens da Geografia Cultural**. In: INÁ Elias de Castro et al (Org). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORREA, Roberto Lobato. **A espacialidade da cultura**. In: O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II) / Márcio Piñon de Oliveira, Maria Célia Nunes Coelho, Aureanice de Mello Corrêa (orgs.); Amélia Luíza Damiani... [et. Al.]. – Rio de Janeiro: Lamparina. Faperj, Anpege 2008.

_____. **Carl Sauer e a Escola de Berkeley** - Uma Apreciação. In: Zeny Rosendahl; Roberto Lobato Azevedo Corrêa. (Org.). Rosendahl, Zeny. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, v. 1, p. 9-33.

CORREA, Roberto Lobato (Org.); ROSENDAHL, Zeny. (Org.). *Temas e Caminhos da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

_____. *Literatura, Música e Espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

_____. *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001

_____. *Matrizes da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

COSGROOVE, Denis. **Towards a Radical Cultural Geography of Theory**. *Radical Journal of Geography*, Worcester: 1983.

_____. **A geografia está em toda parte.** Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: Paisagem, tempo e ciultura. Org. R.L. Correa e Z. Rosendahl. Rio de Janeiro, Eduerj. (1998)

_____. **Em direção a uma Geografia Cultural radical:** problemas da teoria. IN: Introdução à Geografia Cultural, vol. 3, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, pág. 103-133.

DARWIN; Charles: **A Origem das espécies.** São Paulo, Folha de São Paulo, 2010.

DUNCAN, James S.: The **superorganic in american cultural geography**. In: Annals of the Association American Geographers, V.70, nº 2, June 1980, pp. 181- 198).

GARCIA, Walter. **Bim Bom:** a contradição sem conflitos de João Gilberto. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HAESBAERT, Rogério. O **mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade (7a edição). 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** Tradução Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1998.

HOBBSAWN, Eric. **A era dos impérios** (1875-1914). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HOEFLE, Scott William. **Cultura na história do pensamento científico.** Revista da Pós-Graduação em Geografia. Rio de Janeiro: UFRJ 2 (2), p. 3-30, 1998.

HOLZER, Welter. **Paisagem, imaginário e identidade.** In: Introdução à geografia cultural. Org. R.L. Correa e Z. Rosendahl. Rio de Janeiro, Eduerj. (2003)

KONG, L. **Popular Music in Geographical Analysis.** Progress in Human Geography, University Colorado, 19 (2), p. 183-98, Junho 1995.

_____. **Popular music in a transnational world:** the construction of local identities in Singapoure. Asia Pacific Viewpoint, p. 16-37, 1997.

LACOSTE, Yves. **A geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas, Ed. Papirus. 1988.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 21º edição. Zahar: Rio de Janeiro, 2007.

MELLO, João Baptista Ferreira de. O Rio de Janeiro dos compositores da música popular brasileira: 1928-1991. Uma introdução à geografia humanista. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, UFRJ, 1991.

_____. **Descortinando e (Re)pensando categorias espaciais com base na obra Yi-Fu Tuan.** In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). Matrizes da Geografia Cultural. 1ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, v. 1, p. 87-101.
PANITZ, Lucas Manassi. **Geografia e música:** uma introdução ao tema. Biblio 3w (Barcelona), v. XVII, p. 1, 2012.

_____. **Por uma Geografia da música:** um panorama mundial e vinte anos de pesquisas no Brasil. Para Onde!? (UFRGS), v. 6, p. 1-10, 2012.

MORAES, Antônio Robert de. **Geografia:** pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1997.

MORAES, José Geraldo Vinci de Moraes. **Sons e música na oficina da História.** Revista de História (USP), v. 157, p. 03-08, 2007.

MOREIRA, Ruy. **O Que é Geografia?**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. SER-TÕES: o universal no regionalismo de Graciliano Ramos, Mário de Andrade e Guimarães Rosa (um ensaio sobre a geograficidade do espaço brasileiro). Ciência Geográfica, Bauru - SP, v. X, n.X, p. 186-194, 2004.

_____. **Pensar e Ser em Geografia:** ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. **Seguindo a canção:** engajamento político e indústria cultural na MPB (1959/1969). 1. ed. São Paulo: Anna Blume / FAPESP, 2001. v. 1. 370p

NAPOLITANO, Marcos. **A síncope das idéias:** a questão da tradição na música popular brasileira. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. v. 1. 159p

SAUER, Carl. **The morphology of landscape.** University of California, Publications in Geography, vol. 2, n. 2, pp. 19 – 54, 1925.

_____. **Geografia Cultural.** In: CORRÊA, R.L. et al. (Org.) Introdução a Geografia cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil. 3a. edição. 3a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI**: no loop da montanha russa. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. 01. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TUAN, Yi Fu. **Paisagens do medo**. Tradução Livia de Oliveira. – São Paulo: Editora UNESP, 2005.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução Livia de Oliveira – Londrina: Eduel, 2012.

_____. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução Livia de Oliveira – Londrina: Eduel, 2013.